



RELATÓRIO E CONTAS

MARÇO 2022

2021

Handwritten signature and initials

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA.....	9
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	14
2.1 EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PONTA DO OESTE.....	17
2.1.1. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA.....	18
2.1.2. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	20
2.2. CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS	21
2.2.1. PRINCIPAIS CONCESSÕES EMPREENDIMENTOS	21
3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA PONTA DO OESTE DE INTERESSE PÚBLICO	28
4. INVESTIMENTOS	31
4.1. ESTUDOS E PROJETOS.....	32
4.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	32
4.3. EQUIPAMENTOS E VIATURAS	34
4.4. PROJETOS CO FINANCIADOS.....	35
4.4.1. MADEIRA 14-20 – LEI DE MEIOS	35
4.4.1.1. ESTUDOS E PROJETOS	35
4.4.1.2. EMPREITADAS	35
4.4.2. PCV 2021	36
5. RECURSOS HUMANOS	38
5.1 O EFETIVO DA PONTA DO OESTE - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.....	39
5.2 CARGOS DE CHEFIA.....	40
5.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL.....	40
5.4 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR UNIDADE ORGÂNICA	41
5.5 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO	41
5.6 MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL.....	42
5.7 MOBILIDADE NA CARREIRA.....	42
5.8 EFETIVO / ESTRUTURA ETÁRIA.....	42
5.9 EFETIVO / ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE.....	43
5.10 EFETIVO / ESTRUTURA HABILITACIONAL.....	44
5.11 PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	44
5.12 ABSENTISMO	45
5.12.1 ABSENTISMO – COVID-19.....	45



5.13 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE	45
5.13.1 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MEDIDAS COVID.....	45
5.14 RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA	46
5.15 FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	46
5.16 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	47
5.16.1 INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP.....	47
5.16.2 COMUNIDADE ESCOLAR.....	47
6. GOVERNO DA SOCIEDADE.....	49
6.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA	50
6.2. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL	52
6.3. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	52
6.4. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTOS INTERNOS.....	53
6.5. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS - TRIÉNIO 2020-2022	54
6.5.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	54
6.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	54
6.5.3. FISCAL ÚNICO.....	54
6.5.4. CONTABILISTA CERTIFICADO.....	55
6.5.5. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS / REPRESENTAÇÃO	55
6.5.6. COMPETÊNCIAS, REPRESENTAÇÃO E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREA DE TUTELA.....	55
6.5.7. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	63
6.6. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES	65
6.6.1. GOVERNO DA SOCIEDADE.....	65
6.6.2. REPRESENTAÇÃO DA PONTA DO OESTE EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	66
6.6.3. RECURSOS HUMANOS	66
6.6.4. GESTÃO FINANCEIRA / EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO / ARD'S	67
6.6.5. GESTÃO DOCUMENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÓNICO	67
6.6.6. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS E CONCESSÕES	67
6.6.7. ESTUDOS E PROJETOS	68
6.6.8. EMPREITADAS, AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	68
6.6.9. ASSESSORIA JURÍDICA / CONTENCIOSO	70
6.6.10. MARKETING E RELAÇÕES-PÚBLICAS	70
6.6.11. ATIVIDADES FILANTRÓPICAS/RESPONSABILIDADE SOCIAL DA PONTA DO OESTE.....	70
6.7. ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA	71
6.8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	71
7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE	72

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE	73
7.1. MISSÃO E TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	73
7.2. DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PARA 2021 ..	75
7.3. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	81
7.4. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA	81
7.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	81
7.6. TRANSPARÊNCIA.....	86
8. RECLASSIFICAÇÃO DA PONTA DO OESTE ANÁLISE ORÇAMENTAL	88
8.1. MERCANTILIDADE.....	89
8.2. RECLASSIFICAÇÃO DA PONTA DO OESTE.....	89
8.3. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA PONTA DO OESTE	90
8.3.1. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO	90
8.3.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO SIGO/SOE	91
8.3.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	93
8.3.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	94
8.3.5. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")	94
8.3.6. SALDO DE GERÊNCIA	94
8.3.7. DESPESAS COM PESSOAL	95
8.3.8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	96
8.3.9. JUROS E OUTROS ENCARGOS.....	97
8.3.10. OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	97
8.3.11. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL.....	98
8.3.12. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	98
8.3.13. PASSIVOS FINANCEIROS	99
8.3.14. RECEITA	99
8.3.15. OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	100
8.3.16. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	100
8.3.17. OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	101
8.3.18. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	101
8.3.19. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	101
8.3.20. ATIVOS FINANCEIROS.....	102
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	102
9.1. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	106
9.1.1. RENDIMENTOS.....	106
9.1.2. GASTOS	107
9.1.3. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GASTOS DE EXPLORAÇÃO	107

9.1.3.1. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	108
9.1.4. GASTOS DE EXPLORAÇÃO	108
9.1.4.1. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO	109
9.2. FUNDOS LIBERTOS	109
9.3. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	110
9.4. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS ...	111
9.5. ANÁLISE DO BALANÇO	113
10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO	115
10.1. PATRIMÓNIO / CAPITAL	116
10.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO	116
10.3. FUNDOS DE MANEIO	117
10.4. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA	117
10.5. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA	118
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	120
12. OUTRAS INFORMAÇÕES	122
12.1. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL	123
12.2. PERSPETIVAS FUTURAS	123
12.2.1 FINANCIAMENTO	123
12.2.2 MERCADOS	124
12.2.3 GASTOS	124
12.2.4 RENDIMENTOS	125
12.2.5 FUSÃO	125
12.2.6 PROCESSOS JUDICIAIS	126
12.2.7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL	152
ANEXOS	154
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	155
1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA	155
1.2. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	156
1.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	157
1.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	158
1.5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	160
1.5.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO	160
1.5.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	160
1.5.3. BASES DE APRESENTAÇÃO	161
1.5.4. COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS/ APLICAÇÃO PELA 1ª VEZ	162
1.5.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS	162

1.6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	162
1.6.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	162
1.6.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	162
1.6.3. INVENTÁRIOS	164
1.6.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	164
1.6.5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	164
1.6.6. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES	164
1.6.7. CAIXA E DEPÓSITOS	165
1.6.8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	165
1.6.9. OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO)	166
1.6.10. RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO	167
1.6.11. GASTOS DE FINANCIAMENTO	167
1.6.12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO	167
1.6.13. GASTOS COM O PESSOAL	168
1.6.14. EVENTOS SUBSEQUENTES	168
1.6.15. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	169
1.6.16. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	169
1.6.17. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	170
1.6.18. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	171
1.7. FLUXOS DE CAIXA	171
1.7.1. QUANTIAS NÃO DISPONÍVEIS PARA USO	171
1.7.2. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	171
1.8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	171
1.8.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS	171
1.8.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIAS ESCRITURADAS – VARIAÇÕES DO PERÍODO	172
1.9. ATIVOS INTANGÍVEIS	172
1.9.1. ATIVOS INTANGÍVEIS VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS	172
1.9.2. ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO	172
1.10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	173
1.10.1. FINANCIAMENTOS CONTRATUALIZADOS	173
1.10.2. AMORTIZAÇÃO FINANCIAMENTOS	173
1.11. INVENTÁRIOS	174
1.11.1. INVENTÁRIOS	174
1.11.2. INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO	174

[Handwritten signature]

Handwritten signature and mark

1.11.3. MERCADORIAS – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	174
1.12. PROVISÕES.....	175
1.13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	175
1.13.1. CLIENTES	175
1.13.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER	176
1.13.3. FORNECEDORES.....	176
1.13.4. OUTRAS CONTAS A PAGAR	176
1.13.5. DESRECONHECIMENTO	177
1.14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	177
1.14.1. QUANTIA ESCRITURADA - VARIAÇÃO.....	177
1.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	177
2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO	178
2.1. PATRIMÓNIO/CAPITAL.....	178
2.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO	179
3. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	179
3.1. GASTOS COM PESSOAL.....	179
3.2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO	180
3.3. OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS	180
3.4. OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS	180
3.5. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	180
3.5.1. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	181
3.5.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	181
3.5.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	181
3.5.4. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	182
3.5.5. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	182
3.5.6. OUTROS GASTOS E PERDAS	182
3.5.7. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	183
3.5.8. PARTES RELACIONADAS	183
3.5.8.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS.....	183
3.5.8.2. SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS	183
3.5.8.3. COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS.....	183
3.6. EVENTOS SUBSEQUENTES	183
3.7. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	184
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	184

5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	185
5.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	185
5.2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	220
5.2.1. DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1).....	220
5.2.2. DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)....	220
5.2.3. DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3) ..	220
5.2.4. DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	221
5.2.5. DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 4)	221
5.2.6. DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 5)	221
5.2.7. DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 6)	221
5.2.8. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	222
5.2.9. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:	222
5.2.10. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (ANEXO 7).....	222
5.2.11. DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 8)	222
5.2.12. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS.....	222
5.2.12.1. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA	222
5.2.12.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (ANEXO IX).....	223

Handwritten signature and initials in blue ink.

FICHA TÉCNICA**| Elaborado por:**

Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira,
S.A

| Intervenientes:

Conselho de Administração
Unidade de Gestão de Equipamentos e infraestruturas
Unidade de Gestão de Recursos Humanos
Unidade de Gestão de Concessões Comunicação e Projetos
Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contenciosos
Unidade de Gestão Financeira
Coordenadores dos Empreendimentos na Ponta do Oeste

| Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

| Fornecimento dos dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira
Opção Divina – contabilista certificado

| Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões Comunicação e Projetos

| Aprovado pelo Conselho de Administração por Deliberação nº 153 /2022, de 28 de março**| Aprovado em Assembleia Geral de 30 de março de 2022****| Distribuído:**

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC

Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com



RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
AARAM	Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
CDM	Centro Desportivo da Madeira
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRAE	Inspeção Regional das Atividades Económicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
NCP	Norma de Contabilística Pública
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PIB	Produto Interno Bruto
PIDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
Ponta do Oeste	Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
PRB	Piscinas da Ribeira Brava
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGC	Relatório de Gestão e Contas
SDNM	SDNM – Sociedade de desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
SDPS	SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO/	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SMD	SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas
SST	Segurança e Saúde no Trabalho



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 representou para o Acionista, o Conselho de Administração, os trabalhadores e os *stakeholders* um ano ainda marcado pelos efeitos da Pandemia, mas já com medidas de apoio à retoma económica da Região Autónoma da Madeira.

Destacamos um ano que incidiu no planeamento estratégico de investimentos a realizar pela Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., na melhoria e recuperação das suas infraestruturas, desenvolvendo os levantamentos de necessidades, projetos e procedimentos para início de empreitadas essenciais à rentabilização sócio económica do património desta sociedade, e por consequência do património da Região Autónoma da Madeira. Concretizou-se a melhoria da organização interna, nomeadamente com a implementação de um novo sistema de gestão documental iDOK, com a modernização do arquivo e a aposta na valorização profissional dos recursos humanos, com a formação e a implementação dos serviços de higiene e segurança no trabalho.

No âmbito de uma gestão aberta e participativa, pela qual o Conselho de Administração pugna, estamos recetivos a propostas e sugestões, quer sobre os conteúdos deste relatório, quer sobre a atividade da Ponta do Oeste.

A transparência, a sustentabilidade e a responsabilidade social, associados a uma política de recursos humanos e promoção da igualdade e a padrões de ética e conduta, são objetivos e premissas presentes, quer na gestão estratégica, quer na gestão corrente da Sociedade por parte do Conselho de Administração e de todos os seus colaboradores, praticadas e que serão ainda mais aperfeiçoados, indo de encontro ao preconizado no novo regime jurídico do SERAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

Pelos resultados obtidos, o nosso reconhecimento aos parceiros, empresas, instituições financeiras, agentes públicos e investidores, deixamos um agradecimento pela resiliência em tempos conturbados pela pandemia.

O nosso agradecimento ao Acionista, ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral, aos Trabalhadores, ao Fiscal Único, ao Contabilista Certificado e aos restantes intervenientes, pelo enorme esforço, motivação e competência com que foram desempenhadas as suas funções em condições adversas. Com confiança no futuro e com a expectativa de um trabalho conjunto para alcançar os objetivos traçados, partilhamos responsabilidades e valores no sentido de alcançar a visão da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.



1. INTRODUÇÃO

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. foi constituída através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 04 de agosto¹, cujo objetivo é a prossecução de fins de interesse público, na conceção, promoção, construção e gestão dos projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, com enfoque no desenvolvimento dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

A Ponta do Oeste é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público. A 31 de dezembro de 2021 a sua estrutura societária era detida em 100% pela Região Autónoma da Madeira, com um capital social de 108.315.815,00 euros.

A função acionista por parte da Região Autónoma da Madeira é exercida exclusivamente pelo Secretário Regional das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas².

Desde 2014, embora com efeitos a 2012, a Ponta do Oeste é empresa pública reclassificada, integrada no perímetro da Administração Pública Regional, por efeito das Contas Nacionais, a sua atuação pautou-se pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A preparação, apresentação e divulgação das contas da Ponta do Oeste, obedecem a diversos preceitos legais impostos a entidades da sua natureza, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Lei de Enquadramento Orçamental, as Instruções do Tribunal de Contas e o Código das Sociedades Comerciais.

É neste enquadramento e, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, que se submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e Contas (RGC) e respetivos anexos, que integra a informação do Governo Societário, informação financeira e informação não financeira, elaborados de acordo com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira³ e no Código das Sociedades Comerciais⁴, que

¹ Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09/01, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da Ponta do Oeste.

² N.º 1 do artigo 35 e n.º 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira. A tutela está cometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9 de novembro.

³ Art. 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

⁴ Art. 65º do Código das Sociedades Comerciais.



procura expor, de forma fiel e clara, a evolução dos negócios e a situação da empresa, face à atividade desenvolvida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

As contas encontram-se espelhadas nas demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com o SNC - AP, e nas demonstrações orçamentais, que apresentam de forma verdadeira e apropriada, todos os aspetos materialmente relevantes quanto à posição financeira da empresa.

Sempre que possível e adequado, incluímos a informação relativa ao ano anterior, permitindo a comparabilidade da evolução do desempenho da Ponta do Oeste.

Após a emissão de parecer e submissão à Assembleia Geral, o RGC 2021 será disponibilizado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

Foi dado cumprimento às orientações estratégicas de gestão, plasmadas no programa do XIII Governo Regional, no Plano de Desenvolvimento Madeir@14-20 e demais orientações do acionista⁵.

⁵ Exemplo da isenção de rendas aos concessionários privados, determinadas pelas Resoluções n.º 6/2021, de 8 de janeiro, n.º 75/2021, de 5 de fevereiro, n.º 143/2021, de 5 de março, n.º 239/2021, de 9 de abril, n.º 380/2021, de 7 de maio; n.º 554/2021, de 14 de junho, n.º 665/2021, de 16 de julho e n.º 962/2021, de 13 de outubro.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. tem por objeto social a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos de modo a:

- Contribuir para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego;
- Participar no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal e inter-regional;
- Divulgar toda a informação relevante para o investimento e o desenvolvimento económico e social dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.

No desenvolvimento das suas atividades, permitiu dotar aqueles concelhos de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento, atraindo investimento privado que permitiu dinamizar a economia local, e oferecer à população um conjunto de infraestruturas de lazer que contribuem para a sua qualidade de vida.

Neste âmbito, há empreendimentos sob administração direta da Ponta do Oeste, concessionados e de interesse público.

Por outro lado, a COVID-19 transformou o mundo e trouxe profundas mudanças no mercado de trabalho, nos modelos de negócio e na organização e gestão das empresas, para além de um impacto socioeconómico catastrófico para os cidadãos.

Foi, e é fulcral, assegurar a necessária revitalização da economia, recolocar a RAM na trajetória de crescimento, e aumento da competitividade e do desenvolvimento sustentável das empresas, mas para efetivar a revitalização, é necessário garantir que todos os setores de atividade desenvolvem as suas funções de forma segura.

De realçar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um dos seis critérios a ter em conta no levantamento das medidas restritivas, impostas no âmbito da COVID-19, é a existência de medidas preventivas nos locais de trabalho.

Na Ponta do Oeste, os empreendimentos e infraestruturas foram adaptados de forma a minimizar os riscos associados a Covid- 19.



Neste âmbito, foi implementado um plano de prevenção de riscos biológicos mais abrangente, reforçadas a limpeza e a desinfecção de todos os empreendimentos.

Para esta Sociedade, é fundamental e prioritário apostar na proteção dos seus colaboradores, o que ocorreu através do reforço da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

No que concerne as diversas concessões e arrendamentos, foram aplicadas isenções e reduções extraordinárias, de acordo com as orientações do acionista, adaptadas a cada uma das realidades, no sentido de normalizar o funcionamento dos espaços e garantir a permanência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, salvaguardando os rendimentos das famílias.

No quadro infra poderá encontrar o resumo dos diversos empreendimentos da Ponta do Oeste-Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

QUADRO 1

Ribeira Brava

Nº empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Situação
1	Centro Desportivo da Madeira	1	Centro Desportivo	Gestão Própria
		1	Ginásio	Concessionado
		1	Snack-Bar e Bares de Apoio	Concessionado
2	Piscinas da Ribeira Brava	1	Piscinas	Gestão Própria
		1	Ginásio e Bar de Apoio	Concessionado
3	Edifício da CMRB	1	Edifício Público	Contrato Promessa Compra e Venda
4	Frente Mar da Ribeira Brava	1	Frente mar (área pública)	Gestão Própria
		1	Snack-Bar (frente mar)	Concessionado
		1	Restaurante (Zona balnear)	Concessionado
		1	Restaurante (frente mar)	Concessionado
5	Parque de Estacionamento da Ribeira Brava	1	Restaurante	Concessionado
		1	Estacionamento (196 Lugares)	Concessionado (Contrato de exploração)

Ponta do Sol

Nº	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
6	Frente Mar da Lagoa do Lugar de Baixo	1	Restaurante	Concessionado
		1	Espaço Polivalente	Disponível
		1	Áreas Públicas	Gestão Própria
7	Palacete do Lugar de Baixo	1	Palacete	Concessionado
8	Marina do Lugar de Baixo	1	Edifício de apoio as embarcações	Gestão Própria
		1	Complexo Balnear	
		1	Restaurante/Bar	
9	Frente Mar da Madalena do Mar	1	Áreas Públicas	Gestão Própria

Calheta

Nº	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
10	Zona Desportiva do Arco da Calheta	1	Complexo Desportivo	Concessionado
11	Porto de Recreio da Calheta	1	Empreendimento	Concessionado
12	Centro das Artes Casa das Mudas	1	Restaurante	Concessionado
		1	Museu	Contrato de Comodato
13	Centro Cívico do Estreito da Calheta	1	Centro Cívico	Locação Imobiliária
		1	Bar	Locação Imobiliária

Fonte: Ponta do Oeste

2.1 EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PONTA DO OESTE

A Ponta do Oeste rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos. Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1.1. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA



O Centro Desportivo da Madeira é um espaço diversificado e com excelentes condições para a prática de atividades desportivas. O complexo desportivo oferece um campo principal de relva natural, e outro sintético destinado não só à realização de treinos desta modalidade, como também de atletismo, este inclui diversos equipamentos para saltos (altura, vara e comprimento) e lançamentos (disco e martelo).

Atualmente é o único espaço dotado de condições para a prática de todas as modalidades de atletismo. A pista está homologada para a realização de competições nacionais. Após a conclusão da empreitada em curso, a pista passará a estar homologada pela Federação Internacional de Atletismo.

Em complementaridade a estes serviços dispõe ainda de um espaço polivalente para a prática de várias modalidades, como campo de ténis e de padel, com potencialidades adaptadas a situações formais e informais da prática desportiva.

Para além das possibilidades mais contemplativas de utilização de toda esta área desportiva e de lazer, da qual fazem parte elementos de água, zonas ajardinadas, zonas de lazer, o Centro Desportivo disponibiliza ainda um circuito de manutenção com ciclovia, um snack-bar, um ginásio, balneários, um edifício administrativo, salas de reunião/formação, bares de apoio, uma sala anti-doping e um posto médico e diversos recantos preparados para acolher o visitante que garantem a segurança das pessoas.

Relativamente ao ano de 2021 foram desenvolvidos no Centro Desportivo da Madeira cerca de 40 eventos, distribuídos de acordo com o quadro abaixo.

Do conjunto de eventos, destacam-se a realização de provas de atletismo pela AARAM- Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira, a realização da atividade Inclusão pelo Desporto e a comemoração da Semana Europeia do Desporto de 23 a 30 de setembro, bem como a realização de festas de aniversário, visitas de estudo às instalações e a participação de instituições no âmbito de realização das suas colónias de férias.



Utentes

Durante o ano de 2021 este empreendimento registou 19.877 entradas, mais 3315 que o ano anterior. Ou seja, comparativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento na ordem dos 17%.

Apesar da redução em alguns dos espaços e justificável pelas medidas mitigadoras da propagação do COVID (limitação de utentes ou fecho), alguns dos espaços do Centro Desportivo tiveram um grande crescimento, como as seguintes modalidades: Ténis (20%) e Padel (50%). O campo sintético e as novas concessões também representaram um assinalável crescimento (173%).

QUADRO 2 – VARIAÇÃO MENSAL DE UTENTES COMPARATIVAMENTE AO ANO ANTERIOR

Atividade	Ano		Variação 2021/2020	
	2020	2021	N.º	%
Minigolfe	99	134	35	35%
Polidesportivo	543	1 049	506	93%
Ténis	3 458	3 569	111	3%
Padel	2 184	2 391	207	9%
Fut-5	1 316	3 680	2 364	180%
Campo sintético	3 412	3 715	303	9%
Campo relvado	467	1 690	1 223	262%
Pista de atletismo	4 116	3 561	-555	-13%
Sala polivalente	46	0	-46	-100%
Ginásio	851	0	-851	-100%
Karts	70	88	18	26%
TOTAL	16 562	19 877	3 315	20%

Fonte: Ponta do Oeste

2.1.2. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA



As Piscinas da Ribeira Brava são um espaço dedicado à prática desportiva e de lazer, com uma piscina de 25 metros e um tanque de aprendizagem. Este espaço oferece ainda um ginásio devidamente equipado e um bar, como também espaços autónomos que partilham a entrada e saída, estacionamento e zonas de serviços técnicos.

As Piscinas da Ribeira Brava tiveram um ano de retoma de atividade, face ao de 2020 em que as mesmas estiveram praticamente sem utilização.

Não obstante a sua abertura ao público, as medidas de contenção ao Covid 19 foram sempre respeitadas pelo que a retoma foi condicionada à capacidade potencial de utilização.

Durante o ano de 2021 este empreendimento registou 13.081 entradas e comparativamente a 2020 um aumento de 3018 utentes, um aumento de cerca de 23%.

No quadro seguinte, constatamos o encerramento das Piscinas no período entre fevereiro a abril (em janeiro esteve aberta, registando somente 9 entradas). Após a reabertura, verificamos oscilações na utilização, evidência das medidas de mitigação da pandemia que foram sendo tomadas ao longo do tempo. Em outubro constatamos um elevado número de entradas, por via do início do período escolar e da frequência dos alunos da escola Padre Manuel Álvares e do Desporto Escolar do concelho da Ribeira Brava, com as aulas de natação.

Nos meses de novembro e dezembro, o número de utilizadores voltou a diminuir, face ao aumento do número de casos de Covid-19 que se verificaram e dos consequentes isolamentos profiláticos associados. Ao mesmo tempo, em dezembro, o período escolar terminou no final da 1.ª quinzena do mês. Conjuntamente, as duas situações levaram a uma redução significativa de utilizadores.

A acrescentar a este facto, o início das obras na piscina de 25 metros, que condicionou totalmente o acesso aos utilizadores de nado livre.

Handwritten signature and initials in blue ink.

QUADRO 3 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE UTENTES COMPARATIVAMENTE AO ANO ANTERIOR

PRB	2020	2021	Variação %
Nº de utentes	10 063	13 081	30%

Fonte: Ponta do Oeste

2.2. CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS

2.2.1. PRINCIPAIS CONCESSÕES | EMPREENDIMENTOS

CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA

Parque de Estacionamento da Ribeira Brava



O Parque de Estacionamento da Ribeira Brava foi construído para aumentar a oferta deste tipo de serviço no concelho, melhorando a organização do trânsito na Frente Mar.

Tem capacidade para 196 automóveis ligeiros e seis autocarros de turismo.

O edifício comporta ainda zonas de lazer e um restaurante.

Frente Mar da Ribeira Brava



O projeto da Frente Mar da Ribeira Brava teve por objetivo a requalificação urbanística da Frente Mar, introduzindo melhorias na gestão de tráfego dos transeuntes, nas condições de acessibilidade e estacionamento, na recuperação e valorização do património edificado e na dinamização da zona balnear.

Piscinas da Ribeira Brava



As Piscinas da Ribeira Brava é uma Infraestrutura de desporto e lazer constituída por um tanque de aprendizagem e uma piscina de 25 metros, ginásio devidamente equipado, bar e um estacionamento.

Centro Desportivo da Ribeira Brava



Handwritten signature and initials in blue ink.

O Centro Desportivo da Madeira, situado num magnífico vale, que é uma das principais vias de ligação entre o Sul e o Norte da ilha da Madeira, é uma infraestrutura moderna ao serviço de atletas das mais diversas modalidades, disponibilizando, para o efeito, um campo de relva natural, campo de futebol sintético, um polidesportivo, courts de ténis e de padel e uma pista de atletismo, sendo esta última a única pista homologada na Região.

CONCELHO DA PONTA DE SOL

Frente Mar da Madalena do Mar



Foi reabilitada a frente-mar da Madalena do Mar, melhorando as condições de utilização da praia como área de lazer, reabilitando a promenade existente, criação de um novo espaço para concessão, reabilitação do parque de estacionamento, criando lugares para pessoas com

Handwritten signature in blue ink.

mobilidade condicionada e 2 terminais aptos para a concessão e utilização de carregamento de viaturas elétricas.

Palacete do Lugar de Baixo



Em 2002, a Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Ponta Oeste deu início às obras de recuperação do Palacete do Lugar de Baixo e da capela anexa. A intervenção permitiu dignificar o imóvel, a sua história e arquitetura, valorizando o património edificado da RAM e do concelho da Ponta do Sol.

O Palacete do Lugar de Baixo foi transformado numa Unidade Hoteleira de charme.

Frente Mar da Lagoa do Lugar de Baixo



A Lagoa do Lugar de Baixo tem características únicas dada a sua utilização por inúmeras espécies de aves migratórias como local de paragem e/ou de nidificação. Nesse âmbito, a Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste desenvolveu um projeto eminentemente ambiental, tendo em vista o melhoramento e a retenção da lagoa.

O projeto contempla igualmente um edifício composto por duas áreas de restauração com serviços de apoio às atividades balneares.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Marina do Lugar de Baixo



A obra apresentou, desde o início, problemas de funcionalidade, e que conduziram em várias ocasiões a danos e galgamentos do molhe de proteção.

Existem diversos projetos em estudo e que serão objeto de orientações de gestão.

CONCELHO DA CALHETA

Zona Desportiva do Arco da Calheta



A Zona Desportiva do Arco da Calheta teve por objetivo colmatar a ausência de infraestruturas desportivas naquela freguesia. É composta por um pavilhão desportivo para a prática de várias modalidades e um parque urbano com uma ampla zona de lazer.

Centro das Artes Casa das Mudanças



O edifício, premiado internacionalmente pela sua arquitetura e perfeita integração na paisagem, integra uma ampla área para exposições, auditório, biblioteca, loja, cafetaria, restaurante, área para ateliers e oficinas artísticas e estacionamento coberto.

Alberga o Museu de Arte Contemporânea, espaço gerido pela Secretaria Regional de Turismo e Cultura, correspondendo a uma relevante aposta na descentralização da oferta cultural na RAM.

Campo de Golfe da Ponta do Pargo



O projeto para a construção de um campo de 18 buracos, desenhado pelo ex-golfista inglês, Nick Faldo, desenvolve-se ao longo de uma área apelativa do ponto de vista paisagístico, localizada nas imediações do Farol da Ponta do Pargo com belíssimas vistas da linha de costa do norte da ilha da Madeira e Oceano Atlântico, sendo que, atualmente, já foram adquiridos a quase totalidade dos terrenos para o efeito.

Centro Cívico do Estreito da Calheta



O Centro Cívico do Estreito da Calheta foi edificado com o objetivo de constituir-se um polo de dinamização cívica e social local fora dos centros urbanos.

Porto de Recreio da Calheta

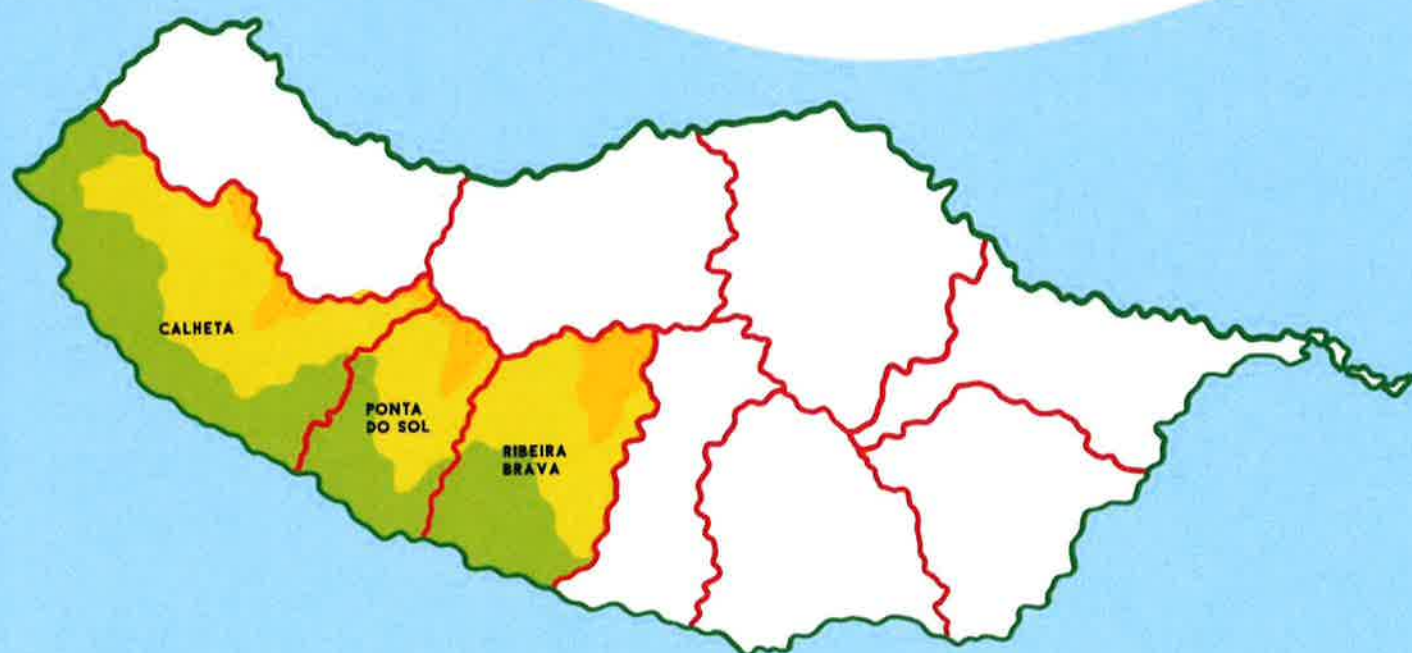


O Porto de Recreio da Calheta conta com 339 lugares de ancoradouro para diversos tipos de embarcações e motos de água, assegurando ainda um passadiço exclusivo para as marítimo-turísticas.

Conta com diversos serviços de apoio, designadamente lojas, restaurantes e ainda um estacionamento.

Handwritten signature in blue ink.

3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SDPO



3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA PONTA DO OESTE DE INTERESSE PÚBLICO

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro, com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma política de desenvolvimento local equilibrada, por forma a garantir uma melhor abertura aos mercados externos e dinamizar o investimento produtivo a nível local e regional.

A Ponta do Oeste prossegue fins de interesse público e tem por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

Na concretização desses objetivos, procedeu à criação de infraestruturas, à implementação de equipamentos coletivos e à maximização dos recursos e das oportunidades, fundamentais ao desenvolvimento integrado da costa oeste da Madeira, no eixo Ribeira Brava - Calheta, rentabilizando os recursos endógenos na adequação de respostas às necessidades sentidas pela comunidade local e regional e promovendo a articulação entre serviços e estruturas locais, com vista à maximização de esforços na definição e concretização de planos integrados de desenvolvimento local.

Atendendo a que os municípios da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta apresentam características que indiciam ser concelhos de potenciais focos de investimento e progresso, foi, todavia, necessário, que se criassem um conjunto de mecanismos, por forma a permitir que o desenvolvimento se operasse de forma cautelosa, salvaguardando todo o seu espólio ambiental, patrimonial e natural.

Para a prossecução dos seus fins, nomeadamente no que se refere à construção e adaptação de infraestruturas, são conferidos à Ponta do Oeste, para além de outros que lhe venham a ser expressamente atribuídos por lei, os poderes para, segundo a lei, agir como entidade expropriante dos imóveis que foram e sejam necessários à prossecução do seu escopo social e, para o efeito, declarados de utilidade pública por resolução do Conselho do Governo Regional, designadamente:

- O direito de utilizar e administrar os bens do domínio público da Região Autónoma da Madeira que estejam ou venham a estar afetos ao exercício da sua atividade;





- Os poderes para proceder à gestão técnica, administrativa e financeira das intervenções operacionais incluídas nos Quadros Comunitários de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias nos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, mediante a celebração de contratos-programa com a Região Autónoma da Madeira e o Estado;
- Foi transferida para a Ponta do Oeste a posição contratual ocupada pela Região, pelo Governo Regional, ou por entidades públicas de âmbito regional e local, em contratos, ou posições em situações jurídicas decorrentes de atos unilaterais da Administração, mas aceites por pessoas jurídicas privadas, que visem a execução de empreendimentos, que constem de plano de atividades previamente aprovado em Conselho do Governo e referente às áreas de intervenção abrangidas pela Sociedade;
- As obras a realizar pela Ponta do Oeste ficaram sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e legislação complementar, no que respeita ao modo e às garantias de execução e conclusão de empreitadas e fornecimentos, subordinação do contratante às exigências do interesse público.

À Ponta do Oeste são ainda conferidos os poderes e prerrogativas da Região Autónoma da Madeira quanto à proteção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos e instalações que lhe estejam afetos e das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósito de materiais, alojamento de pessoal operário e instalação de escritórios, sem prejuízo do direito à indemnização a que houver lugar.

4. INVESTIMENTOS





4. INVESTIMENTOS

Na sequência da atual conjuntura económica e social, marcada pela incerteza quanto às expectativas de recuperação económica e aos melhores instrumentos para combater os efeitos da maior crise económica e financeira, no que respeita ao investimento da Ponta do Oeste, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, esta Sociedade realizou várias intervenções nos empreendimentos e equipamentos sob a sua administração.

No que respeita ao investimento, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, a Ponta do Oeste realizou várias intervenções nos empreendimentos sob a sua administração, no montante aproximado de 1,4 M €.

Os investimentos realizados possibilitaram a reabilitação da infraestruturas e equipamentos e melhorar as condições de segurança e qualidade para todos os utentes.

Especial ênfase, para os trabalhos de “Reabilitação das Infraestruturas da Frente Mar Contíguas À Foz da Ribeira da Madalena do Mar” - Ponta do Sol, com um investimento a rondar os 0,4M€.

Estes empreendimentos de referência na zona oeste da Madeira, são uma ferramenta de promoção turística, cultural e de lazer para os turistas que nos visitam e para a população em geral, que destacamos os seguintes:

4.1. ESTUDOS E PROJETOS

- Prestação de Serviços de levantamento topográfico clássico/drone (aerofotogrametria) da escarpa sobranceira ao Túnel de Ligação na ER 101-VE3 à Vila de Ponta do Sol;
- Assistência Técnica para Prova Pericial na Prossecução do Contencioso Legal sobre a Marina do Lugar de Baixo, no âmbito da ação intentada pela RAM;
- Prestação de Serviços de levantamento topográfico a clássico/drone (aerofotogrametria) do talude subjacente ao Palacete dos Zinos e das margens e leito da Ribeira da Caixa, com vista à consolidação dos muros de suporte;

4.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Zona Balnear da Frente Mar da Madalena do Mar

- Recuperação das zonas ajardinadas da Frente Mar da Madalena do Mar, nomeadamente no passeio marítimo e nas zonas contíguas ao parque de estacionamento;



- Reabilitação do Parque Infantil da Frente Mar da Madalena do Mar;



Piscinas da Ribeira Brava

- Fornecimento e instalação de equipamentos para aquecimento de águas, nas Piscinas da Ribeira Brava, permitindo uma poupança de recursos energéticos;



- Fornecimento de peças para a reparação da cadeira elevatória da piscina de aprendizagem, nas Piscinas da Ribeira Brava, permitindo a utilização da infraestrutura para pessoas com necessidades especiais;
- Manutenção anual dos equipamentos de combate a incêndios das Piscinas da Ribeira Brava;

- Manutenção do sistema de climatização e de segurança do edifício;



Frente Mar da Ribeira Brava

- Aquisição de tintas e material de pintura para a zona balnear da Frente Mar da Ribeira Brava, permitindo valorizar o espaço e aumentar a durabilidade dos equipamentos;

Centro Desportivo da Madeira

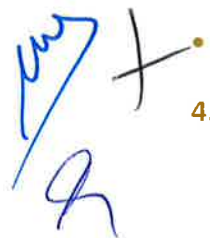
- Manutenção nos postes de iluminação do campo sintético de futebol de 11;



- Manutenção anual dos equipamentos de combate a incêndios do CDM;
- Relatório TREIE - Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas;

4.3. EQUIPAMENTOS E VIATURAS

- Manutenção, revisão e inspeção da frota de viaturas afetas à Ponta do Oeste;



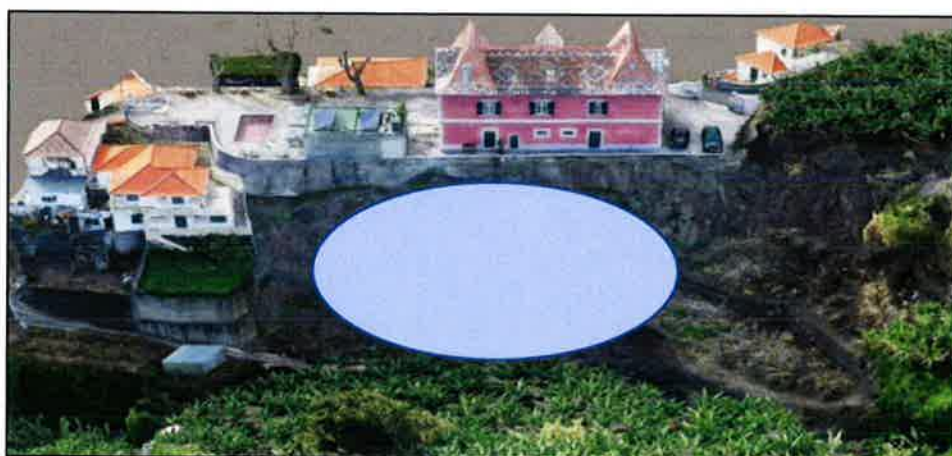
- Aquisição de equipamentos e ferramentas para a equipa de manutenção.

4.4. PROJETOS CO FINANCIADOS

4.4.1. MADEIRA 14-20 – LEI DE MEIOS

4.4.1.1. ESTUDOS E PROJETOS

- Execução do projeto de prevenção e mitigação de riscos de derrocada na escarpa sobranceira túnel ligação ER 101 VE3 Vila da Ponta do Sol;
- Projeto de gutinagem para consolidação da escarpa subjacente ao Palacete dos Zinos.



4.4.1.2. EMPREITADAS

- Reabilitação das infraestruturas da frente mar contíguas à foz da ribeira da Madalena do Mar;

Este projeto segue o princípio do primeiro, nomeadamente na melhoria da qualidade da vivência dos residentes:

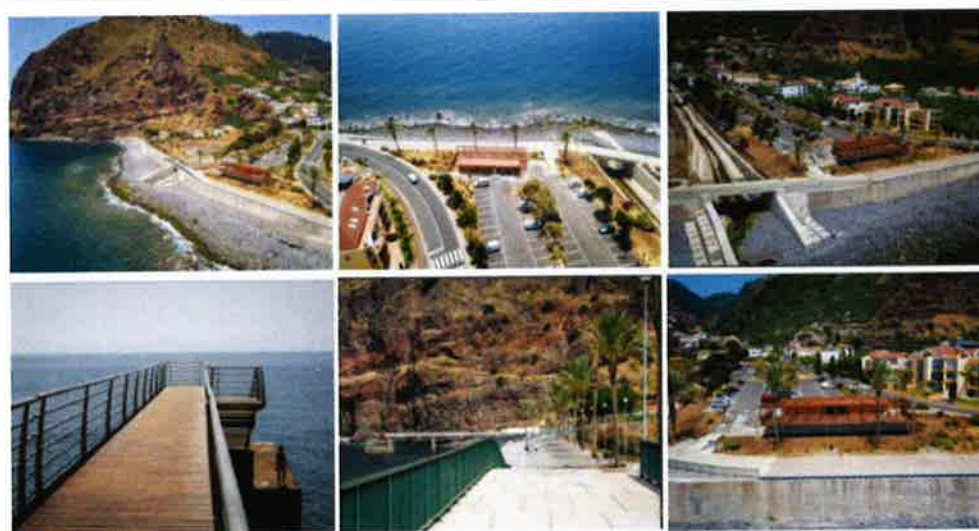
- ✓ Criação de acessos e Parqueamento automóvel;
- ✓ Construção de uma estrutura ligeira para apoio de bar/cafetaria aos utentes e em substituição do bar/restaurante inutilizado por derrocada em 2011;
- ✓ Reabilitação do parque infantil, já em cumprimento da totalidade das medidas de mitigação do Covid-19;
- ✓ Inclusão de estruturas e equipamentos balneares, constituídas por um solário e um acesso franco ao mar, através de um pontão marítimo de apoio aos veraneantes que há longa data frequentam a praia.

A promenade desenvolveu-se por forma a garantir na sua parte oriental um solário e uma interligação da centralidade à marginal natural que constitui toda a frente mar da Madalena do Mar.

Handwritten signature and a large plus sign.

Reabilitação do Parque de estacionamento:

- ✓ Delimitação de lugares;
- ✓ Criação de lugares para pessoas com mobilidade condicionada;
- ✓ Pré-instalação de postos de carregamento para viaturas elétricas;



4.4.2. PCV 2021

Plano de Comercialização e Venda dos empreendimentos da Ponta do Oeste

A promoção turística é um instrumento essencial para a valorização e expansão da atividade turística nacional, em geral, e da Região Autónoma da Madeira, em particular, no quadro da forte concorrência internacional em que se insere.

Os Planos de Comercialização e Vendas (PCV's) constituem uma importante ferramenta ao dispor, da Ponta do Oeste, associada da APM para potenciar os seus negócios e,

simultaneamente, para promover a Região Autónoma da Madeira, enquanto destino turístico de Excelência.

Balanço Plano de Comercialização e Venda 2021 Ponta do Oeste		
Valor Candidatura PCV	30.200,00 €	Percentagem de execução 84,82%
Valor apoio aprovado (50%)	15.100,00 €	
Despesa Total 2021	25.616,36 €	

Valores Efetivos	
1ª Tranche	6.040,00 €
2ª Tranche	3.020,00 €
3ª Tranche	3.020,00 €
4ª Tranche	- €
Total	12.080,00 €

Transferências APM	
Data	Valor
13-04-2021	6.040,00€
07-12-2021	3.020,00€
23-12-2021	3.020,00€

Plano de Comercialização e Venda Extraordinário

A crise pandémica, criada pela Covid-19, fez com que o sector do Turismo, de uma forma mais imediata sentisse os seus efeitos, vendo a sua atividade paralisada abruptamente. Neste sentido, foi necessário garantir condições de segurança sanitária do destino, de forma a contribuir decisivamente para o relançamento da confiança no destino, junto dos mercados emissores internacionais.



Entrega do Certificado Internacional no domínio das Boas Práticas na Gestão dos Riscos Biológicos nas Piscinas da Ribeira Brava e Centro Desportivo da Madeira

A Associação de Promoção da Madeira (APM) decidiu implementar um projeto robusto, credível e diferenciador, cujo objetivo seria preparar um Sistema de Certificação Internacional no domínio das Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos, incluindo o risco associado ao SARS-COV 2. No âmbito deste projeto de certificação, a APM participou em 50% dos custos associados à obtenção da certificação, ou seja, 2 anos de auditorias a serem realizadas pela entidade certificadora. A certificação de boas práticas dos empreendimentos do Centro Desportivo da Madeira e das Piscinas da Ribeira Brava representou um investimento de 2.700,00 €, pelo que 1.350,00 € foram comparticipados pela APM, ao abrigo do PCV extraordinário. A Ponta do Oeste considera que esta certificação representa uma vantagem competitiva e um fator de diferenciação qualitativa e que, simultaneamente, passa a imagem da Região Autónoma da Madeira como um destino seguro.

5. RECURSOS HUMANOS



5. RECURSOS HUMANOS

Para o exercício das suas atividades, dispõe de um quadro de pessoal qualificado, cujos principais da atividade social da empresa ao longo do ano de 2021 estão sucintamente indicados.

5.1 O EFETIVO DA PONTA DO OESTE - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.

O efetivo total da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A em 31 de dezembro de 2021 era de 46 trabalhadores, aos quais adicionam-se os membros do Conselho de Administração⁶ - 3 Membros executivos e 2 Vogais não executivos, com a seguinte distribuição por vínculos:

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULOS

Vínculo	N.º de trabalhadores
Nomeação/Eleição	5
Pessoal do quadro	44 ⁷
Cedidos de outras Entidades	2

Fonte: Ponta do Oeste

No ano de 2021 passou a ter no seu quadro de pessoal mais 1 trabalhador em relação ao ano transato, fruto de um acordo de rescisão do contrato de um trabalhador que se encontrava cedido à Tecnovia Madeira.

Do pessoal do quadro da Ponta do Oeste a 31 de dezembro de 2021, 1 trabalhador encontrava-se de licença sem vencimento.

À mesma data, a Ponta do Oeste tinha 16 trabalhadores a desempenhar as suas funções noutros organismos e empresas da RAM, conforme resumido no quadro seguinte:

QUADRO 3 – CEDÊNCIAS

N.º de trabalhadores	Tipo de Cedência	Serviço de Destino
1	Nomeação	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

⁶ Os membros do Conselho de Administração desempenham funções em regime de acumulação, devidamente autorizado nos termos legais, na SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., na SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e na SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A..

⁷ Inclui os trabalhadores cedidos a outras entidades bem como um trabalhador que se encontra em gozo de licença sem vencimento.



N.º de trabalhadores	Tipo de Cedência	Serviço de Destino
1	Interesse Público	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
1	Interesse Público	APRAM-Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
1	Interesse Público	Direção Regional de Administração Escolar
5	Interesse Público	Secretaria Regional de Turismo e Cultura
7	Concessão de Infraestrutura (PRC)	Tecnovia Madeira

Fonte: Ponta do Oeste

5.2 CARGOS DE CHEFIA

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. dispõe de 2 trabalhadores nomeados em regime de comissão de serviço para o desempenho de cargos de chefia, que coordenam a Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos bem como a Unidade de Gestão de Recursos Humanos.

5.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL

Quanto à distribuição dos efetivos por grupo profissional e respetiva evolução, estão sucintamente resumidas no quadro seguinte:

QUADRO 4 – EFETIVOS / CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria	2020	2021
Técnico Superior	11	11
Assistente Técnico	15	14
Assistente Operacional	21	21
TOTAL	47	46

Fonte: Ponta do Oeste

Note-se que do quadro supra, fazem parte todos os trabalhadores da Ponta do Oeste.

5.4 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR UNIDADE ORGÂNICA

A distribuição dos ativos, por unidade orgânica, incluindo os efetivos do quadro de pessoal da empresa a prestar serviço noutros organismos bem como um trabalhador que se encontra em gozo de licença sem vencimento, foi a seguinte:

QUADRO 5 – ATIVOS / UNIDADE ORGÂNICA

Unidade Orgânica	Quantidade	Distribuição%
Sede	9	31%
Piscinas da Ribeira Brava	7	24%
Centro Desportivo da Madeira	11	38%
Manutenção	2	7%
TOTAL	29	100%

Fonte: Ponta do Oeste

Note-se que do quadro supra, fazem parte apenas os trabalhadores ativos da Ponta do Oeste.

5.5 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO

A distribuição geográfica dos ativos, por concelho, foi a seguinte:

QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

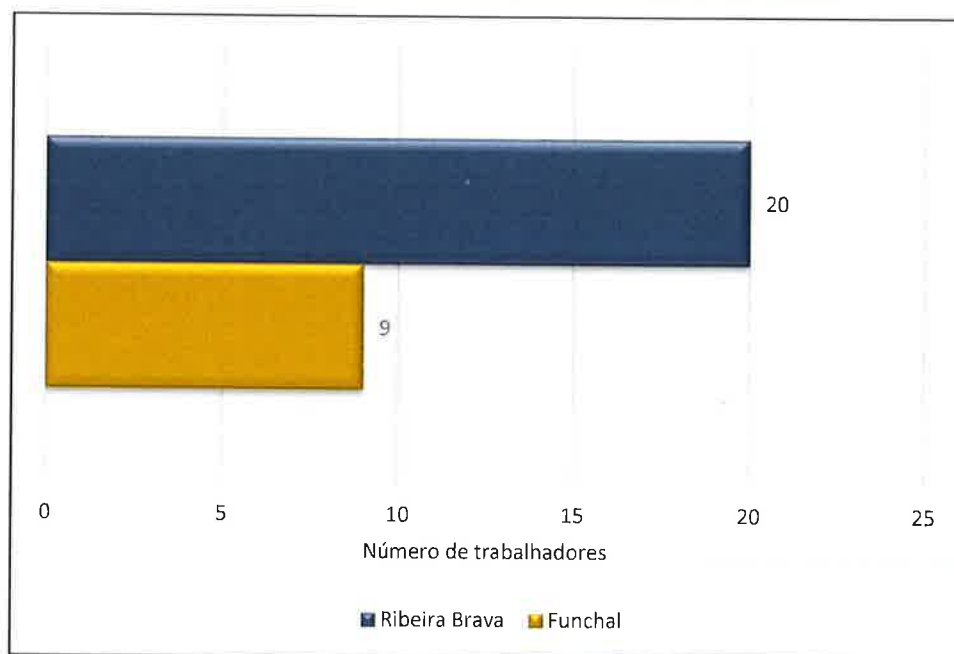
Concelho	2020	2021
Funchal	8	9
Ribeira Brava	20	20
TOTAL	28	29

Fonte: Ponta do Oeste

Na Sede, para além dos membros executivos do Conselho de Administração, desempenham funções 9 trabalhadores, representando 31% do pessoal ativo total da empresa.

No concelho da Ribeira Brava, mais concretamente no Centro Desportivo da Madeira, nas Piscinas, bem como no departamento de manutenção, a Ponta do Oeste tem 69% do pessoal ativo total da empresa.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ATIVOS POR CONCELHO



Fonte: Ponta do Oeste

5.6 MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se:

- Saída definitiva de uma Assistente Técnica que se encontrava cedida à Tecnovia Madeira.
- Regresso de um trabalhador que se encontrava num cargo de nomeação no IDR-Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM.
- Nomeação de uma trabalhadora para Vogal do Conselho de Administração do IDR-Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM que até então exercia funções num cargo de nomeação na Secretaria Regional do Turismo.

•

5.7 MOBILIDADE NA CARREIRA

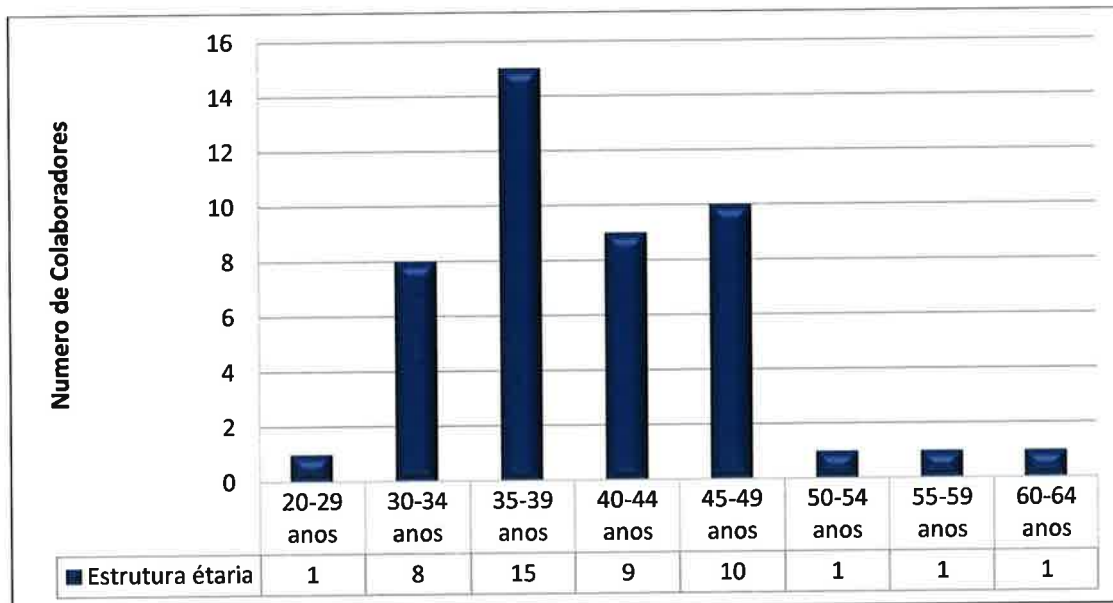
Em 2021, na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. não se verificou qualquer mobilidade entre carreiras.

5.8 EFETIVO / ESTRUTURA ETÁRIA

A análise do nível etário do efetivo apresenta a seguinte distribuição:

Handwritten signature and initials

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA



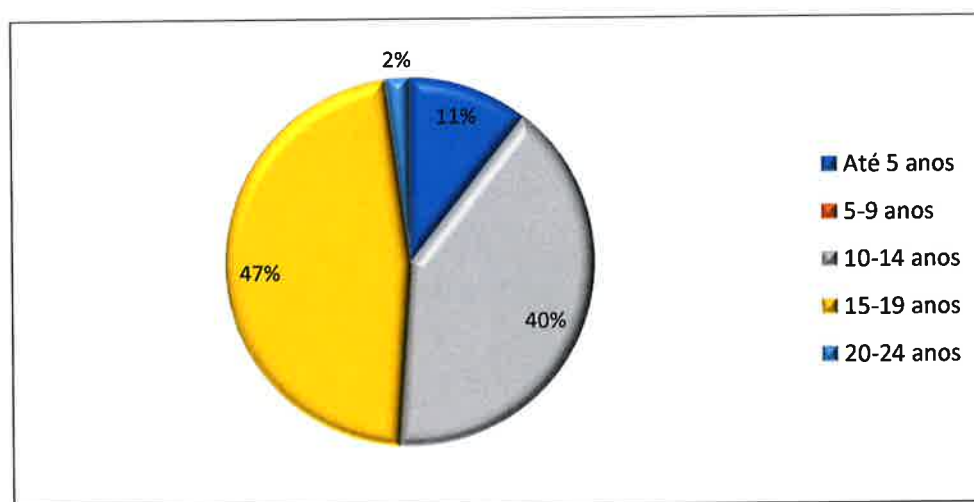
Fonte: Ponta do Oeste

A média etária dos trabalhadores da Ponta do Oeste, S.A. situa-se entre os 35 e os 49 anos.

5.9 EFETIVO / ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE

A análise do efetivo e estrutura de antiguidade leva-nos a concluir o seguinte:

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR ANTIGUIDADE



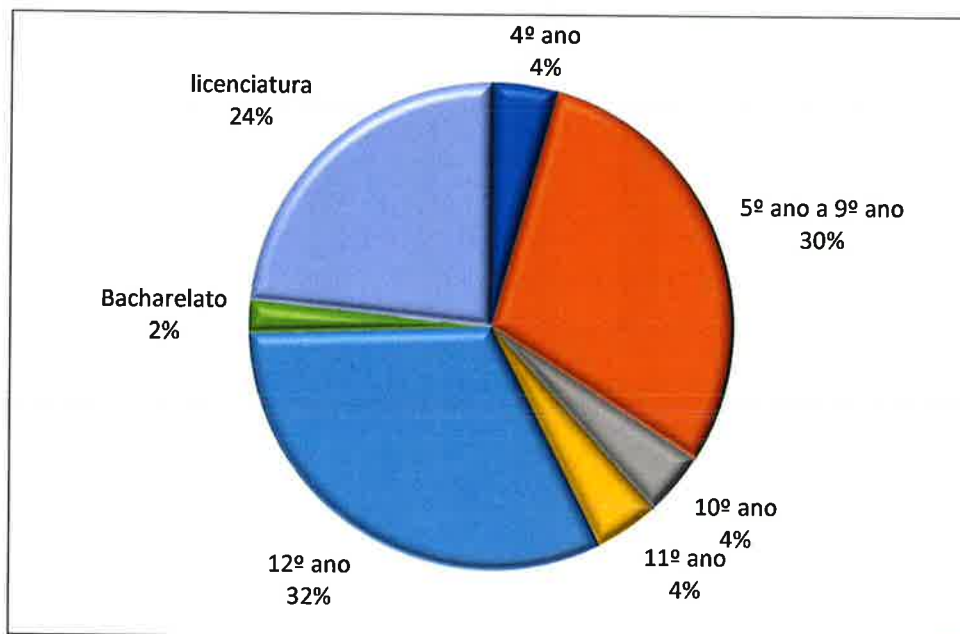
Fonte: Ponta do Oeste

Em 2021, na Ponta do Oeste 11% do efetivo global apresenta uma antiguidade média até 5 anos, 87% apresenta uma antiguidade entre os 10 e os 19 anos e 2% do efetivo global tem 20 anos de antiguidade.

5.10 EFETIVO / ESTRUTURA HABILITACIONAL

A análise do efetivo e as respetivas habilitações leva-nos a concluir o seguinte:

GRÁFICO 4 – ESTRUTURA HABILITACIONAL

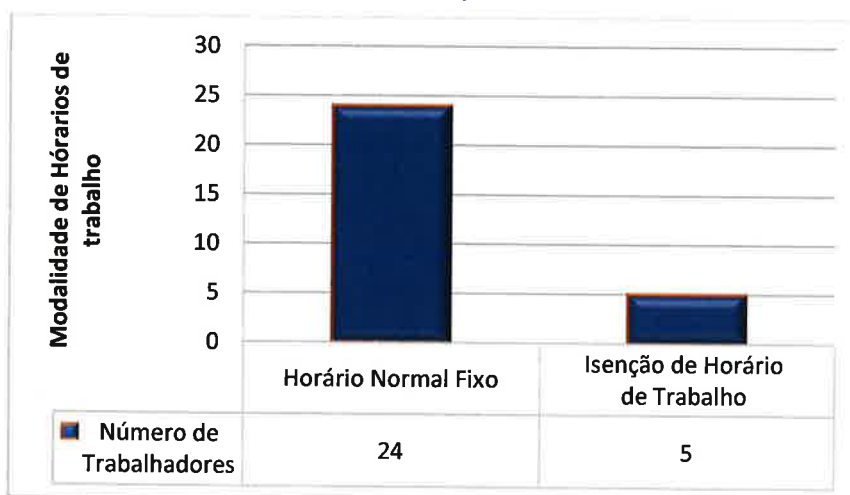


Fonte: Ponta do Oeste

5.11 PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O período normal de trabalho semanal do pessoal da Ponta do Oeste é de 35 horas ou de 40 horas, consoante o contrato de trabalho celebrado entre o trabalhador e a Ponta do Oeste. De acordo com o regime de organização do trabalho, a distribuição percentual do pessoal ativo por tipologia de horário é a seguinte:

GRÁFICO 5 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO



Fonte: Ponta do Oeste

O potencial máximo anual de trabalho em 2021 foi de 6380 dias, descontados os dias de descanso, as férias, os feriados e as tolerâncias de ponto.

De salientar que os dias de férias representaram uma perda de 749 dias. Contribuíram para este número a antiguidade dos trabalhadores, pois por cada dez anos de serviço acresce um dia de férias aos 25 estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Cada colaborador trabalhou, em média, 220 dias no ano de 2021. É de salientar que esta informação é referente apenas aos trabalhadores do quadro de pessoal ativo.

5.12 ABSENTISMO

No ano de 2021, registaram-se faltas por doença, para assistência a familiares, por falecimento de familiares, por gravidez de risco, licença parental e pela continuidade da licença sem vencimento de um trabalhador.

5.12.1 ABSENTISMO – COVID-19

Com a pandemia COVID-19, a Ponta do Oeste registou em 2021, faltas de 7 trabalhadores que apresentaram declarações de isolamento profilático, que representou 64 dias.

5.13 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE

No ano em análise, foi adjudicada a prestação de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho de modo a dar cumprimento ao imperativo legal constante na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro.

Todos os trabalhadores da Ponta do Oeste, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho.

5.13.1 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MEDIDAS COVID

Dotou-se as instalações com os meios de proteção adequados à mitigação das medidas COVID-19, designadamente através da colocação de painéis acrílicos e da aquisição de produtos de desinfecção, máscaras, fatos de proteção e viseiras.

Foram atualizados os planos de contingência para a Sede bem como para as infraestruturas e respetivos planos de retoma de atividade para os empreendimentos, conforme as indicações providas pelas Autoridades competentes.





5.14 RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA

Na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. os trabalhadores não são sindicalizados.

Os trabalhadores têm vínculo jurídico laboral de contrato de trabalho sem termo (43), Acordo de Cedência (2) e contrato de trabalho a termo certo (1).

Não existe Acordo de Empresa, pelo que os contratos dos trabalhadores regem-se pela Lei Geral do Trabalho, excetuando-se 7 trabalhadores que estão integrados na Convenção Coletiva de Trabalho dos empregados de escritório, comércio e serviços da RAM bem como 1 trabalhador integrado na Convenção Coletiva de Trabalho de parques e garagens.

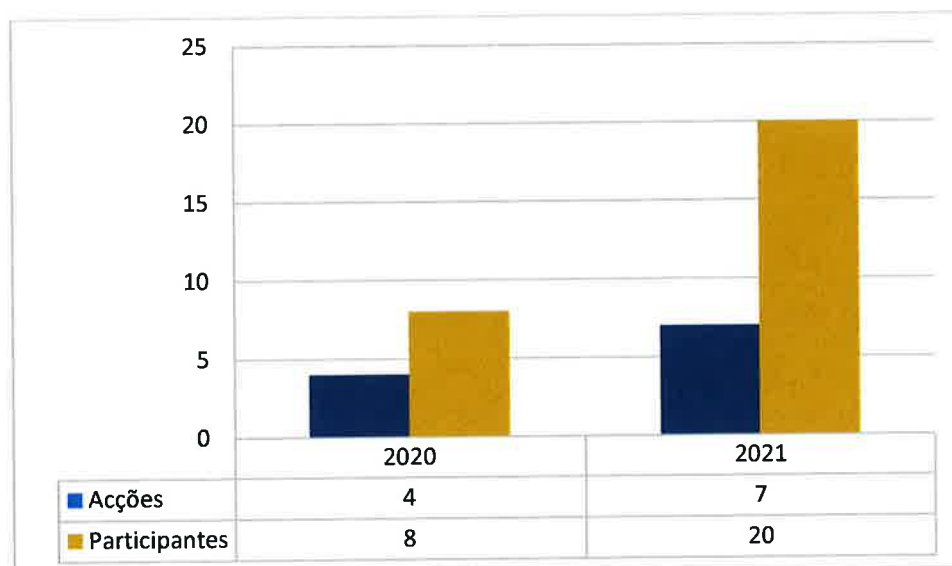
5.15 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano 2021, foram realizadas 7 ações de formação:

- Curso técnico de formação e animação turística.
- Curso de boas práticas no âmbito da COVID-19.
- LTPF – Regime de férias, faltas e licenças.
- Código do Procedimento Administrativo.
- Regime da Contratação Pública – Formação de Contratos.
- Liderança e Gestão de Equipas.
- Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na RAM.

As formações supramencionadas tiveram um total de 20 participantes e 1594 horas de formação.

GRÁFICO 6 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Fonte: Ponta do Oeste, S.A.

O ano de 2021 pautou-se por um aumento significativo no número de participantes, bem como de ações de formação.

5.16 RESPONSABILIDADE SOCIAL

5.16.1 INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. possibilitou a realização de Programas de Emprego.

No decurso de 2021, foram colocadas:

- Programa de ocupação temporária para desempregados (POT):
 - Cinco desempregados.
- Medida de Estágio Profissional:
 - Um estagiário licenciado.

5.16.2 COMUNIDADE ESCOLAR

A Ponta do Oeste proporcionou a realização de um “Estágio de Verão”. Este Programa é da responsabilidade da Direção Regional da Juventude e visa potenciar a aquisição de aptidões transversais ao nível social, académico e profissional dos estudantes universitários, em contexto real de trabalho, na área de formação que se encontram a frequentar.



Contribui, também, para a emancipação e afirmação dos jovens em termos de qualificação profissional, proporcionando uma experiência formativa capaz de fomentar o enriquecimento curricular, promovendo a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Acolheu, nos meses de julho e agosto, jovens no Programa “Jovem em Formação”. Este Programa visa promover a ocupação dos tempos livres, de modo transversal e integrativo, através do desempenho de atividades formativas que permitam aos colocados o contacto experimental com algumas áreas profissionais, de modo a desenvolver o seu sentido de responsabilidade e de participação social.

6. GOVERNO DAS SOCIEDADES





6. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo dá cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de *Governance*, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

6.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA

O enquadramento jurídico da Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da Ponta do Oeste.

É uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público, sendo que a 31 de dezembro de 2021 a sua estrutura societária era detida em 100% pela Região Autónoma da Madeira⁸.

Desde 2014, a Ponta do Oeste integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR - Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial de Ponta do Oeste e tem por objeto social conceber, promover, construir e gerir projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos Concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

A sua constituição permitiu dotar aqueles concelhos de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento sócio económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego;

⁸ Cujas tutelas estão cometidas à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9 de novembro.



Participar no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas da Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da RAM. Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à Ponta do Oeste, esta tem por:

| Missão

A missão da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.

| Visão

A ação da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

| Valores

- Responsabilidade
- Compromisso
- Excelência
- Transparência
- Inovação

Os diversos instrumentos, estratégias e programas existentes, deverão ser aproveitados pela Ponta do Oeste e demais parceiros, para a melhoria e a otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento social, turístico e económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento de singularidade e atuação numa lógica de negócio colocando as suas infraestruturas no mercado;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com os parceiros privados.

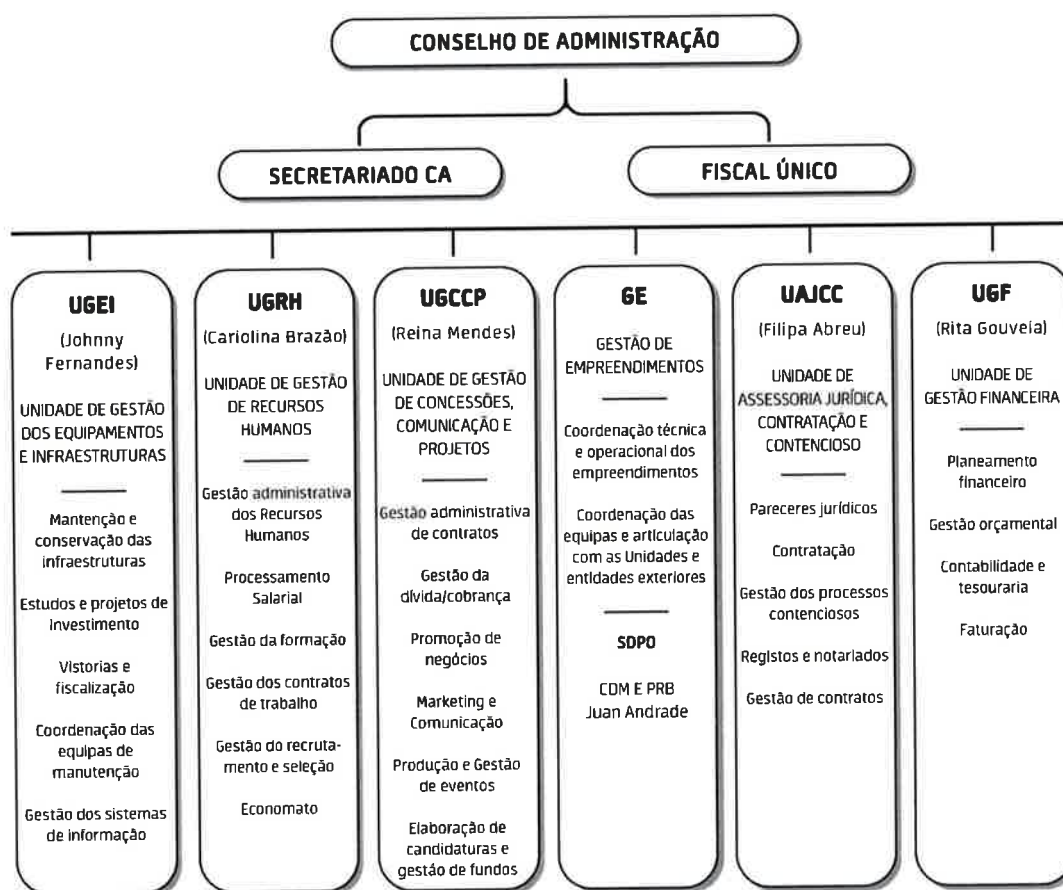


O ano de 2021 caracterizou-se, ainda, por um abrandamento da economia regional, fruto das consequências da Pandemia COVID-19, por razões sobejamente conhecidas, os fluxos de turismo e a circulação das pessoas foram fortemente penalizadoras da atividade da empresa.

6.2. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

Desde 2012 que existem serviços partilhados entre a Ponta do Oeste e as restantes três Sociedades de Desenvolvimento (SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.).

A estrutura organizacional da Ponta do Oeste assenta no organograma infra, comum às quatro Sociedades de Desenvolvimento:



6.3. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Os objetivos estratégicos e operacionais definidos para 2021, vertidos no Plano de Atividades foram aprovados pelo acionista em Assembleia Geral realizada a 29 de dezembro de 2020.



6.4. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTOS INTERNOS

A complexidade do enquadramento legal da Ponta do Oeste, enquanto empresa pública reclassificada, condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação muito diversa, desde o Código das Sociedades Comerciais ao Código da Contratação Pública, desde as normas da Contabilidade Orçamental às normas da Contabilidade Patrimonial.

Alguns regulamentos, pela sua relevância e especificidade, podem ser consultados no site das Sociedades de Desenvolvimento em www.sociedadesdesenvolvimento.com.

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Estatutos da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.;
- Alterações aos Estatutos da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Alterações ao SERAM;
- Estatuto Jurídico do Gestor Público;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei de Enquadramento Orçamental;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.

Regulamentos Internos:

- Preçários aplicáveis às infraestruturas e empreendimentos da Ponta do Oeste;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;



- Código de Ética e Conduta;
- Plano de Contingência COVID – 19;
- Plano de Retoma da Atividade – mitigação das medidas COVID – 19;
- Regulamento de pagamentos;
- Certificação de Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos associados ao COVID-19;
- Normas e circulares emitidas pelo Conselho de Administração e Coordenadores de gestão corrente dos serviços.

6.5. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS - TRIÉNIO 2020-2022

A 31 de dezembro de 2021 a composição dos órgãos sociais, eleitos em Assembleia Geral realizada em 29 de dezembro de 2019, era a seguinte:

6.5.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Paulo Baptista Fontes

Secretário: Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara

6.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Vogal Executivo: Ricardo Jorge Santana Morna Jardim

Vogal Não Executivo: Júlia Isabel Vieira Lopes

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

6.5.3. FISCAL ÚNICO

Suplente: José Augusto Silva Mendes

Efetivo: KPF – SROC, S.A., representada pelo sócio José de Sousa Santos

Suplente: Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha

6.5.4. CONTABILISTA CERTIFICADO

Embora não sendo parte integrante de um órgão social, de realçar que as funções de contabilista certificado, exercidas nos termos e para os efeitos dos Estatutos do Contabilista Certificado, são desempenhadas pela Opção Divina, Lda., representada pelo contabilista Certificado Roberto Luís da Silva Vaz Barros, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o n.º 81 367.

6.5.5. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS / REPRESENTAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração desempenham funções, em regime de acumulação⁹, autorizado por Despacho Conjunto do Vice Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, datado de 2 de janeiro de 2020, na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., na SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., na SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. e na SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A..

6.5.6. COMPETÊNCIAS, REPRESENTAÇÃO E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREA DE TUTELA

O Conselho de Administração é constituído por cinco membros:

- Membros executivos:
 - 1 Presidente, que nas deliberações do Conselho tem voto de qualidade em caso de empate;
 - 2 vogais.
- Membros não executivos:
 - 2 vogais.

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos da Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., compete ao Conselho de Administração a administração dos negócios sociais e a representação da Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente.

⁹ De acordo com os critérios previstos na Resolução n.º 392/2015, de 19 de maio.

Em cumprimento do artigo 405.º do Código das Sociedades Comerciais foi aprovado o RFCA - Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração, do qual se destaca:

1. Assegurar a gestão dos negócios da Sociedade e praticar todos os atos necessários à prossecução do seu objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos, cabendo-lhe, designadamente:

- a. Elaborar o plano de atividades, anual e plurianual;
- b. Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- c. Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- d. Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- e. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
- f. Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
- g. Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
- h. Decidir sobre a admissão de pessoal e sua remuneração;
- i. Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
- j. Exercer as demais competências que lhe caibam por lei, independentemente e sem prejuízo das que lhe sejam delegadas pela assembleia geral.

2. Delegação de competências:

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em comissões especiais algum ou alguns dos poderes, conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

Incumbe, especialmente, à Presidente do Conselho de Administração:

- a. Assegurar a articulação entre as diferentes áreas de intervenção
- b. Representar o conselho em juízo e fora dele;
- c. Coordenar a atividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões;

d. Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

Em assuntos de mero expediente, bem como qualquer assunto sem relevo económico para o património da Sociedade, bastará a assinatura de um dos membros com funções executivas do Conselho de Administração.

Em cumprimento do disposto no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração da Ponta do Oeste, o Conselho de Administração reúne ordinariamente duas vezes por semana e extraordinariamente sempre que convocado pela Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de dois administradores e conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 15.º dos Estatutos da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A, a Sociedade obriga-se:

- Pela assinatura da Presidente do Conselho de Administração;
- Pela assinatura conjunta de dois vogais do Conselho de Administração, dentro dos limites e condições da respetiva delegação de competências e poderes;
- Pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um procurador da Sociedade;
- Pela assinatura de um mandatário ou mais mandatários, nos termos dos respetivos mandatos.

Nos termos do RFCA, a forma de obrigar pagamentos e levantamento de fundos é a seguinte:

- a. As autorizações para o pagamento de despesas e para o levantamento de fundos serão efetuados pela emissão de cheques, ordem de transferência de fundos ou de crédito em conta bancária e ainda através de outra forma que se imponha, decorrente das condições de utilização da plataforma da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E;
- b. Os documentos são nominativos e obrigam a duas assinaturas do Conselho de Administração, independentemente do definido nos Estatutos desta Sociedade e no procedimento operacional de utilização da plataforma do IGCP.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.



Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

| Formação Académica

Licenciatura em Gestão de Instituições Financeiras - Universidade da Madeira;

Formação Pedagógica de Formadores, pela Magna Voce;

Pós-Graduação em Direitos do Consumidor, pela Universidade de Coimbra.

| Atividade Profissional Atual

Desde março de 2018 - Presidente do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De outubro de 2017 a março de 2018 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira;

De maio de 2015 a agosto de 2017 - Presidente da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;

De outubro 2004 a abril de 2015 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira;

De janeiro de 2000 a outubro de 2004 - Gestora de clientes no Millennium BCP;

De julho de 1998 a novembro a 1999 - Estágio em Contabilidade;

De julho 1997 a setembro 1997 - Apoio nas atividades de secretaria e faturação.

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

| Formação Académica

Licenciatura em Política Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal no Instituto Superior de Transportes;

Pós-Graduação em Estudos Europeus, variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito na Universidade Clássica de Lisboa;

Frequência da Licenciatura em Gestão na Universidade da Madeira;

5.º Ano de Língua Francesa – Alliance Française;

Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração no Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo.

| Atividade Profissional Atual

Desde novembro de 2019, Vogal do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De março de 2014 a dezembro de 2016 e de outubro de 2017 a outubro de 2019 - Vogal Executiva do Conselho de Administração da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De maio de 2012 a março de 2014 – Vogal da Mesa da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De maio de 2010 a março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De março de 2001 a abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De novembro de 1997 a fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De abril de 1986 a agosto de 1991 - Técnica Superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria Regional do Plano e na Direção Regional de Portos;

De janeiro a abril de 1985 - Docente na Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;

De outubro de 1984 a outubro de 1985 - Estágio profissional na UBP-União de Bancos Portugueses.



| Participação em Comissões/Grupos de Trabalho

Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;

Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);

Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional;

Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;

Representante no grupo de trabalho previsto no DL n.º 51/2016, de 23 de agosto, que regula as condições para a obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança de Contentores (CSC), 1972, que é carregado num navio a que se aplique o capítulo VI da Convenção Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974, e fixa as condições de credenciação necessárias;

Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos.

Vogal Executivo: Ricardo Jorge Santana Morna Jardim

| Formação Académica

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

| Atividade Profissional Atual

Desde janeiro de 2020 - Vogal do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De 2001 a 2019 - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora S.A.;



De 1995 a 2001 - Sócio-Gerente do CELFF-Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, Lda.;

De 1994 a 1995 - Diretor de operações do Grupo Jerónimo Martins;

De 1991 a 1994 - Conselho de Gerência da Codibal-Comércio e distribuição de bebidas e alimentação, Lda.;

De 1989 a 1994 - Administrador da Madibel – Indústria de Alimentos e Bebidas, S.A.

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

| Formação Académica

Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

| Atividade Profissional atual

Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A...

| Atividade Profissional Anterior

De 2011 a 2016 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus;

De 2007 a 2011 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social;

De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social e Transportes;

De 1993 a 2007 - Arquiteto/Consultor na elaboração de pareceres sobre projetos de Arquitetura de empreendimentos hoteleiros e similares no âmbito das competências da Direção Regional do Turismo, Secretaria Regional do Turismo e Cultura;

De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;

De 1985 a 1986 - Docente na Escola da Levada, das disciplinas de Projeto de Construção e de Medições e Custos, do Curso Técnico Profissional de Construção Civil (Pós-Laboral);

De 1979 a 1980 - Docente na Escola Preparatória do Porto Santo, das disciplinas de Educação Visual e Físico-química

Em 1979 - Docente na Escola Preparatória da Achada, das disciplinas de Educação Visual.

Vogal Não Executivo – Júlia Isabel Vieira Lopes

| Formação Académica

Licenciatura em Direito, menção de Jurídico/Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Estágio de Advocacia no Centro Distrital de Estágio da Ordem dos Advogados da Madeira terminado a 11 de maio de 1992;

Detentora da Cédula Profissional de Advogado n.º 88M, emitida pela Ordem dos Advogados em 11 de junho de 1993, ora suspensa;

Frequência do curso de pós-licenciatura em Estudos Europeus, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, promovido em parceria entre o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e o Instituto Superior de Gestão.

| Atividade Profissional Atual

Técnica Superior no Gabinete Jurídico da Vice-Presidência do Governo Regional e Assuntos Parlamentares;

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De 2015 a 2019 exerceu funções de Chefe de Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais;



De 2012 a 2015, face à reestruturação de serviços operada da Secretaria Regional do Plano e Finanças exerceu as funções de Diretora do Gabinete Jurídico e da Zona Franca da Secretaria Regional das Finanças;

De 1993 a 2011 exerceu as funções de Diretora do Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídico, órgão de apoio direto ao Secretário Regional das Finanças;

De 1990 a 1993 desempenhou as funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Secretaria Regional das Finanças;

De 1989 a 1990 ingressou na função pública, tendo exercido funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Vice-Presidência e Coordenação Económica.

| Outros

De 1997 a 2006 exerceu, na qualidade de representante do Governo Regional, as funções de Vogal e de Presidente do Conselho de Administração da empresa "Planal - Sociedade de Planeamento e Desenvolvimento da Madeira, S.A.";

De 2011 a 2015 exerceu as funções de vogal sem funções executivas do Conselho Administrativo único das Sociedades de Desenvolvimento do Norte da Madeira. S.A., Zona Oeste- Ponta Oeste, S.A., Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e do Porto Santo, S.A.;

De 2015 a 2019 exerceu as funções de Vice-Presidente da Assembleia Geral da Empresa "ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.".

6.5.7. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são as seguintes:

| Assembleia Geral

Presidente: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Secretário: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração

| Conselho De Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da Ponta do Oeste, de 29 de dezembro de 2019 indicadas no quadro infra:

QUADRO 7 – RESUMO TOTAL DAS REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Un,; Euros

Descrição	Nivalda Gonçalves	Fátima Carvalho ¹⁰	Ricardo Morna	Júlia Isabel	Paulo Costa
Remuneração Base	9.526,92€	11.897,76€	7.933,20€	1.983,36€	1.983,36€
Subsídio de Férias/Natal	1.587,82€	1.982,96€	1.322,20€		
Subsídio de Alimentação	265,94€	262,36€	265,94€		
Despesas de Representação	4.011,36€	3.340,32€	3.340,32€		
CGA/Segurança Social/AT	3.989,49€	4.090,04€	2.991,46€	471,00€	471,00€
Comunicações			142,55€		
TOTAL	19.381,53€	21.573,44€	15.995,67€	2.454,36€	2.454,36€

Fonte: Ponta do Oeste

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, SAMS e ADSE, consoante a situação aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

| Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, KPF – SROC, S.A., durante o ano de 2021, foi de 2.904,00 €.

| Contabilista Certificado

Os honorários pagos à Opção Divina no ano de 2021 foram 2.745,00 €.

^{10 10} A Vogal executiva optou vencimento do lugar de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 23.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, autorizado por Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional e Assuntos Parlamentares e a autorização expressa na eleição dos membros para os órgãos sociais.

6.6. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES

No exercício de 2021 foram realizadas 80 reuniões, tendo sido tomadas 153 deliberações pelo Conselho de Administração. Nestas estão incluídas 2 reuniões de Conselho de Administração alargado¹¹.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no exercício de 2021:

6.6.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

- Aprovar o Relatório de Gestão, Contas do Exercício e demais documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte;
- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e vinte;
- Aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois e demais documentos que o integram;
- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois;
- Aprovar a Minuta Tipo para Acordo de Regularização de Dívida entre terceiros e as Sociedades de Desenvolvimento em virtude de atrasos no pagamento resultantes do impacto do Covid-19;
- Aprovar as alterações ao Plano de Contingência e implementar nas instalações da Ponta do Oeste no âmbito da pandemia COVID – 19, na sequência das sucessivas orientações das Autoridades de Saúde para o Centro Desportivo da Madeira e Piscinas da Ribeira Brava;
- Aprovar o pagamento da taxa de utilização do domínio marítimo - restaurante/bar e esplanada na frente mar do Lugar de Baixo;
- Propor ao acionista a celebração de contratos programa ao abrigo dos montantes aprovados no ORAM 2020 para financiamento de projetos PIDДАР, através da Lei de Meios;
- Aprovar a constituição dos Fundos de Maneio para o ano de 2021;
- Aprovar as alterações ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de 2021 devido às últimas alterações legislativas;
- Aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021;

¹¹ Reunião do Conselho de Administração com a presença dos vogais não executivos.



- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre 2021;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Semestre 2021;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 3.º Trimestre 2021;
- Autorizar a Prorrogação de Suspensão da Empreitada Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo;
- Autorizar a Prorrogação de Suspensão da Empreitada Reconstrução dos Paredões da Marina do Lugar de Baixo;
- Deliberar sobre o pedido de celebração de contrato de concessão da Parcela de Domínio Público da Frente Mar da Freguesia da Madalena do Mar e aprovar a minuta de contrato;
- Aprovar a Candidatura ao Plano de Comercialização e Vendas da APM.

6.6.2. REPRESENTAÇÃO DA PONTA DO OESTE EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

A Ponta do Oeste fez-se representar na Comissão Consultiva do POTRAM pelo Arquiteto Saulo Nunes, que integra a Unidade de Gestão dos Equipamentos e Infraestruturas (UGEI).

6.6.3. RECURSOS HUMANOS

- Aprovar os Mapas de Férias para o ano 2021;
- Autorizar a aquisição de cadeiras para a prevenção e atenuação de sintomatologia associada a lesões por postura imprópria;
- Solicitar, via tutela, a atribuição de suplementos remuneratórios;
- Propor à Assembleia Geral a atualização salarial nos termos definidos para os demais trabalhadores do setor público empresarial;
- Aprovar a Renovação da Comissão de Serviço dos Coordenadores e as minutas de contrato de trabalho em regime de comissão de serviço;
- Adjudicar a prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho;
- Apresentar candidatura aos:
 - Programa MAIS;
 - Programa Ocupacional de Desempregados (POT);
- Autorizar a prorrogação do prazo da cedência de interesse público de duas trabalhadoras;

- Autorizar a prorrogação da cedência de interesse público dos trabalhadores que desempenham funções na Direção Regional da Cultura - MUDAS. Museu de Arte Contemporânea da Madeira;
- Autorizar a prorrogação da licença sem vencimento de um técnico superior.

6.6.4. GESTÃO FINANCEIRA / EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO / ARD'S

- Aprovar as alterações orçamentais efetuadas no ano de 2021;
- Aprovar a atualização do Preçário para o ano 2022 das Piscinas da Ribeira Brava;
- Aprovar a atualização do Preçário para o ano 2022 do Centro Desportivo da Madeira.

6.6.5. GESTÃO DOCUMENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÓNICO

- Aprovar os templates para a Uniformização das Minutas de informações e ofícios das Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma de Gestão Documental para as Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a aquisição de equipamento informático e licenças Office;
- Adjudicar a Prestação de Serviços para Utilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública pelas Sociedades de Desenvolvimento;
- Adjudicar a aquisição de Serviços de Arquivo para as Sociedades de Desenvolvimento.

6.6.6. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS E CONCESSÕES

- Autorizar a emissão de licença precária para a ocupação de espaço no Parque de Estacionamento da Frente Mar da Madalena do Mar para venda ambulante;
- Autorizar o início de procedimento para a Concessão de Exploração de um Espaço Comercial destinado a Restauração e similares na Frente Mar da Madalena do Mar;

- Deliberar a não adjudicação da Concessão de Exploração de um Espaço Comercial destinado a Restauração e Similares na Frente Mar da Madalena do Mar por força da ação judicial interposta pelo Município da Ponta do Sol;
- Autorizar a celebração de contrato de utilização das instalações desportivas do CDM (sintético fut-11) com a Associação Desportiva Recreativa e Cultural "Os Xavelhas";
- Autorizar a celebração de contrato de utilização das instalações desportivas do CDM (sintético fut-11) com a Associação Cultural e Desportiva de São Vicente;
- Autorizar a renovação do contrato de utilização das instalações desportivas do CDM (sintético fut-11) com o CEO Liceu;



6.6.7. ESTUDOS E PROJETOS

- Autorizar a prestação de Serviços de Elaboração de um Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro para a Concessão do Campo de Golfe da Ponta do Pargo;
- Autorizar a prestação de Serviços de Elaboração do Projeto de Reabilitação do Empreendimento Centro Desportivo da Madeira, na Ribeira Brava;
- Autorizar a prestação de serviços para Elaboração dos Projetos Geotécnicos de Prevenção e Mitigação de Riscos de Derrocada na Escarpa Sobranceira ao Túnel de Ligação na ER 101-VE3 à Vila de Ponta do Sol de Gunitagem para Consolidação de Talude do Palacete dos Zinos- Informação de outorga e apresentação dos documentos de habilitação;

6.6.8. EMPREITADAS, AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- Autorizar a prestação de serviços de Consultoria e Apoio Técnico na Manutenção das Piscinas da Ribeira Brava;
- Autorizar o início de procedimento para a prestação de serviços a Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Centro Desportivo da Madeira;
- Autorizar a prestação de serviços para a Manutenção Completa dos Elevadores MNS 616 e MNS 244, do Complexo das Piscinas da Ribeira Brava e Centro Desportivo da Madeira;
- Autorizar a prestação de serviços para a manutenção das zonas ajardinadas e monitorização das palmeiras da Frente Mar da Madalena do Mar;



- Autorizar a prestação de serviços para técnico responsável pela exploração das instalações elétricas dos empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a aquisição de tintas e material de pintura para a zona balnear da Frente Mar da Ribeira Brava;
- Autorizar a prestação de serviços para Reformulação dos equipamentos de tratamento e aquecimento de águas das Piscinas da Ribeira Brava;
- Autorizar a prestação de serviços para a Fiscalização e Coordenação de Segurança para a Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas da Frente Mar contíguas à foz da Ribeira da Madalena do Mar;
- Autorizar a empreitada de instalação de fossa séptica para o novo bar da Frente Mar da Madalena do Mar;
- Autorizar o início de procedimento para aquisição de Combustível para as Viaturas, Máquinas e Equipamentos das Sociedades de Desenvolvimento- Decisão de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar;
- Autorizar a aquisição de materiais de proteção e desinfecção no âmbito do COVID-19;
- Autorizar a prestação de serviços para a digitalização das pastas do projeto da Marina do Lugar de Baixo, a pedido do Tribunal Central de Lisboa e na sequência do processo n.º 9570/10.4TCLRS;
- Autorizar o início do procedimento para a Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas da Frente Mar contíguas à foz da Ribeira da Madalena do Mar, na Ponta do Sol - 2ª Fase;
- Autorizar a Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas da Frente Mar contíguas à foz da Ribeira da Madalena do Mar;
- Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Centro Desportivo da Madeira;
- Autorizar o início do procedimento para a Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Centro Desportivo da Madeira;
- Autorizar o início do procedimento para a Fiscalização e Coordenação de Segurança para a Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas do Empreendimento Centro Desportivo da Madeira.



6.6.9. ASSESSORIA JURÍDICA / CONTENCIOSO

- Autorizar o contrato de prestação de serviços de Assistência Técnica para Prova Pericial na Prosecução do Contencioso Legal sobre a Marina do Lugar de Baixo, no âmbito do processo do Tribunal central de Lisboa – Processo n.º 9570/10.4TCLRS;
- Autorizar o patrocínio jurídico à Ponta Oeste, S.A., no âmbito da Ação administrativa sob o n.º de Processo 204/21.2BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal;
- Autorizar o patrocínio jurídico à Ponta Oeste, S.A., no âmbito da Ação Administrativa sob o n.º de Processo 226/13.7BEFUN do TAAF;
- Autorizar o patrocínio jurídico à Ponta Oeste, S.A., no âmbito do Processo n.º 2498/21.0T8FNC;
- Autorizar o patrocínio jurídico à Ponta Oeste, S.A., no âmbito da Ação Administrativa sob o n.º de Processo 272/21.7 BEFUN;
- Mandatar a Sociedade Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados S.P., R.L. para a representação da Ponta do Oeste no âmbito do Processo de Contraordenação n.º 2944/2021;
- Mandatar a Sociedade Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados S.P., R.L. para a representação da Ponta do Oeste no âmbito do Processo Comum n.º 227/21.1BEFUN

6.6.10. MARKETING E RELAÇÕES-PÚBLICAS

- Aprovar a criação de novos produtos/serviços na tabela de preços do CDM;
- Aprovar o Pagamento de quota de 2021 da Ponta do Oeste à Associação de Promoção da Madeira.

6.6.11. ATIVIDADES FILANTRÓPICAS/RESPONSABILIDADE SOCIAL DA PONTA DO OESTE

- Aprovar o programa de Aniversário Piscinas da Ribeira Brava – 12 dezembro;
- Aprovar o Plano de ação para as comemorações do 14º Aniversário do CDM;
- Aprovar o Plano para a Promoção Internacional - Centro Desportivo da Madeira e Piscinas da Ribeira Brava;
- Aprovar o Plano para as comemorações da Semana Europeia do Desporto.



6.7. ENTIDADES ENCARGADAS DE AUDITORIA EXTERNA

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Regional do Trabalho;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- PKF-SROC, S.A.;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Tribunal de Contas;
- Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização de Parcerias Público-Privadas e do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Outras que, no âmbito das suas atribuições de inspeção/fiscalização sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

6.8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A Certificação Legal de Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas PKF – SROC, S.A. encontra-se em anexo ao presente relatório.

7.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE



7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE



Em junho de 2021, foi aprovado o novo regime jurídico do SERAM, que prevê na subsecção II - Obrigações e responsabilidades das empresas do SERAM, da Secção II - Das práticas de bom governo, que define no artigo 43.º que¹² "Anualmente, cada empresa informa o titular da função acionista e o público em geral do modo como *foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público*, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, informação publicitada nos sítios na Internet em nome da transparência".

7.1. MISSÃO E TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A Ponta do Oeste, empresa pública, cuja estrutura acionista pertence ao Governo Regional da Madeira e tem por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

¹² Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.



As atividades da Ponta do Oeste visam a obtenção de resultados sustentáveis, no incremento do desenvolvimento económico social dos concelhos da zona oeste da Madeira, e vai muito além do lucro.

Desde logo, e como plasmado nos Estatutos¹³ de criação da sociedade em 2000, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público, entidade gestora dos investimentos, fundos, projetos e ou ações a aplicar na promoção do desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, que constituem a sua zona de intervenção. Para tal, a Ponta do Oeste tem por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

Nesse âmbito, a concretização dos investimentos previstos no PIDDA e no Plano de Atividades para 2021, com destaque para a reabilitação dos empreendimentos foram desenvolvidos com financiamento através de receita própria.

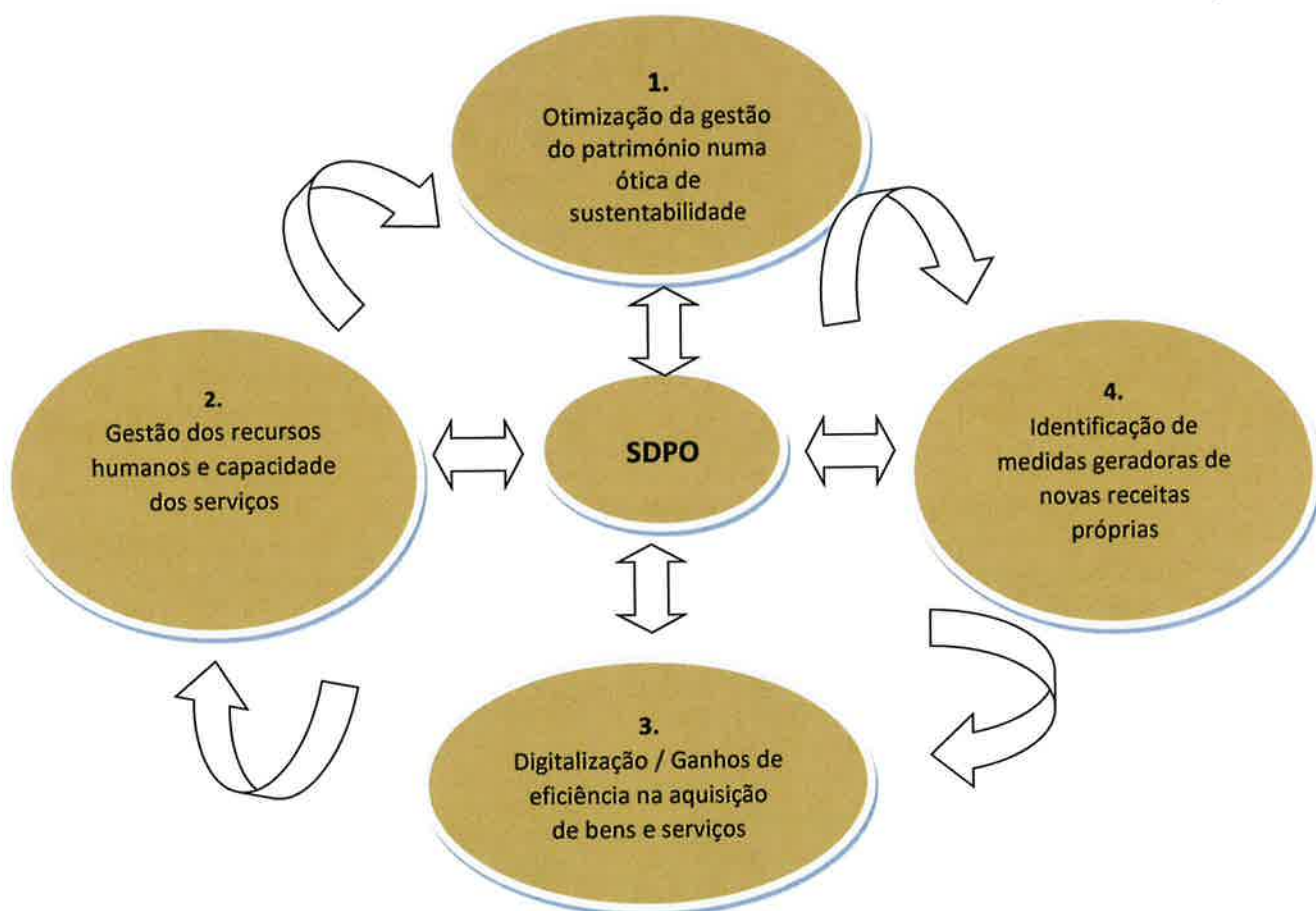
Os investimentos estão relatados e quantificados no presente documento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos¹⁴, dando-se cumprimento ao artigo 46.º do SERAM.

Graças ao esforço do acionista, colaboradores e demais stakeholders, a Ponta do Oeste tem adotado metodologias que lhe permitem melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e/ou utentes.

¹³ Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020, de 2 de agosto.

7.2. DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PARA 2021

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



A Ponta do Oeste deu continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procedeu ao lançamento de outras, indo de encontro ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

Realce para as principais nos quadros infra:

OE1 – OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO, INCLUINDO INFRAESTRUTURAS NUMA ÓTICA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Objetivo/Meta	Ações
Regularização patrimonial da Sociedade, incluindo as benfeitorias	Levantamento topográfico a clássico/drone (aerofotogrametria) do talude subjacente ao Palacete dos Zinos e das margens e leito da Ribeira da Caixa.

Objetivo/Meta	Ações
Reabilitação de alguns empreendimentos, de modo a permitir a sua eficaz rentabilização, com impactos na receita e, consequente autonomia financeira	Execução do projeto de gutinagem para consolidação da escarpa subjacente ao palacete dos Zinos; Empreitada Reabilitação das infraestruturas da frente mar contíguas à foz da ribeira da madalena do mar, incluindo a construção de um espaço de apoio, em substituição do restaurante destruído por derrocada; Prestação de serviços para recuperação das zonas ajardinadas da Frente Mar da Madalena do Mar; Reabilitação do Parque Infantil da Frente Mar da Madalena do Mar; Reabilitação Das Infraestruturas e Equipamentos Do Centro Desportivo Da Madeira;
Atualização do valor do património da sociedade e a atualização de um cadastro que permita, em qualquer momento, tomar decisões consonantes com a estratégia do acionista	Início da elaboração das peças processuais para o lançamento do procedimento em 2022
Adaptação das infraestruturas e equipamentos às regras COVID-19 e ao acesso a indivíduos com mobilidade reduzida	Certificação Internacional no domínio das Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos, incluindo o risco associado ao SARS-COV 2
Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de Governo, designadamente nas áreas: - energéticas - aproveitamento das águas de rega - substituição de viaturas para a redução da pegada ecológica, tendendo para emissões zero	Prestação de Serviços de TREIE - Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas do Centro Desportivos da Madeira; Aquisição de uma viatura comercial nova, em substituição de uma antiga, mais económica e eficiente do ponto de vista energético; Fornecimento e instalação de equipamentos mais eficientes para aquecimento de águas, nas Piscinas da Ribeira Brava
Desenvolvimento de modelos de gestão partilhada das áreas de atuação da Ponta do Oeste	Implementação do sistema de gestão documental e de arquivo Implementação dos serviços de higiene e medicina do trabalho
Propostas dos planos anuais, nomeadamente de: Obras de manutenção, com partilha de custos na ótica do utilizador / pagador em áreas da sociedade, mas com gestão pelas autarquias;	Celebração do protocolo com a Junta de freguesia da Madalena do Mar para a manutenção corrente da frente mar da Madalena do Mar

Objetivo/Meta	Ações
Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo.	Colaboração no relatório PIDDAR 2020; Participação na equipa de renegociação dos empréstimos contraídos por entidades do SERAM, liderada pela Secretaria Regional das Finanças Representação na Comissão Consultiva do POTRAM Contributos para o PIDDAR 2022

OE2 – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E CAPACIDADE DOS SERVIÇOS ATRAVÉS DE REALOCAÇÃO INTERNA E RECEÇÃO DE PESSOAL DO IEM

Objetivo/Meta	Ações
Otimização dos recursos humanos, através do desenvolvimento e definição de competências polivalentes, motivando e adaptando os trabalhadores às unidades e empreendimentos que melhor se enquadrem nas respostas às suas problemáticas, com evidentes benefícios na eficiência e eficácia da organização e com reflexo positivo na orgânica da organização	Foram ajustadas as tarefas de alguns trabalhadores Foram efetuadas transferências de local de funções de alguns trabalhadores
Definição e implementação de normas e procedimentos internos tendo em vista o aumento da eficiência dos serviços, com benefícios operacionais e financeiros, libertando recursos para tarefas que se revelem adequadas à melhoria da performance financeira da sociedade e ao aperfeiçoamento das relações com os stakeholders	Adjudicação da prestação de serviços de disponibilização de plataforma de gestão documental (iDOK) ferramenta que possibilita, além do arquivo digital, uma melhor e eficiente gestão documental reduzindo os gastos em material de escritório, bem como um incremento na proatividade dos recursos humanos Implementação da prestação de serviços de arquivo Início da elaboração de regulamento arquivístico
Prestação atempada de informação clara e sucinta que permita a tomada de decisões de forma mais célere e eficaz. Desta forma, pretende-se estabelecer minutas de relatórios a serem elaborados pelos responsáveis pelas unidades e empreendimentos, por forma a permitir um acompanhamento permanente da atividade da sociedade e a tomada de decisões em consonância com a estratégia definida pelo acionista	Foram efetuadas reuniões com os Coordenadores das Unidades e dos empreendimentos Aprovação das diversas minutas dos documentos utilizados na gestão diária e respetivos circuitos de envio e receção
Negociação do Acordo coletivo de trabalho, ou instrumento equivalente	Adjudicação da prestação de serviços de assessoria jurídica para o estudo e



Objetivo/Meta	Ações
	elaboração do Acordo Empresa ou instrumento análogo
Continuidade de um plano de recursos humanos para a substituição das saídas, designadamente a consolidação de mobilidades, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços, quando tal se revele necessário	Autorização de cedência de interesse público
Implementação do plano plurianual 2020-2022 de formação profissional	Continuidade às ações de formação previstas no plano plurianual, prevendo-se concluir, na íntegra, no ano de 2022
Contratualização e implementação da higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa	Contrato de Prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, (em vigor), de modo a dar cumprimento ao imperativo legal constante na Lei 102/2009 de 10 de setembro, foram implementados os serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho
Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho	Foram autorizados horários de trabalho com a acumulação das 2 horas de redução, para efeitos de amamentação
Receção de desempregados colocados pelo IEM – Instituto de Emprego da Madeira, sempre que tal se manifeste do interesse das partes	Foram colocados desempregados ao abrigo do Programa MAIS, do Programa POT, bem como de Estágios Profissionais
Incentivo ao autodesenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.	Foi atribuído o estatuto de trabalhador-estudante a um trabalhador

OE3 – DIGITALIZAÇÃO / GANHOS DE EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Objetivo/Meta	Ações
Negociação através de agrupamento de empresas dos contratos de uso comum (higiene e limpeza, digitalização, arquivo, comunicações, entre e outras aquisições de bens e serviços), com ganhos de escala.	Contrato de Prestação de Serviços de Contabilidade para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Prestação de Serviços de Revisores Oficiais de Contas para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Documental e Arquivo para as

Objetivo/Meta	Ações
	Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Prestação de Serviços de Impressão, Cópias, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);
Como empresa de interesse público, a Ponta do Oeste é responsável pela eficiência da comunicação intra e extra empresa pelo que para a melhoria da governança e do interface com os diferentes parceiros, estão previstas as seguintes ações:	Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma eletrônica de gestão documental IDOK (em vigor);
Promoção da utilização de recursos e da agilização dos fluxos de informação, associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os parceiros, contribuindo a implementação do sistema de gestão documental, digitalização da documentação através da plataforma eletrônica e redução do papel	Envio das faturas por e mail, reduzindo significativamente os custos com despesas de correio, rapidez na entrega e redução de papel
Continuar a insistir na melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente as resultantes do SNC-AP e S3CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, cálculo de juros de mora nas faturas geradas pelo SIAG	Efetuada insistências para a parametrização do sistema designadamente: • Foram efetuadas as atualizações anuais obrigatórias por lei; • Cálculo automático de juros de mora; • Datas de vencimento das faturas; • Controlo dos contratos, com data de início e fim; • Interligação ao programa da faturação eletrónica • Disponibilização dos códigos QR nas faturas
Implementação da contabilidade analítica	Em estudo
Implementação da fatura eletrónica.	Início do processo, em conjunto com os demais serviços do GR que utilizam o SIAG



OE4 – IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE NOVAS RECEITAS PRÓPRIAS

Objetivo/Meta	Ações
Negociação das condições de utilização dos espaços da Sociedade que atualmente não apresentam retorno financeiro	Foram realizadas reuniões entre as entidades que usufruem dos espaços e o Conselho de Administração.
Abertura à concorrência para a exploração dos espaços devolutos. Além disso será dada continuidade ao estabelecimento de parcerias que permitirão aumentar a afluência aos espaços da sociedade, bem como à promoção de eventos, atividades que terão impacto no aumento da receita.	Foram realizados contactos com entidades que lideram associações, ordens, sindicatos, entre outros, para criar pacotes especiais. Foram organizados eventos ao longo de 2021, nomeadamente, Torneios de gofé, conferências, formações, entre outros.
Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para a Sociedade, em especial nas áreas objeto de concorrência	Foram realizadas reuniões, e ainda, visitas aos espaços devolutos de forma a despertar interesse de entidades privadas.
Propostas para o estabelecimento de parcerias, envolvendo o município na parte em que seja viável a complementaridade das funções e áreas de atuação	Foram realizados contatos para o estabelecimento de parcerias com os municípios para gestão de espaços de usufruto público.
Propostas de preçários, numa ótica custo/benefício, sem descurar a componente de interesse público	Atualização do tarifário do Centro Desportivo da Madeira; Atualização do tarifário para as Piscinas da Ribeira Brava; Atualização das taxas e rendas de acordo com o plasmado nos respetivos contratos.
Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para a atratividade da utilização dos equipamentos e infraestruturas, em especial das menos apetecíveis e mais penalizadas com a pandemia	Foram realizadas reuniões, e ainda, visitas aos espaços
Desenvolvimento de parcerias com os hoteleiros e empresas de animação turística de modo a dinamizar as infraestruturas e a prestação de serviços	Foram realizadas reuniões, e ainda, visitas aos espaços
Iniciativas a desenvolver na implementação do Plano de Atividades, dinamizadas pelos Coordenadores dos Empreendimentos.	Reproduzidas no RGC 2021

7.3. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção¹⁵. Encontra-se aprovado por deliberação do Conselho de Administração, e em vigor, o Plano de Prevenção de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas.

É efetuada anualmente a monitorização através da elaboração de relatório que se encontra publicitado no sítio da internet no endereço <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>

7.4. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção¹⁶.

Nesse sentido, a Ponta do Oeste aprovou e adotou o Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento, ao abrigo da *Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção*, de 1 de julho de 2009, e alterações, que estabelece que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos devem dispor de planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Este documento foi amplamente divulgado por todos os seus colaboradores e encontra-se publicitado no sítio da internet no endereço <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>.

O Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, prevendo o tratamento com equidade de todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, instituições públicas relacionadas, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.

7.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com o artigo 47.º do SERAM, e no que se refere à Responsabilidade social “As empresas públicas regionais devem prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da

¹⁵ artigo 44.º do SERAM

¹⁶ artigo 45.º do SERAM

igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.”

A medição dos objetivos a que se refere o ponto anterior, normalmente através de relatório elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) (relatório de responsabilidade social, também conhecido como relatório de sustentabilidade), mas que com referência ao ano de 2021 ainda não estamos em condições de elaborar dado o know how que é necessário e a especificidade do documento.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é definida, segundo a Norma Internacional ISO 26000, como *“a responsabilidade assumida por uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”*, ou seja, a RSE vai além de questões económicas, passa por diferentes questões sociais, de governance e ambientais.

De acordo o Livro Verde¹⁷ da Comissão Europeia, são identificados alguns vetores que fazem parte da responsabilidade social das empresas:

- As práticas laborais, como os direitos humanos, trabalho e formação, diversidade, igualdade de género, saúde e bem-estar dos trabalhadores;
- As questões ambientais, como a biodiversidade, alterações climáticas, utilização eficiente dos recursos e prevenção da poluição;
- O combate à corrupção;
- A contribuição para o desenvolvimento da comunidade;
- A inclusão de pessoas em situação de desigualdade;
- Envolvimento com os interesses e benefícios dos consumidores.

Com base nestes princípios, e tomando por base as boas práticas de RSE, identificamos algumas ações tomadas pela Ponta do Oeste:

¹⁷ Livro verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas /* COM/2001/0366 final
*

1. Política de recursos humanos e promoção da igualdade¹⁸

A Ponta do Oeste enquanto empresa pública regional tem implementado políticas de recursos humanos, dentro dos vários constrangimentos, orientados para a valorização e capacitação do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, sendo de realçar:

- Formação profissional, melhor descrita no ponto 5.16 dos Recursos Humanos;
- Apoio e incentivo ao trabalhador-estudante, com 2 trabalhadores a usufruir desse estatuto;

Todos os seus trabalhadores são tratados com respeito e integridade.

Existe uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, da Ponta do Oeste, sem qualquer prática discriminatória entre género, religião ou ideologia. De notar que dos 29 trabalhadores ativos 17 são mulheres.

2. Promover o equilíbrio entre a vida pessoal e familiar com a vida laboral, a Ponta do Oeste estimula a conciliação da vida pessoal com a familiar, como por exemplo:

- a conciliação do período de férias entre casais e filhos, sobretudo os que estão em idade escolar;
- em 2021 foram registadas ausências, pelas seguintes situações:
 - 2 trabalhadoras com horário para amamentação;
 - 2 trabalhadores em gozo de licença parental;
 - 2 Assistência a filhos menores;

3. Elaborar um Código de Conduta - A Ponta do Oeste dispõe de Código de conduta, conforme descrito no ponto 7.4. Padrões de ética e conduta.

4. Verificar se a empresa está em conformidade com a legislação - É feita a coordenação e o acompanhamento constante pela Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso de forma a manter atualização dos procedimentos em conformidade com a legislação e demais normas e regulamentos aplicáveis às funções e atividades da Ponta do Oeste.

5. Estimular a economia local – A economia local é estimulada pela criação e manutenção de postos de trabalho, quer direta, quer indiretamente a 20 trabalhadores que trabalham e

¹⁸ Artigo 48.º do SERAM

residem nos concelhos da Zona Oeste da Madeira, onde a oferta de mão de obra é excedentária. Exemplificamos a dinâmica do Centro Desportivo da Madeira e os milhares de desportistas que atualmente frequentam esta infraestrutura.

6. Criar canais de comunicação entre a empresa e a comunidade – As redes sociais e a divulgação através dos órgãos de comunicação social têm sido os principais canais de comunicação utilizados. Em 2021, para além da atualização da informação no sítio da internet da Ponta do Oeste, realce para:
 - Entrevista sobre os empreendimentos da Ponta Oeste;
 - Várias notícias da RTP/Madeira, com anúncio do lançamento do projeto de reabilitação do Centro Desportivo da Madeira, entre outros;
 - Dinamização das redes sociais de cada empreendimento.
7. Participar e patrocinar eventos e projetos sociais – O patrocínio e participação em projetos sociais, dada a natureza de as possibilidades da Ponta do Oeste, não foi descurado.

Destacam-se os seguintes projetos:

- Parcerias com IPSS e Associações locais e regionais na dinamização de atividades nas instalações da Ponta do Oeste.
- Projetos com os Centros de Atividades Ocupacionais, Universidade Sénior e Associações desportivas e sociais para dinamização de atividades de âmbito social junto de população mais desfavorecidas.

Cultura:

- Parceria com a Direção Regional da Cultura para gestão e dinamização do Casa das Mudas um espaço de referência de exposições e dinamização cultural.
 - Dinamização de eventos culturais em espaços de fruição pública, como sejam as frentes mar do concelho da Ribeira Brava e o Porto de Recreio da Calheta.
8. Criar campanhas que incentivem hábitos alinhados com a sustentabilidade – Destaque para a sensibilização da redução de impressão de documentos, impressão a preto e branco e frente e verso e, por conseguinte, a redução de papel e de tinta.
 9. Apoio em tempos de crise e teletrabalho: Apoio aos funcionários, cujas funções permitiram o teletrabalho e que por razões pessoais, esta modalidade revelou-se adequada,

possibilitando que não houvesse perda de remuneração. Beneficiaram desta medida 9 trabalhadores.

10. Ambiente de trabalho inclusivo: A inclusão esteve presente nos processos de recursos humanos, com destaque para os programas de emprego, estágios profissionais e apoio em casos de doenças degenerativas e de mobilidade reduzida.

11. Apostar em inovação e novos procedimentos:

- A digitalização da correspondência permitiu, e permite, uma poupança de tempo e otimização na circulação da correspondência. Complementarmente, o início da elaboração de normas e procedimentos para o arquivo centralizado virtualmente da correspondência;

A sustentabilidade depende de fatores ambientais, económicos, sociais e de governance. Assumem acutilância muito especial a governance, que assegura princípios robustos de gestão ética e que são cumpridos os princípios de compliance legal no modo com gerem a sua atividade sócio-económica e geram os seus lucros.

Cabe referir, e para os efeitos previstos e no âmbito dos artigos 49.º e 50.º do SERAM, SUBSECÇÃO III - Prevenção de conflitos de interesse, que os membros do Conselho de Administração atuaram, e atuam, com independência e que no início do seu mandato em 2020 declaram ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização a acumulação de funções na SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A, na SDPS - Sociedade de desenvolvimento do Porto Santo, S.A.. e na SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., cumpriram com os deveres de informação à Inspeção Regional de Finanças, bem como com os deveres de informação, igualmente aplicáveis na matéria, nos termos do disposto, designadamente, no Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira.

Nos desafios ambientais, assume particular relevância as alterações climáticas e a consequente necessidade de tornar a economia da União Europeia mais sustentável, em linha com a visão e a estratégia definidas no Pacto Ecológico Europeu e com o Acordo de Paris, e tendo ainda em conta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, documento intitulado “transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, baseado em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias, com o lema é: “Ninguém pode ficar de fora!”.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Fonte: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>

No cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a Ponta do Oeste deu o seu contributo para este desígnio:

- Adquiriu uma viatura de apoio à manutenção por outra mais económica em termos de consumos.
- Substituição de lâmpadas mais económicas;
- Reabilitação de empreendimentos cujos projetos foram elaborados com medidas de eficiência energética.

Paralelamente, para os empreendimentos em uso, foi iniciado a tramitação para o estudo da eficiência energética, cuja adaptação prevê-se venha a ser candidatada ao REACT no corrente ano.

7.6. TRANSPARÊNCIA

A transparência é um valor da Ponta do Oeste, a que acrescem os valores da Responsabilidade, Compromisso, Excelência e Inovação.

A visão da Ponta do Oeste não está dissociada da transparência, mais rigorosa ainda quando se trata de uma sociedade de interesse público. A sua ação visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos. Cabe, aqui, uma referência à transparência existente nas aquisições de bens e serviço, empreitadas e concessões, em suma processos de contratação pública, em que é utilizada a plataforma da AcinGov e publicitada no sítio da internet.

Como valor e princípio ético, a transparência é mais do que obrigação, é o desejo de informar tudo aquilo que, no plano empresarial possa afetar significativamente os interesses legalmente protegidos pelo que quem mais informado estiver, melhor decisões pode tomar.

Vivemos na sociedade da informação, que observa cuidadosamente cada um dos passos dados pelas empresas, que nem sempre é devidamente percecionada, e nessa situação estão as Sociedades de Desenvolvimento, nas quais se inclui a Ponta do Oeste.

Nesta matéria há ainda um longo caminho a percorrer, que passa pela necessidade de forma estruturada de aperfeiçoar a transparência com o desenvolvimento, na relação com os stakeholders, meios de comunicação e a sociedade em geral e cujo objetivo é aumentar a acessibilidade da empresa e melhorar a compreensão. Em suma, conseguir que a transparência seja um ativo reconhecível da Ponta do Oeste e que todos os stakeholders com quem se relaciona recebem as informações corretas, a tempo e de forma compreensível.

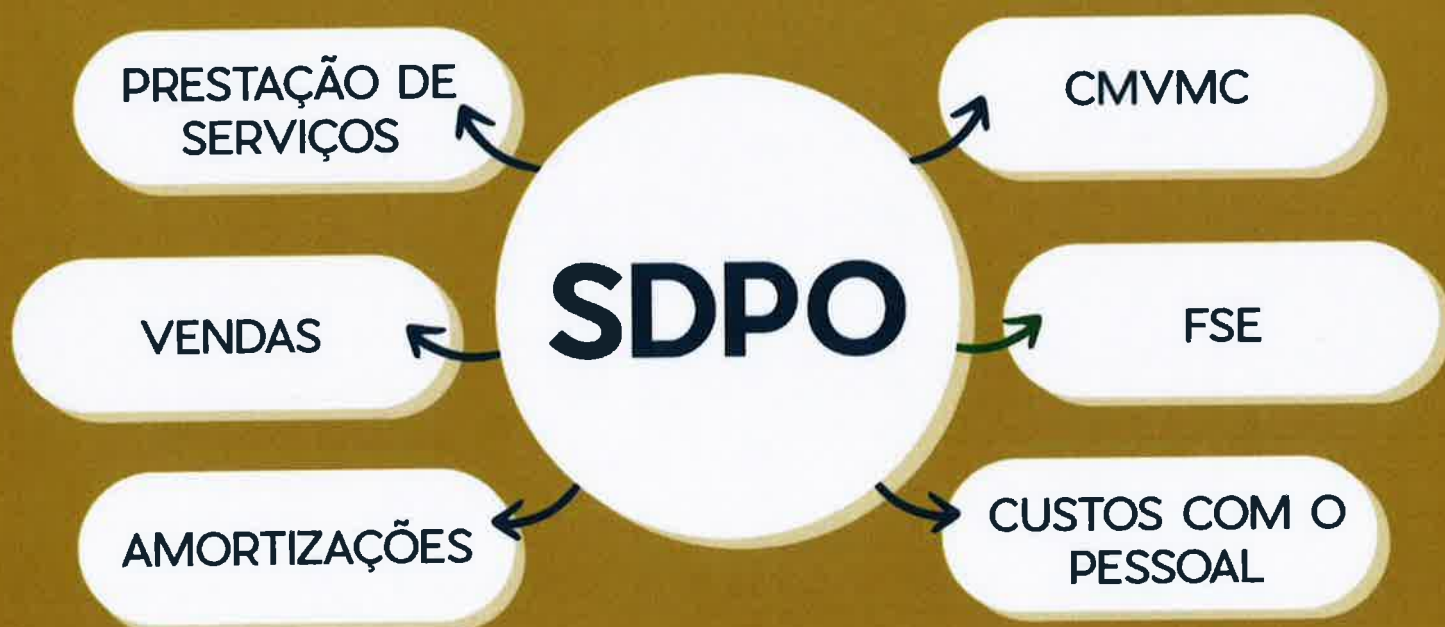
A Ponta do Oeste cumpre com os princípios da transparência financeira a que alude o artigo 15.º do SERAM, com a sua contabilidade (patrimonial e orçamental) organizada nos termos legais, com utilização das aplicações informáticas SIGORAM e SIAG.

São perfeitamente identificáveis todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes entre a Ponta do Oeste e as entidades públicas regionais titulares do respetivo capital social. Não existe quaisquer despesas não documentadas. Ainda no domínio da transparência de referir que a Ponta do Oeste cumpre com a lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e publica no seu site os pagamentos em atraso a fornecedores e de cliente e os compromissos plurianuais assumidos.



8.

RECLASSIFICAÇÃO DA SDPO E ANÁLISE ORÇAMENTAL



8. RECLASSIFICAÇÃO DA PONTA DO OESTE ANÁLISE ORÇAMENTAL

8.1. MERCANTILIDADE

Desde 2014 que a Ponta do Oeste – Sociedade de Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. integra o perímetro da Administração Pública Regional, sendo equiparada a fundo e serviço autónomo.

Para determinar as entidades que integram o perímetro do sector público não financeiro que integram o conjunto das administrações públicas, é necessário avaliar a natureza da sua atividade e a mercantilidade, de acordo com novo quadro conceptual resultante da SEC2010, aplicada a partir de 2014.

O subsector da administração regional inclui, para além dos governos regionais e das autarquias locais, as entidades não mercantis do Setor Público Empresarial da RAM, onde se inclui a Ponta do Oeste. A mercantilidade¹⁹ referente a 2021 apresenta um rácio de 15%.

Cabe realçar que as vendas e prestações de serviços, e em linha com o ano de 2021 foram fortemente influenciadas pela COVID-19, tendo sido reduzidas a menos de metade do período pré pandemia, e conforme largamente explanado no presente documento.

Importa referir que o peso das amortizações é ainda muito grande, os preços praticados, dada a natureza de interesse público da Ponta do Oeste, refletem-se nas atividades desenvolvidas e nos equipamentos e infraestruturas de utilização pública, universal e gratuita. A título de exemplo, referimos a utilização da frente mar da Ribeira Brava e o acesso ao farol da mesma vila e o túnel de acesso da Estrada de São João à vila da Ribeira Brava.

8.2. RECLASSIFICAÇÃO DA PONTA DO OESTE

A Ponta do Oeste integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR), situação que introduziu alterações significativas nas suas obrigações, dos quais se destaca:

- A integração da Ponta do Oeste no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;

¹⁹ As entidades públicas podem ser classificadas em unidades institucionais mercantis ou não mercantis, sendo considerada não mercantil se anualmente as suas vendas não cobrirem pelo menos 50% dos seus custos durante um período prolongado. Consideram-se vendas, as receitas resultantes do fornecimento de bens ou serviços a preços economicamente significativos, ou seja, a preços que influenciam as quantidades produzidas e consumidas. Excluem-se destas receitas, os pagamentos recebidos das administrações públicas (transferências).



- Cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- Obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros em contas abertas no IGCP.

O orçamento inicial da Ponta do Oeste para o ano económico de 2021, elaborado na ótica da contabilidade orçamental, apresentou um valor global de 9 760 055€, com a seguinte distribuição:

QUADRO 8 – ORÇAMENTO INICIAL DA PONTA DO OESTE

Unidade: €

Designação	Orçamento	
1. Receitas correntes	789 997	8,1%
2. Receitas de capital	8 970 058	91,9%
TOTAL DAS RECEITAS	9 760 055	100,0%
1. Despesas correntes	1 388 872	14,2%
2. Despesas de capital	8 371 183	85,8%
TOTAL DAS DESPESAS	9 760 055	100,0%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA PONTA DO OESTE**8.3.1. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO**

Neste ponto analisaremos o desempenho da Ponta do Oeste ao nível da receita e da despesa, sendo considerados na receita, os valores realmente cobrados, e na despesa, os valores efetivamente pagos.

No decurso do ano de 2021, e atendendo à situação complicada motivada pelo COVID-19 e pela perda de receita resultante da redução de rendas, e a receção de subsídio através de contrato programa, foram necessários ajustamentos ao orçamento.

Foram elaboradas 18 alterações orçamentais, com destaque para:

- Integração do saldo de gerência no montante de 2.616.623€, utilizado para pagar valores transitados;
- Crédito especial para contemplar as verbas do contrato programa celebrado ao abrigo da Lei de Meios;
- Meras transferências entre rubricas económicas e de valores provenientes de recitas próprias.



No quadro infra, refletimos o exposto:

QUADRO 13 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2021 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2021 (2)	Execução orçamental 31.12.2021 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
Receitas correntes	789 997	1 113 253	286 049	-827 204	-74,3%
Receitas de capital	8 970 058	10 146 802	9 119 002	-1 027 800	-10,1%
Saldo de gerência	0	2 616 263	2 616 262	-1	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS	9 760 055	13 876 318	12 021 313	-1 855 005	-13,4%

Fonte: Ponta do Oeste

- As receitas correntes tiveram uma execução de 286 049,00€, ficando abaixo em 827 204 mil euros do valor previsto para a execução orçamental;
- As receitas de capital, registaram uma execução de 9M€, ficando abaixo em 1 M€ do valor orçamentado.
- O Saldo de Gerência foi totalmente executado.

8.3.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO SIGO/SOE

Os recursos financeiros globais da Ponta do Oeste resultaram fundamentalmente das seguintes fontes de financiamento:

- Receita própria;
- Contrato programa;
- Injeção de capital por parte do acionista RAM.

Atendendo ao montante anual da receita gerada pela Ponta do Oeste ser inferior ao montante da despesa anual, e tendo em conta a sua natureza enquanto EPR, as necessidades de financiamento da sociedade são obrigatoriamente supridas através do ORAM.

No ano de 2021 foi através de injeção de capital no montante de 7 138 747€.

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2021 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2021 (2)	Execução orçamental 31.12.2021 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
DESPESAS CORRENTES	1 388 872	2 080 194	1 082 174	-998 020	-48,0%
01 Despesas com Pessoal	694 592	727 798	563 305	-164 493	-22,6%
0101 Remunerações certas e permanentes	554 507	581 440	453 319	-128 121	-22,0%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	9 397	9 527	7 028	-2 499	-26,2%
0103 Segurança social	130 688	136 831	102 958	-33 873	-24,8%
02 Aquisição de bens e serviços	543 280	1 130 521	370 229	-760 292	-67,3%
0201 Aquisição de bens	46 000	138 069	29 532	-108 537	-78,6%
0202 Aquisição de serviços	497 280	992 452	340 697	-651 755	-65,7%
03 Juros e outros encargos	1 000	25 081	14 751	-10 330	-41,2%
0305 outros juros	1 000	25 081	14 751	-10 330	-41,2%
04 Transferências correntes	30 000	30 000	17 703	-12 297	-41,0%
0408 Famílias	30 000	30 000	17 703	-12 297	-41,0%
06 Outras despesas correntes	120 000	166 794	116 185	-50 609	-30,3%
0602 Diversas	120 000	166 794	116 185	-50 609	-30,3%
DESPESAS DE CAPITAL	8 371 183	11 796 124	7 322 846	-4 473 278	-37,9%
07 Aquisição de bens de capital	1 804 516	4 221 367	562 065	-3 659 302	-86,7%

0701 Investimentos	1 804 516	4 221 367	562 065	-3 659 302	-86,7%
08 Transferências de capital	0	813 975	0	-813 975	-100,0%
0801 Soc. e quase soc. Não financeiras	0	813 975	0	-813 975	-100,0%
10 Passivos financeiros	6 566 667	6 760 782	6 760 781	-1	0,0%
1006 Empréstimos de medio e longo prazo	6 566 667	6 760 782	6 760 781	-1	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS	9 760 055	13 876 318	8 405 020	-5 471 298	-39,4%

Fonte: Ponta do Oeste

- As despesas correntes tiveram uma execução de 1M€, ficando abaixo em 998 020€, do valor previsto para a execução orçamental;
- As despesas de capital registaram uma execução de 7,3M€, ficando abaixo em 4,4M€, do valor previsto para a execução orçamental.

8.3.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Como já referido anteriormente, o atual enquadramento da Ponta do Oeste enquanto EPR determina que as suas necessidades de financiamento anual, para além das receitas próprias, contratos programa, financiamento comunitário de projetos, sejam cobertas por verbas com origem no ORAM, estando dessa forma afastada a possibilidade de recurso a financiamentos junto do sistema financeiro.

Por outro lado, e como já referido, as necessidades de financiamento prendem-se com a amortização de dívida, que representa um valor significativo no global do endividamento registado, embora com uma redução expressiva no montante próximo dos 40.137.866,98 euros em 2021.

QUADRO 9 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Deutsche Bank	16 499 999,96	18 333 333,30	(1 833 333,34)	-10,00%
Depfa Bank	18 666 666,70	20 533 333,36	(1 866 666,66)	-9,09%
Banca OPI	31 533 333,27	34 399 999,95	(2 866 666,68)	-8,33%

Unidade: €

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, o prazo médio de pagamento a fornecedores (excluindo os pagamentos em atraso e que estavam contratualizados em Acordos de Regularização de Dívidas) verificado em 2021 foi inferior a 60 dias.

8.3.5. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

No final de 2021, não existiam pagamentos a fornecedores em atraso:

QUADRO 17 – PRAZOS DE PAGAMENTO

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	Total
Aq. de Bens e Serviços						

Fonte: Ponta do Oeste

No final de 2021 existiam montantes de recebimentos em atraso, como se evidencia a seguir:

QUADRO 18 – PRAZOS DE RECEBIMENTO

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	Total
Aq. de Bens e Serviços	52 216,80	434,50	11 482,42	1 459,00	2 026 347,07	2 091 939,79
Total	52 216,80	434,50	11 482,42	1 459,00	2 026 347,07	2 091 939,79

Fonte: Ponta do Oeste

Em sede de controlo dos atrasos, quer dos recebimentos, quer nos pagamentos é de assinalar que a Ponta do Oeste tem vindo a implementar os mecanismos necessários tendentes a prevenir tais ocorrências, nomeadamente através de uma gestão mais eficiente de identificação dos riscos de incumprimentos nos pagamentos e dos procedimentos de faturação e de pagamento. Existem montantes em cobrança coerciva no valor de 786.290,03€ que estão a ser acompanhados pela Abreu & Advogados – Sociedade de Advogados, RL.

8.3.6. SALDO DE GERÊNCIA

O Saldo de Gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de 31 de dezembro de 2020, tendo sido totalmente integrado no orçamento de 2021, através da 2.ª Alteração orçamental.

QUADRO 19 – SALDO DE GERÊNCIA

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Saldo orçamental	2 616 263	2 616 262	100,0%	2 492 100	124 162	5,0%
Na posse do serviço	2 616 263	2 616 262	100,0%	2 492 100	124 162	5,0%
Receita Total	2 616 263	2 616 262	100,0%	2 492 100	124 162	5,0%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.7. DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com o Pessoal representam 6,13% do total da despesa, com um valor 530.059,00€.

QUADRO 20 – DESPESAS COM O PESSOAL

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Remunerações certas e permanentes	581 440	453 319	78,0%	422 284	31 035	7,3%
Órgãos sociais	46 572	37 229	79,9%	35 277	1 952	5,5%
Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	396 210	297 405	75,1%	276 383	21 022	7,6%
Representação	19 250	15 386	79,9%	14 629	758	5,2%
Suplementos e prémios	14 950	13 793	92,3%	12 419	1 374	11,1%
Subsídio de refeição	43 600	30 530	70,0%	28 891	1 639	5,7%
Subsídio de férias e de natal	60 858	58 977	96,9%	54 686	4 291	7,8%
Abonos variáveis ou eventuais	9 527	7 028	73,8%	7 099	-71	-1,0%
Ajudas de custo	1 950	1 560	80,0%	1 560	0	0,0%
Abono para falhas	1 423	923	64,9%	984	-61	-6,2%
Formação	1 500	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros abonos em numerário ou espécie	4 654	4 545	97,7%	4 555	-10	-0,2%
Segurança social	136 831	102 958	75,2%	100 675	2 282	2,3%
Contribuições para a segurança social	125 585	99 249	79,0%	97 650	1 599	1,6%
Seguros	9 375	3 105	33,1%	3 026	80	2,6%
Outras Despesas de Segurança Social	1 871	604	32,3%	0	604	100,0%
Total	727 798	563 305	77,4%	530 059	33 247	6,3%

Fonte: Ponta do Oeste

Face a 2020, observa-se um acréscimo global de 7,3%, nas remunerações certas e permanentes que se explicam, essencialmente, pelo aumento significativo do salário mínimo Regional pois cerca de 80% dos trabalhadores auferem esse tipo de salário.

Nos abonos variáveis ou eventuais, observa-se uma redução de 1%, que se explica essencialmente pela redução do abono para falhas, pois alguns dos trabalhadores que auferem este suplemento estiveram ausentes por assistência a filhos menores de 12 anos devido ao encerramento dos estabelecimentos de ensino e outros estiveram em isolamento profilático.

8.3.8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços representa 4,40% do total da despesa, com um valor de 0,3M€.

QUADRO 21 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento	Execução		Execução			
	Corrigido						
	€	€	%	€	€	%	
Aquisição de bens	138 069	29 532	21,4%	56 732	-27 200	-47,9%	
Combustíveis e lubrificantes	37 000	14 890	40,2%	27 641	-12 751	-46,1%	
Limpeza e higiene	7 500	3 280	43,7%	2 266	1 014	44,8%	
Vestuário e artigos pessoais	2 310	1 905	82,5%	0	1 905	100,0%	
Material de escritório	2 000	405	20,2%	5 454	-5 049	-92,6%	
Mercadorias para venda	1 047	0	0,0%	13 478	-13 478	-	
Ferramentas e utensílios	79 212	5 767	7,3%	7 893	-2 126	-26,9%	
Outros bens	9 000	3 285	36,5%	0	3 285	100,0%	
Aquisição de serviços	992 452	340 697	34,3%	1 268 619	-927 922	-73,1%	
Encargos das instalações	266 868	121 861	45,7%	860 401	-738 540	-85,8%	
Limpeza e higiene	11 220	1 010	9,0%	2 712	-1 702	-62,8%	
Conservação de bens	130 704	18 688	14,3%	27 298	-8 609	-31,5%	
Comunicações	13 000	3 878	29,8%	4 369	-492	-11,2%	
Seguros	10 000	7 011	70,1%	6 110	901	14,7%	
Deslocações e estadas	1 500	0	0,0%	610	-610	-	
Estudos pareceres projetos e consultadoria	195 116	59 718	30,6%	80 282	-20 564	-25,6%	
Publicidade	42 800	25 724	60,1%	4 199	21 525	512,6%	
Assistência técnica	8 013	4 429	55,3%	9 139	-4 710	-51,5%	
Outros trabalhos especializados	268 013	85 947	32,1%	229 948	-144 001	-62,6%	
Outros serviços	45 218	12 430	27,5%	43 552	-31 121	-71,5%	
Total	1 130 521	370 229	32,7%	1 325 351	-955 122	-72,1%	

Fonte: Ponta do Oeste

Para a grande variação observada relativamente a 2020, salienta-se as de maior valor absoluto:

- Os maiores aumentos verificaram-se nos Encargos das instalações, Vestuário e artigos pessoais, Outros Bens, Publicidade;
- As reduções mais significativas verificaram-se ao nível das rubricas Combustíveis e Lubrificantes, Material de Escritório, Mercadorias para Venda, Encargos das Instalações, Conservação de Bens, Estudos Pareceres Projetos e Consultadoria, Assistência Técnica, Outros Trabalhos Especializados e Outros Serviços, pois o Conselho de Administração tomou algumas medidas de redução de custos.

8.3.9. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os Juros e Outros Encargos representam 0,18% do total da despesa, com um valor de 14 751,00€.

QUADRO 22 – JUROS E OUTROS ENCARGOS

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Outros juros	25 081	14 751	58,8%	46 068	-31 318	-68,0%
Outros	25 081	14 751	58,8%	46 068	-31 318	-68,0%
Total	25 081	14 751	58,8%	46 068	-31 318	-68,0%

Fonte: Ponta do Oeste

O decréscimo em 99,9% deste subagrupamento é explicado, pelo facto de que em 2020, foram efetuados pagamentos de juros de mora a fornecedores de dívidas em atraso, o que não se veio a verificar em 2021.

8.3.10. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As Transferências Correntes representam 0,21% do total da despesa.

QUADRO 23 – OUTRAS

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Famílias	30 000	17 703	59,0%	7 734	9 970	128,9%
Outras	30 000	17 703	59,0%	7 734	9 970	128,9%
Total	30 000	17 703	59,0%	7 734	9 970	128,9%

Fonte: Ponta do Oeste

A execução verificada resulta da contratação de pessoal, através dos programas de emprego em associação com a Instituto de Emprego da Madeira, IP.

QUADRO 24 – IMPOSTOS E TAXAS

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Diversas	166 794	116 185	69,7%	157 402	-41 217	-26,2%
Impostos e taxas	166 794	116 185	69,7%	157 402	-41 217	-26,2%
Total	166 794	116 185	69,7%	157 402	-41 217	-26,2%

Fonte: Ponta do Oeste

Este subagrupamento representa 1,38% do total da despesa, e apresenta um decréscimo de 26,2% face a 2020.

A diminuição verificada resultou essencialmente dos valores pagos referentes ao IVA, que reduziram significativamente.

8.3.11. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este subagrupamento representa 6,69% do total da despesa, e apresenta um acréscimo muito significativo 2847,9% face a 2020.

QUADRO 25 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Investimentos	4 221 367	562 065	13,3%	19 067	542 998	2847,9%	
Terrenos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	
Edifícios	6 441	0	0,0%	0	0	0,0%	
Construções diversas	4 083 643	512 303	12,5%	17 450	494 853	2835,8%	
Equipamento de transporte	20 000	0	0,0%	0	0	0,0%	
Equipamento de informática	6 220	1 205	19,4%	0	1 205	100,0%	
Software informático	8 789	1 083	12,3%	1 617	-533	-33,0%	
Equipamento básico	96 274	47 473	49,3%	0	47 473	100,0%	
Total	4 221 367	562 065	13,3%	19 067	542 998	2847,9%	

Fonte: Ponta do Oeste

Para o aumento acentuado, contribuiu a forte execução orçamental em todas as rubricas, à exceção da rubrica Software Informático.

8.3.12. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

QUADRO 26 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Sociedades e quase sociedades não financeiras	813 975	0	-	0	0	0,0%	
Privadas	813 975	0	-	0	0	0,0%	
Total	813 975	0	-	0	0	0,0%	

Fonte: Ponta do Oeste

No orçamento para 2021, inicialmente foi previsto um valor a ser executado nesta rubrica, no entanto não houve qualquer execução registada.

8.3.13. PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros representam 80,44% do total da despesa.

QUADRO 10 – PASSIVOS FINANCEIROS

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Empréstimos a médio e longo prazos	6 760 782	6 760 781	100,0%	6 566 667		194 114	3,0%
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	6 566 667	6 566 667	100,0%	6 566 667		0	0,0%
Administrações públicas - Administração Regional	194 115	194 114	100,0%	0		194 114	100,0%
Total	6 760 782	6 760 781	100,0%	6 566 667		194 114	3,0%

Fonte: Ponta do Oeste

A execução verificada na rubrica Administrações Públicas – Administração Regional, decorre da devolução do empréstimo efetuado pela SDNM à Ponta do Oeste.

8.3.14. RECEITA

A receita do ano 2021 ascendeu a 12M€, apresentando uma taxa de execução de 86,6%.

QUADRO 27 – RESUMO DA RECEITA

Designação	2021				2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Peso	Execução	Peso		
	€	€	%	%	€	%	€	%
Receitas Correntes								
Transferências correntes	323 256	0	0,0%	0,0%	156 389	1,4%	-156 389	-100,0%
Venda de bens e serviços correntes	759 797	213 822	28,1%	1,8%	405 196	3,6%	-191 374	-47,2%
Outras receitas correntes	30 200	72 228	239,2%	0,6%	152 386	1,4%	-80 158	-52,6%
Subtotal	1 113 253	286 049	25,7%	2,4%	713 971	6,3%	-427 921	-59,9%
Receitas de Capital								
Venda de Bens de Investimento	1 500 000	1 500 000	100,0%	12,5%	0	0,0%	1 500 000	100,0%
Transferências de Capital	1 440 690	480 255	33,3%	4,0%	11 590	0,1%	468 665	4043,7%
Ativos Financeiros	7 206 112	7 138 747	99,1%	59,4%	8 050 949	71,4%	-912 201	-11,3%
Saldo da gerência anterior	2 616 263	2 616 262	100,0%	21,8%	2 492 100	22,1%	124 162	5,0%
Subtotal	12 763 065	11 735 264	91,9%	97,6%	10 554 639	93,7%	1 180 626	11,2%
Receita Total	13 876 318	12 021 313	86,6%	100,0%	11 268 609	100,0%	752 704	6,7%

Fonte: Ponta do Oeste

Relativamente a 2020, note-se uma diminuição significativa em 427 921€ das receitas correntes, que resultou da baixa execução em todas as rubricas, comparativamente a 2020.

No que concerne às receitas de capital verificou-se um acréscimo de 11,2%, o que se traduz em 1,1M€.

No que respeita à fonte de financiamento, o quadro abaixo evidencia o elevado peso dos Passivos Financeiros contraídos junto do acionista Região Autónoma da Madeira, que representa 59,4% do total do orçamento da receita.

QUADRO 28 – DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Execução	Peso	Execução	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Passivos Financeiros - RAM	0	0,0%	502 273	4,5%	-502 273	-100,0%
RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	572 080	4,8%	7 687 044	68,2%	-7 114 964	-92,6%
Saldos RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	305 270	2,5%	39 523	0,4%	265 747	672,4%
Lei de meios	480 255	4,0%	11 590	0,1%	468 665	4043,7%
RP do Ano com Outras Origens	1 786 049	14,9%	575 603	5,1%	1 210 447	210,3%
No Sistema Bancário Externo	6 566 667	54,6%	2 452 576	21,8%	4 114 090	167,7%
Saldos de RP transitados - Com outras origens (A)	2 310 992	19,2%	0	0,0%	2 310 992	100,0%
Receita Total	12 021 313	100,0%	11 268 609	100,0%	752 704	6,7%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.15. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As transferências correntes tiveram uma execução nula, em 2021.

QUADRO 11 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€	%	€	€	%
Administração Regional	323 256	0	0,0%	156 389	-156 389	-100,0%
Região Autónoma da Madeira	323 256	0	0,0%	156 389	-156 389	-100,0%
Total	323 256	0	0,0%	156 389	-156 389	-100,0%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.16. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

O capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, registou uma quebra de 47,2%.

QUADRO 12 – VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução	Execução			
	€	€	%	€	€	%
Venda de bens	150	135	89,7%	90	45	50,1%
Mercadorias	150	135	89,7%	90	45	50,1%
Serviços	759 647	213 687	28,1%	405 107	-191 419	-47,3%
Aluguer de espaços e equipamentos	508 777	211 804	41,6%	381 411	-169 608	-44,5%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	225 870	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros	25 000	1 884	7,5%	23 695	-21 812	-92,1%
Total	759 797	213 822	28,1%	405 196	-191 374	-47,2%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.17. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A execução destas receitas sofreu um decréscimo em 2021, de 80.158€ (-52,6%).

QUADRO 13 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Outras	30 200	72 228	239,2%	152 386	-80 158	-52,6%
Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio	200	0	0,0%	0	0	-100,0%
Outras	30 000	72 228	240,8%	152 386	-80 158	-52,6%
Total	30 200	72 228	239,2%	152 386	-80 158	-52,6%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.18. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Como se pode verificar a execução foi de 100%, justificada pela venda, em 2021, do edifício de Serviços Públicos da Ribeira Brava.

QUADRO 7 – VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento	Execução		Execução		
	Corrigido					
	€	€	%	€	€	%
Venda de Bens de Investimento	1 500 000	1 500 000	100,0%	0	1 500 000	100,0%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 500 000	1 500 000	100,0%	0	1 500 000	100,0%
Total	1 500 000	1 500 000	100,0%	0	1 500 000	100,0%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.19. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de Capital registaram em 2021 um forte incremento em 4.043,7%, explicado pela comparticipação recebida dos contratos de programa.

QUADRO 8 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
		€	€		%	€	€
	Transferências de Capital	1 440 690	480 255	33,3%	11 590	468 665	4043,7%
Administração Regional	1 440 690	480 255	33,3%	11 590	468 665	4043,7%	
Total	1 440 690	480 255	33,3%	11 590	468 665	4043,7%	

Fonte: Ponta do Oeste

8.3.20. ATIVOS FINANCEIROS

QUADRO 9 – ATIVOS FINANCEIROS

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Outros Ativos Financeiros	7 206 112	7 138 747	99,1%	8 050 949	-912 201	-11,3%
Adm Públicas - Adm regional	7 206 112	7 138 747	99,1%	8 050 949	-912 201	-11,3%
Total	7 206 112	7 138 747	99,1%	8 050 949	-912 201	-11,3%

Fonte: Ponta do Oeste

Os Ativos Financeiros registaram uma quebra no valor de 0,9M€, em relação a 2020.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

De destacar o Enquadramento Macroeconómico no ano 2021 no contexto nacional, em que o Produto Interno Bruto (PIB) no 3.º trimestre de 2021, registou um crescimento de 4,2%, assinalando a retoma da atividade económica com o gradual levantamento das restrições a vários setores, a procura interna foi determinante, com destaque para o investimento (FBC).

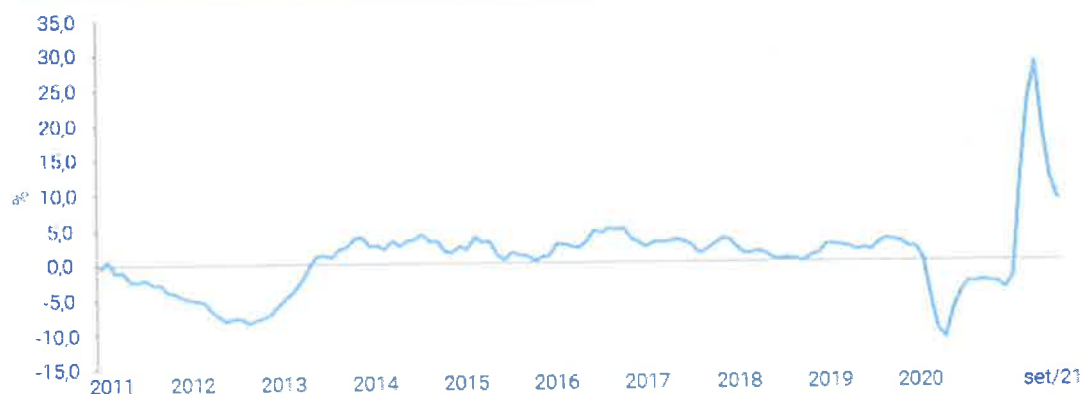
A taxa de desemprego manteve a trajetória decrescente para os 6,1%, e a população empregada continuou em crescimento, sobretudo nos serviços, e 12,7% da população empregada manteve-se em teletrabalho.

Destaque para a redução nas moratórias públicas, que abrangiam 18% dos empréstimos às empresas, quando no segundo semestre de 2020, chegaram a 34%.

O défice público ficou em -5,4% do PIB no 2º trimestre, registando uma ligeira melhoria face ao trimestre anterior e a dívida pública reduziu-se para 130,9% do PIB. Espera-se que no final de 2021, o défice e dívida pública se situem em -4,5% e 128% do PIB, respetivamente²⁰.

No contexto da Região Autónoma da Madeira e, de acordo com os dados mais recentes do Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE)²¹, observamos que a atividade económica regional no 3.º trimestre de 2021, manteve-se em forte crescimento, apresentando, no entanto, alguma desaceleração face ao trimestre precedente.

Indicador Regional de Atividade Económica (média móvel 3 meses)



²⁰ Fonte: AD&C – Flash Macroeconómico 3.º trimestre de 2021

²¹ O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) é um instrumento de síntese que tem como objetivo facilitar o acompanhamento atempado da evolução da economia regional, nomeadamente no que se refere à sua direção e magnitude das flutuações, não se apresentando como um substituto de outras estatísticas oficiais, nomeadamente no que se refere à taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB).

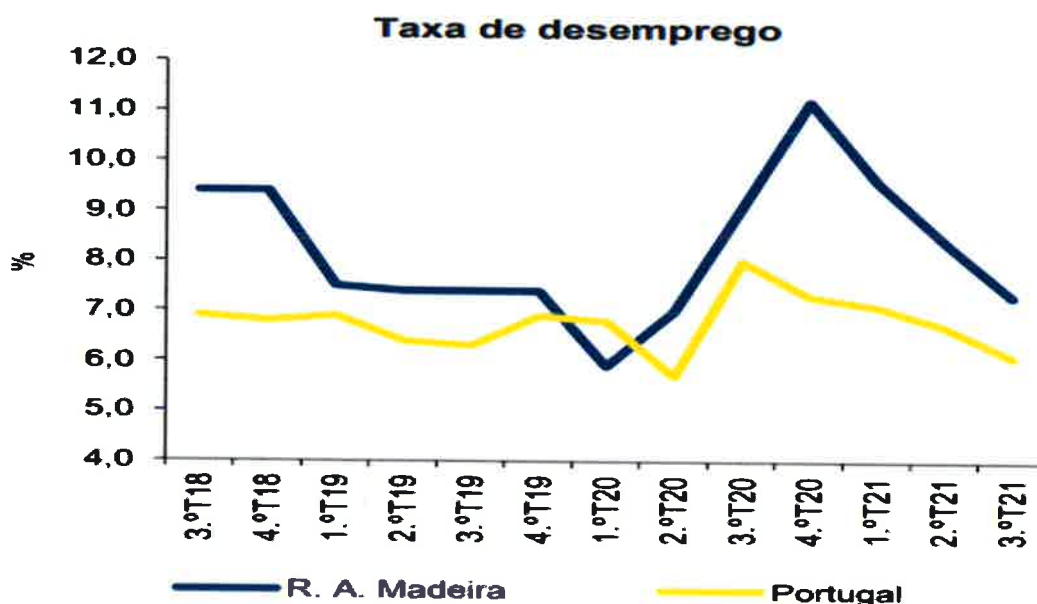


O IRAE, que mede a evolução da atividade económica, por comparação com o período homólogo, e tal como se antecipava, cresceu acentuadamente, o que naturalmente é explicado pela quase paralisação da economia em grande parte do ano de 2020.

O PIB, registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19, na atividade económica.

Esta variação do PIB resulta entre outros fatores do contributo expressivo da procura interna (que tinha sido negativa em 2020), com uma recuperação do consumo privado e do investimento²².

A taxa de desemprego, que apresentou uma subida acentuada a partir do 1.º trimestre de 2020, desde o 1.º trimestre de 2021 tem vindo a decrescer, conforme podemos observar no gráfico infra:



Os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 3.º trimestre de 2021, indicam uma taxa de desemprego na RAM, estimada em 7,3%²³.

²² Fonte: Direção Regional de Estatística.

²³ Fonte: Direção Regional de Estatística

9.1. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados da Ponta do Oeste reflete os rendimentos e os gastos do exercício, evidenciando os resultados da atividade no ano de 2021 e comparando-os com o ano de 2020.

Neste sentido, o quadro infra patenteia os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, bem como a sua variação.

QUADRO 32 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Vendas	110,24	61,89	48,35	78,12%
Prestações de serviços	131 218,05	309 752,25	(178 534,20)	-57,64%
Transferências correntes e subsídios à exploração	261 500,00	156 389,00	105 111,00	67,21%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(41,45)	(22,10)	(19,35)	87,56%
Fornecimentos e serviços externos	(285 287,10)	(371 382,61)	86 095,51	-23,18%
Gastos com o pessoal	(583 169,16)	(552 156,96)	(31 012,20)	5,62%
Outros rendimentos e ganhos	1 439 888,55	1 542 214,99	(102 326,44)	-6,64%
Outros gastos e perdas	(592 663,59)	(136 542,40)	(456 121,19)	334,05%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	371 555,54	948 314,06	(576 758,52)	-60,82%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(4 130 274,00)	(4 146 974,22)	16 700,22	-0,40%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(3 758 718,46)	(3 198 660,16)	(560 058,30)	17,51%
Resultado antes de impostos	(3 758 932,97)	(3 198 685,86)	(560 247,11)	17,51%
Imposto sobre o rendimento do período	(263,65)	278 176,84	(278 440,49)	-100,09%
Resultado líquido do período	(3 759 196,62)	(2 920 509,02)	(838 687,60)	28,72%

Fonte: Ponta do Oeste

Como se pode concluir, o Resultado Líquido do Exercício diminuiu em 838.687,60€.

Para esta variação, concorre o aumento das despesas, nomeadamente Outros Gastos e perdas, nomeadamente regularização da conta corrente de alguns fornecedores.

9.1.1. RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos no ano 2021 ascenderam a 1.832.502,33€, resultantes, na sua maioria, dos “Subsídios à exploração”, a variação é de 67,21% e refere-se aos valores recebidos dos apoios criados no âmbito do contexto da pandemia COVID 19.

QUADRO 33 – RENDIMENTOS

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Vendas	110,24	61,89	48,35	78,12%
Prestações de serviços	131 218,05	309 752,25	(178 534,20)	-57,64%
subsídios à exploração	261 500,00	156 389,00	105 111,00	67,21%
Outros rendimentos e ganhos	1 439 888,55	1 542 214,99	(102 326,44)	-6,64%
Total	1 832 716,84	2 008 418,13	(175 701,29)	-8,75%

Fonte: Ponta do Oeste

Como se pode observar, os rendimentos provenientes da atividade operacional, nomeadamente as Prestações de Serviços, decresceram 57,64%, uma variação que ascende a 178.534,20€.

9.1.2. GASTOS

Os gastos do ano 2021 ascenderam a 5.591.649,81M€, apresentando um aumento de 7,39%, o equivalente a 384.545,82€.

QUADRO 34 – GASTOS

Gastos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(41,45)	(22,10)	(19,35)	87,56%
Fornecimentos e serviços externos	(285 287,10)	(371 382,61)	86 095,51	-23,18%
Gastos com o pessoal	(583 169,16)	(552 156,96)	(31 012,20)	5,62%
Outros gastos e perdas	(592 663,59)	(136 542,40)	(456 121,19)	334,05%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(4 130 274,00)	(4 146 974,22)	16 700,22	-0,40%
Juros e gastos similares suportados	(214,51)	(25,70)	(188,81)	734,67%
Gastos Totais	(5 591 649,81)	(5 207 103,99)	(384 545,82)	7,39%

Fonte: Ponta do Oeste

Este aumento deveu-se essencialmente ao aumento de Outros Gastos e Perdas

9.1.3. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Rendimentos de exploração e os Gastos de exploração explanados no quadro infra encontram-se melhor discriminados no presente relatório.

QUADRO 35 – ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Descrição	2021	2020
Rendimentos de exploração	1 832 716,84	2 008 418,13
Gastos de exploração	(1 461 161,30)	(1 060 104,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento (EBITDA)	371 555,54	948 314,06
Margem (EBITDA) %	20%	47%

Fonte: Ponta do Oeste

Em 2021 a Ponta do Oeste apresentou um EBITDA positivo de 371.555,54 €, o que representa uma margem de 20,00%.

Para a formação deste resultado não foram consideradas as imparidades de ativos, bem como os aumentos/reduções de justo valor.



9.1.3.1. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Rendimentos de exploração tiveram um decréscimo na ordem dos 8,75%, uma variação que ascende a 175.701,29€.

Na rubrica de “Subsídios à exploração”, a variação é de 67,21% e refere-se aos valores recebidos dos apoios criados no âmbito do contexto da pandemia COVID 19.

QUADRO 36 – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Vendas	110,24	61,89	48,35	78,12%
Prestações de serviços	131 218,05	309 752,25	(178 534,20)	-57,64%
subsídios à exploração	261 500,00	156 389,00	105 111,00	67,21%
Outros rendimentos e ganhos	1 439 888,55	1 542 214,99	(102 326,44)	-6,64%
Total	1 832 716,84	2 008 418,13	(175 701,29)	-8,75%

Fonte: Ponta do Oeste

9.1.4. GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Verifica-se este ano que o total das rubricas de exploração da empresa, tiveram um aumento de gastos na ordem dos 37,83% (401.031,53€), sendo as principais rubricas os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal.

Note-se que:

- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram uma redução, importa referir que os maiores gastos se prendem com a Energia e Fluídos;
- Os gastos com o pessoal apresentaram um acréscimo de 31.012,20€;
- Na rubrica “Outros gastos e perdas”, verificou-se um crescimento de 456.121,19€ referente às menos valias resultantes da alienação do Edifício de Serviços Públicos ao Município da Ribeira Brava.

QUADRO 37 – GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(41,45)	(22,10)	(19,35)	87,56%
Fornecimentos e serviços externos	(285 287,10)	(371 382,61)	86 095,51	-23,18%
Gastos com o pessoal	(583 169,16)	(552 156,96)	(31 012,20)	5,62%
Outros gastos e perdas	(592 663,59)	(136 542,40)	(456 121,19)	334,05%
Total	(1 461 161,30)	(1 060 129,77)	(401 031,53)	37,83%

Fonte: Ponta do Oeste

9.1.4.1. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso está na rubrica “Outros Gastos e Perdas”, com 40,56%, sendo que, este aumento em 2021 é referente a Alienação de Ativo Fixo Tangível, seguindo-se os “Gastos com o pessoal” com 39,91%,

QUADRO 38 – ESTRUTURA PERCENTUAL DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00%	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	19,52%	35,03%
Gastos com o pessoal	39,91%	52,09%
Outros gastos e perdas	40,56%	12,88%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Ponta do Oeste

9.2 FUNDOS LIBERTOS

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se positivo.

QUADRO 39 – FUNDOS LIBERTOS

Rubricas	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(3 759 196,62)	(2 920 509,02)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 130 274,00	4 146 974,22
Cobertura do Investimento por autofinanciamento	371 077,38	1 226 465,20

Fonte: Ponta do Oeste

9.3 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O quadro que se segue evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2021/2020.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 97,12% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da Ponta do Oeste, o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um aumento de 885.693,89€, que representou no exercício económico de 2021 na ordem de 2,88% do ativo líquido total.

Note-se, por último, que apesar da diminuição das dívidas de clientes, a Ponta do Oeste continua com elevados montantes a receber, algumas com antiguidade assinalável e em cobrança coerciva, mas com desfecho incerto.

QUADRO 40 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (1)

Rubricas	2021	2020	%
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	160 355 422,81	166 009 917,46	-3,41%
Total de ativo não corrente	160 355 422,81	166 009 917,46	-3,41%
ATIVO CORRENTE			
Inventários	389,75	431,20	-9,61%
Clientes, contribuintes e utentes	374 298,00	441 219,82	-15,17%
Estado e outros entes públicos	175 253,01	81 800,30	114,24%
Outras contas a receber	315 064,18	498 077,00	-36,74%
Caixa e depósitos	3 883 805,21	2 841 587,94	36,68%
Total de ativo corrente	4 748 810,15	3 863 116,26	22,93%
TOTAL DO ATIVO	165 104 232,96	169 873 033,72	-2,81%

Fonte: Ponta do Oeste

O Ativo Líquido atingiu os 165.104.232,96M€ e registou uma diminuição de 4.768.800,76M€ face ao ano anterior.

Esta diminuição verificou-se em quase todas as rubricas do ativo.

Por um lado, existe o efeito das depreciações do ativo, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa. Por outro lado, verifica-se uma diminuição das dívidas de clientes, face ao esforço que a Ponta do Oeste tem



vindo a desenvolver na cobrança das receitas, bem como na promoção da cobrança coerciva através da Abreu & Advogados, para aqueles clientes que se afiguram de cobrança duvidosa ou incobrável.

No entanto, verifica-se um aumento de 1.0042.217,27M€ do saldo de caixa e depósitos bancários, tendo em conta que a maior parte do saldo transitado não foi gasto.

Desde a sua fundação, em 2000, ano em que a Ponta do Oeste se constituiu como sociedade anónima, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos de interesse comum.

9.4 RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 371.555,54€.

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de (3.759.196,62€).

No ano de 2021 o Passivo Corrente atingiu os 14.819.805,55€, registando-se assim uma redução de 256.145,06€. Esta situação ficou a dever-se a redução da rubrica fornecedores.

Registe-se a diminuição das dívidas a fornecedores de conta corrente, que atualmente nas contas da Ponta do Oeste quase não tem expressão, uma vez que a empresa tem feito um esforço no sentido de não deixar valores em dívida no final do ano económico, bem como a diminuição dos outros passivos financeiros, diminuindo a amortização dos empréstimos bancários a que estão associadas.

Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa.

Associado a estes resultados, também se encontra uma política de gestão, no sentido da Ponta do Oeste tender para que os rendimentos da sua atividade, sejam suficientes para a cobertura dos gastos com a mesma (sem o efeito das amortizações do exercício e da amortização da dívida).

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um crescimento no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelo aumento da rubrica “Outros instrumentos de Capital Próprio”, a rubrica de “Resultados transitados” vai sendo prejudicada pela transferência dos Resultados líquidos que tem sido negativos, bem como pelo decréscimo das “Outras variações no capital

próprio”, que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Ponta do Oeste considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza.

No que respeita ao “Passivo não Corrente”, os “Financiamentos obtidos”, apresentam uma diminuição na ordem dos 26.980.884,07M€. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2023 e seguintes, referentes a empréstimos contraídos junto do DEPFA BANK, DEUTSCHE BANK E BANCO OPI.

A par do ano anterior, este ano verifica-se também uma diminuição significativa da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a outros credores.

QUADRO 41 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (2)

Capital Próprio e Passivo	2021	2020	%
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	108 315 815,00	108 315 815,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	53 879 184,91	35 037 461,26	53,78%
Prémios de emissão	0,69	0,69	0,00%
Resultados transitados	(101 956 582,51)	(99 213 575,81)	2,76%
Outras variações no património líquido	25 809 469,48	25 167 937,14	2,55%
Resultado líquido do período	(3 759 196,62)	(2 920 509,02)	28,72%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	82 288 690,95	66 387 129,26	23,95%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3 390 000,00	3 390 000,00	0,00%
Financiamentos obtidos	60 133 333,27	78 402 976,45	-23,30%
Passivos por impostos diferidos	4 472 403,19	6 616 977,40	-32,41%
Total do passivo não corrente	67 995 736,46	88 409 953,85	-23,09%
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	-	92 004,69	-100,00%
Estado e outros entes públicos	273,65	406,92	-32,75%
Financiamentos obtidos	6 566 666,66	6 566 666,66	0,00%
Outras contas a pagar	8 252 865,24	8 416 872,34	-1,95%
Total do passivo corrente	14 819 805,55	15 075 950,61	-1,70%
TOTAL DO PASSIVO	82 815 542,01	103 485 904,46	-19,97%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	165 104 232,96	169 873 033,72	-2,81%
Fonte: Ponta do Oeste			

9.5 ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço²⁴ da Ponta do Oeste disponibiliza informação acerca da sua posição financeira, refletida através do Ativo, do Passivo e do Património Líquido.

²⁴ De acordo com a Estrutura Concetual vertida no SNC-AP, um Ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade como resultado de um evento passado. Por outro lado, o Passivo constitui uma obrigação presente, originada num evento passado, que gera uma saída de recursos.

O Património Líquido corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos dos passivos, com referência à data do relato.

QUADRO 42 – BALANÇO

Rubricas	2021	2020	%
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	160 355 422,81	166 009 917,46	-3,41%
Total de ativo não corrente	160 355 422,81	166 009 917,46	-3,41%
ATIVO CORRENTE			
Inventários	389,75	431,20	-9,61%
Clientes, contribuintes e utentes	374 298,00	441 219,82	-15,17%
Estado e outros entes públicos	175 253,01	81 800,30	114,24%
Outras contas a receber	315 064,18	498 077,00	-36,74%
Caixa e depósitos	3 883 805,21	2 841 587,94	36,68%
Total de ativo corrente	4 748 810,15	3 863 116,26	22,93%
TOTAL DO ATIVO	165 104 232,96	169 873 033,72	-2,81%
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	108 315 815,00	108 315 815,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	53 879 184,91	35 037 461,26	53,78%
Prémios de emissão	0,69	0,69	0,00%
Resultados transitados	(101 956 582,51)	(99 213 575,81)	2,76%
Outras variações no património líquido	25 809 469,48	25 167 937,14	2,55%
Resultado líquido do período	(3 759 196,62)	(2 920 509,02)	28,72%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	82 288 690,95	66 387 129,26	23,95%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3 390 000,00	3 390 000,00	0,00%
Financiamentos obtidos	60 133 333,27	78 402 976,45	-23,30%
Passivos por impostos diferidos	4 472 403,19	6 616 977,40	-32,41%
Total do passivo não corrente	67 995 736,46	88 409 953,85	-23,09%
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	-	92 004,69	-100,00%
Estado e outros entes públicos	273,65	406,92	-32,75%
Financiamentos obtidos	6 566 666,66	6 566 666,66	0,00%
Outras contas a pagar	8 252 865,24	8 416 872,34	-1,95%
Total do passivo corrente	14 819 805,55	15 075 950,61	-1,70%
TOTAL DO PASSIVO	82 815 542,01	103 485 904,46	-19,97%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	165 104 232,96	169 873 033,72	-2,81%

Fonte: Ponta do Oeste

A redução do ativo não corrente decorre do efeito das depreciações dos ativos que ascenderam a 4.130.274,00M€ em 2021.

Relativamente à redução do ativo corrente, o mesmo resulta, mormente, de:

- Clientes, Contribuintes e Utentes: redução das dívidas de clientes;

10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO





10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

10.1 PATRIMÓNIO / CAPITAL

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 108.315.815 euros, é composto por 21.663.163 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	100,00%	108 315 815,00	108 315 815,00
Total	100,00%	108 315 815,00	108 315 815,00

Fonte: Ponta do Oeste

10.2 VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Patrimonio / Capital	108 315 815,00			108 315 815,00
Outros instrumentos de capital próprio	35 037 461,26		18 841 723,65	53 879 184,91
Prémios de emissão	0,69			0,69
Resultados Transitados	(99 213 575,81)	(2 920 509,02)	177 502,32	(101 956 582,51)
Excedentes de revalorização				-
Outras variações no património Líquido	25 167 937,14		641 532,34	25 809 469,48
Resultado Líquido	(2 920 509,02)	2 920 509,02	(3 759 196,62)	(3 759 196,62)
Interesses que não controlam	-			-
Total patrimonio Líquido	66 387 129,26	-	15 901 561,69	82 288 690,95

Fonte: Ponta do Oeste

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Diferenças de conversão	(142 638,81)	(142 638,81)
Subsídios ao investimento	30 424 511,47	31 943 515,15
Dotações	(4 472 403,18)	(6 632 939,20)
Total	25 809 469,48	25 167 937,14

Fonte: Ponta do Oeste

10.3 FUNDOS DE MANEIO

O fundo de maneo apresenta-se negativo (10.070.995,40€), pelo que a empresa terá de tomar medidas para aumentar o ativo corrente, e que poderão passar por:

- Limitar os prazos de recebimento;
- Controlar os prazos de pagamento;
- Reduzir o stock.

De salientar, neste exercício económico, a diminuição das dívidas de clientes, na ordem dos – 66.921,82€.

QUADRO 43 – FUNDO DE MANEIO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
ATIVO CORRENTE (1)			-	
Cientes, contribuintes e utentes	374 298,00	441 219,82	(66 921,82)	-15,17%
Estado e outros entes públicos	175 253,01	81 800,30	93 452,71	114,24%
Outras contas a receber	315 064,18	498 077,00	(183 012,82)	-36,74%
Caixa e depósitos	3 883 805,21	2 841 587,94	1 042 217,27	36,68%
PASSIVO CORRENTE (2)			-	
Estado e outros entes públicos	273,65	406,92	(133,27)	100,00%
Financiamentos obtidos	6 566 666,66	6 566 666,66	-	0,00%
Outras contas a pagar	8 252 865,24	8 416 872,34	(164 007,10)	-1,95%
FUNDO DE MANEIO (3) = (1) - (2)	-10 070 995,40	-11 212 834,35	1 141 838,95	-10,18%

Fonte: Ponta do Oeste

10.4 RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da Ponta do Oeste em 2021 apresentam-se semelhantes aos do ano anterior.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu ligeiramente, devido à variação positiva dos Resultados de Exploração da empresa, devido à diminuição/isenção das rendas e taxas e pelo efeito da pandemia COVID - 19 nas prestações de serviços.

A rendibilidade dos Capitais Próprios melhorou com a evolução positiva do Resultado Líquido.

QUADRO 44 – RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,15	0,34
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-28,62	-10,32
Rentabilidade do ativo (ROI) (3)	-0,02	-0,02
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,05	-0,04

Fonte: Ponta do Oeste

Notas:

(1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos/ Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios

10.5 RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado próximo do ano anterior, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

O aumento no capital social, que ocorreu em 2016, veio contribuir para uma maior solidificação do capital próprio, a par da diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo. No entanto, este ano, a diminuição nas outras variações do capital próprio, bem como o aumento das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo a par com o aumento significativo dos resultados transitados negativos, contribuem significativamente para a não obtenção de rácios de natureza financeira com melhor desempenho.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi positiva.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se um aumento, sendo evidenciados, deste modo, pelos factos acima expostos (Aumento de resultados transitados negativos, diminuição nas outras variações do capital próprio e aumento das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo).

QUADRO 45 – RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA


Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Liquidez Geral (1)	0,32	0,26
Autonomia Financeira (2)	0,50	0,39
Solvabilidade (3)	1,00	0,64
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,94	0,93
Capacidade de endividamento (5)	2,21	1,75
<i>Debt-to-equity</i> (6)	0,81	1,28
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	1040,28	519,81
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	0,00	90,42

Fonte: Ponta do Oeste

Notas:

(1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Ativo total líquido

(3) Capital próprio/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias) /Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias) /Fornecimentos e serviços externos + Compras

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2021 evidenciam um resultado líquido negativo de 3.759.196,62€.

Nesta medida, nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2021 seja transferido para a conta de resultados transitados.



12. OUTRAS INFORMAÇÕES



12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL

A Ponta do Oeste tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

12.2 PERSPETIVAS FUTURAS

O ano 2021 foi marcado pela pandemia COVID – 19, que influenciou, e condicionou, em muito o desempenho operacional da Ponta do Oeste.

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a recuperação gradual das atividades, com a expectativa no controlo da pandemia.

A execução de investimentos de reabilitação e revitalização de algumas infraestruturas e equipamentos coletivos da Ponta do Oeste também está equacionada, com alguns projetos aprovados no âmbito da lei de meios e do Fundo de Coesão Nacional, com destaque para a reabilitação do Centro Desportivo da Madeira. Em termos de estratégia, serão desenvolvidos os necessários estudos para a reabilitação da zona de lazer e mergulho do Lugar de Baixo. Igualmente está em fase de estudos o projeto de retoma do campo de golfe da Ponta do Pargo, que incidem sobre PDM – Plano Diretor Municipal, Impacto Ambiental, aquisição do remanescente de terrenos na zona de jogo, entre outras formalidades.

12.2.1 FINANCIAMENTO

A Ponta do Oeste não dispõe, nem se prevê que possa dispor no imediato de condições para dar cumprimento à amortização dos empréstimos contratados, mantendo-se a dependência de financiamento do acionista.

Esta dependência resulta da natureza dos investimentos de interesse público realizados, da preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico financeiro e da inexistência de indemnizações compensatórias pela fruição social dos investimentos realizados.

Face ao exposto, prevê-se que o financiamento possa ser efetuado através do recurso a contrato de mútuo, prestações acessórias ou injeção de capital para a amortização dos



empréstimos e para a reabilitação das infraestruturas e equipamentos, aliados à sustentabilidade e ao governo eletrónico, através de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, Lei de Meios, outros fundos comunitários designadamente através dos fundos do plano de recuperação e resiliência, contratualizadas através de contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias pelas obrigações de serviço público acometidas à Ponta do Oeste na manutenção de espaços de fruição exclusivamente públicas e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

De salientar que desde janeiro de 2014, a Ponta do Oeste está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa sejam ainda mais criteriosas.

12.2.2 MERCADOS

A Madeira tem características singulares, próprias de uma região insular e ultraperiférica, com forte impacto na atividade empresarial.

Desde logo, a exiguidade territorial e populacional, com impactos nos custos dos recursos, não obstante este fator estar cada vez mais esbatido fruto das políticas do Governo Regional.

12.2.3 GASTOS

Como evidenciado no presente relatório os *gastos operacionais* não são cobertos na totalidade pelos rendimentos da mesma natureza.

Não obstante, os *gastos de outra natureza* serão sempre incontroláveis, não só porque dependem de fatores externos à vontade da sociedade, mas também porque resultam de imposições legais, como por exemplo as depreciações, cujo valor tem uma representatividade elevada no cômputo global dos gastos.

Pelos motivos expostos, a estratégia do acionista de unificar a gestão das quatro sociedades de desenvolvimento foi um passo importante na redução dos gastos, não só pela diminuição dos valores pagos a título de remuneração do Conselho de Administração, em 75%, mas também pelos benefícios que a partilha de recursos entre aquelas entidades e adoção de políticas de gestão uniformes veio imprimir à estrutura de gastos das Sociedades.

Nesta sequência, as opções estratégicas adotadas pela administração da Ponta do Oeste, no sentido de implementar procedimentos internos que visam explorar, em primeiro lugar, a

aplicação dos recursos internos disponíveis, e só recorrer à aquisição de bens e serviços quando se conclua pela sua inexistência internamente, são de extrema importância e serão continuadas.

Acrescerão a estas, as definidas no Plano de Atividades de 2022, nomeadamente:

- Implementação de medidas de eficiência energética que permitam a redução dos consumos de energia;
- Revisão dos contratos de manutenção e assistência técnica numa ótica de gestão conjunta, com economias na negociação de contratos
- Implementação da *Governance eletrónica*.

12.2.4 RENDIMENTOS

Os rendimentos gerados provêm maioritariamente da exploração dos espaços concessionados pela Ponta do Oeste.

Este facto decorre não só dos mesmos serem submetidos à concorrência, através de procedimentos de contratação, o que exponencia a receita a arrecadar, mas também do facto dos mesmos não decorrerem de um serviço público, cuja acessibilidade importa garantir.

Pelo contrário, os fins públicos a que o acionista submete a Ponta do Oeste, acometendo à empresa a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos do Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, com enfoque na realização de fins de interesse público, condiciona a definição de preços a cobrar e, consequentemente, o nível de rendimentos desejável para a sua autonomia financeira.

12.2.5 FUSÃO

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as quatro Sociedades de Desenvolvimento²⁵ passa por um processo de fusão das mesmas.

Os primeiros passos foram dados em 2011 com a nomeação de um único Conselho de Administração para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

²⁵ Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA..



Posteriormente, em 2016, a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento, estando em negociações para adquirir a participação do Município do Porto Santo na Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo.

Neste momento, está em curso a negociação com a banca para a obtenção da autorização prévia à operação de fusão, que permita concluir com o negócio e o consequente registo.

12.2.6 PROCESSOS JUDICIAIS

Estão em curso processos judiciais e extrajudiciais, em que a Ponta do Oeste– Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. é parte, e que a seguir se enumeram:

Processo n.º 74/18.8BEFUN

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Estado Português

Valor do Processo: € 596.239,81 (quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e nove euros, oitenta e um cêntimos).

Resumo do Processo: Ação de responsabilidade civil extra-contratual contra o Estado Português para pagamento de indemnização pela requisição efetuada para estadia da embarcação “Durango Kid” no Porto de Recreio da Calheta, entre 2005 e 2016; apresentada a contestação com reconvenção; apresentada réplica; apresentada tréplica, aguarda despacho desde 28/11/2018.

Processo n.º 107438/20.9YIPRT

(Balcão Nacional de Injunções)

Autor: Ponta do Oeste.

Ré: Nautipos Fishing, Lda.

Valor do Processo: € 622.143,01

Resumo do Processo: Contrato Resolvido. Interpelação para pagamento. Enviada injunção distribuída sob o nº 87599/15.1YIPRT (€473.824, 10); Devedora apresentou oposição à injunção

com reconvenção (€ 343.750,00); Apresentada replica; Sentença de declaração de incompetência absoluta do Tribunal (em razão da matéria); Apresentada reclamação contra custas de parte: procedente: Nada a pagar. Nova injunção com oposição de fórmula executória. Aguarda pagamento de taxa de justiça para execução.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Processo n.º 72/17.9 BEFUN

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Nautipos Fishing, Lda (embarcações Milan e Thomas Orizon)

Valor: 26.840,13

Resumo do Processo: Processo subestabelecido na AB em 2017. Enviada injunção, devedora apresentou oposição à injunção com reconvenção (€ 37.800.00); Despacho para aperfeiçoar a petição inicial. PI aperfeiçoada, Ré apresentou contestação com reconvenção aperfeiçoada, aguarda despacho saneador. Renuncia ao mandato pelo Advogado da Nautipos Fishing. Mandatário de constituição obrigatória, mas não foi junta procuração ao processo. Aguarda despacho desde 01/06/2021.

Processo n.º 80225/15.OYIPRT

Tribunal de Comarca da Madeira – Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2º

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Rodrigo & Gonçalves, Lda.

Valor: 1.334.289,13

Resumo do Processo: contrato considera-se resolvido (3 cartas devolvidas, enviadas para sede da devedora e para a morada do representante legal); injunção distribuída por frustração da notificação, requerida a citação dos legais representantes, devedora não contestou (revelia); Alegações apresentadas; Sentença julgou totalmente procedente à ação. Pedido de dispensa de pagamento de taxa de justiça remanescente procedente. Execução de sentença.



Processo n.º 3398/15.2T8FNC

Tribunal de Comarca da Madeira – Juízo de Execução do Funchal – Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste.



Réu: Olga & Lucas, Lda./ Carlos Alberto Ferreira Lucas.

Processo n.º 120356/15.3YIPRT

Tribunal de Comarca – Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 4

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Akikalheta – Pizaria e café, Lda.

Valor: € 74.550, 73 (setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta euros e setenta e três cêntimos).

Resumo do Processo: Enviada carta com invocação de caducidade do contrato, enviada carta de resolução do contrato; enviada injunção; devedora apresentou oposição à injunção; Celebração de transação com repristinação de efeitos do contrato resolvido até 2025; montante pago até ao momento: € 70.550,43.

Plano de pagamento incumprido, falta pagar € 4.550,73; em contato com advogado para pagamento voluntário.

Processo n.º 4546/20.6T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: CFFM - Clube de Futebol de Formação da Madeira

Valor: € 37 358,59

Resumo do Processo: Requerimento Executivo: Executado não tem imóveis nem móveis sujeitos a registo; frustração de penhora de saldos bancários; requerida penhora de créditos fiscais e bens móveis; aguarda ulteriores termos do processo.

Processo n.º 123/17.7BEFUN

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: José Agostinho Rodrigues Pereira

Resumo do Processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Oposição à injunção pelo devedor; Aperfeiçoamento de petição inicial e pronúncia sobre a excepção de não cumprimento do contrato invocada pelo Réu (réplica); aguarda despacho desde 17/03/2021

**Processo n.º 126/17.1BEFUN**

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: José Agostinho Rodrigues Pereira

Valor: 2023,57

Resumo do Processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Processo distribuído por frustração da notificação do Réu; Aperfeiçoamento de petição inicial; Revelia do Réu; apresentadas alegações; Sentença favorável; Execução de sentença (apenso A): Executado não tem imóveis; frustração de penhora de saldos bancários; requerida pesquisa de veículos, penhora de créditos fiscais e de meação/tornas eventualmente a receber em processo de inventário pós-divórcio.

Processo 127/17.0BEFUN-A

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ricardo Jorge da Fonte Luiz

Valor: € 4 019,49

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Processo distribuído por frustração da notificação do Réu; Aperfeiçoamento de petição inicial; Revelia do Réu; apresentadas alegações; Sentença favorável; Execução de sentença (apenso A): Executado não tem imóveis; frustração de penhora de saldos bancários; requerida pesquisa de



veículos, penhora de créditos fiscais e de meação/tornas eventualmente a receber em processo de inventário pós-divórcio.

Processo n.º 125/17.3BEFUN

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Vasco Passos de Sousa

Valor: € 1 718,62

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Oposição à injunção pelo devedor; Aperfeiçoamento de petição inicial; Réplica apresentada para resposta às exceções deduzidas pelo Réu; aguarda despacho desde 05/01/2018.

Processo n.º 6251/16.9T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Henrique Pereira Afonso

Valor: € 35 460,10

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017; Execução extinta por celebração de acordo de pagamento; Acordo de pagamento celebrado de Agosto de 2017 até Novembro de 2029;

Recebido: € 2.653,12 até à data (transferido para Cliente).

Processo n.º 6258/16.6T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Rogério Gomes

Valor: € 8 244,39

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Execução com recuperação parcial de € 6.494,31; penhoras de saldos bancários, créditos fiscais e de vencimento em curso.

Processo n.º 6259/16.4T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Rui Miguel Luís dos Reis.

Valor: € 14 122,91

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado não tem bens imóveis nem móveis sujeitos a registo; Execução suspensa atenta a declaração de insolvência do Executado; crédito reconhecido; aguarda ulteriores termos do processo.

**Processo n.º 6256/16.0T8FNC**

Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Vítor Márcio Teixeira de Jesus

Valor: € 6 559,64

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Execução extinta por celebração de acordo de pagamento; conversão do registo de penhora do automóvel em hipoteca; Acordo de pagamento celebrado de Novembro de 2019 até Março de 2024; Recebido € 5.008,94 até à data.

Processo n.º 2131/17.9T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Comércio do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Geocrete - Controlo de Qualidade em Geotécnica e Betões, Lda.

Valor: € 16 164,16

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Devedor insolvente; Execução n.º 6255/16.1T8FNC suspensa por insolvência da Executada; Crédito reconhecido no valor de € 16.164,16; substituição de Administrador da Insolvência; processo em fase de liquidação do activo.

Processo n.º 6263/16.2T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Agostinho Paulo Freitas Barcelos

Valor: € 10 001,80

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Penhora do direito de 1/2 sobre imóvel: tem penhora anterior registada no processo n.º 3906/14.6T8FNC (execução do BCP); Penhora de créditos fiscais; Executado não se opôs à execução após citação.

Processo n.º 3906/14.6T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Agostinho Paulo Freitas Barcelos

Valor: € 10 001,80

Resumo do processo: Execução do BCP: créditos reclamados neste processo, por ter penhora anterior registada sobre o imóvel: crédito graduado em 2.º lugar; Celebração de acordo de pagamento entre Executado e BCP com conversão da penhora em hipoteca.

Processo n.º 112/21.7BEFUN

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: António José da Luz Giestas

Valor: € 1 564,54

Resumo do processo: Injunção para pagamento das faturas emitidas posteriormente ao processo anterior distribuída por dedução de oposição pelo Réu; sentença de incompetência material do tribunal cível; processo remetido para o TAF; enviado aperfeiçoamento à petição inicial; aguarda despacho desde 05/01/2022.

**Processo n.º 217/14.0TBPTS**

Comarca da Madeira - Juízo de Comércio do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: João Marcelino Gomes de Andrade e Rita Maria Oliveira Melvill de Araújo Gomes Andrade

Valor: € 12 219,67

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Devedores insolventes; Crédito reconhecido no valor de € 12.219,67; Processo em fase de liquidação do ativo.

Processo n.º 6254/16.3T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Monteiro de Araújo Unipessoal, Lda.

Valor: € 6 032,16

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017; Execução extinta pela celebração de acordo de pagamento, previsto de março de 2017 a fevereiro de 2018, acordo incumprido: devedor não pagou prestações de janeiro e fevereiro de 2018 (€ 1.005,36).

Processo n.º 6262/16.4T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Alberto de Sousa Pereira

Valor: € 7 143,48

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado não tem bens mas foi apurada uma herança na qual consta como herdeiro; Deferido levantamento do sigilo fiscal do Executado para obtenção de informações sobre bens que compõem a herança; notificação de co-herdeiros para informar se foi realizada a partilha; herdeiro Jorge Pereira informou que Executado reside no Brasil há cerca de 10 anos; Executado citado; penhora de quinhão hereditário; aguarda ulteriores termos do processo.

Processo n.º 268/20.6T8OLH

Comarca de Faro - Juízo de Comércio de Olhão - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Nuno Rodrigues Gonçalves

Valor: € 8 513,12

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado não tem bens; Pedido de levantamento do sigilo fiscal do Executado para obtenção de informações sobre bens penhoráveis; Penhoras de vencimento, de embarcação de recreio e de créditos fiscais, todas frustradas. Suspensão da execução (processo n.º 6260/1.T8T8FNC): Executado em PEAP (processo n.º 1053/19.3T8OLH); crédito reclamado e reconhecido; enviada declaração de participação nas negociações do PEAP; PEAP não aprovado pelos credores, convertido em insolvência (processo n.º 268/20.6T8OLH): crédito reconhecido.

Processo n.º 4924/18.0T8FNC

Comarca da Madeira- Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Manuel Paulino Frade

Valor: € 1 793,11

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado tem 6 imóveis e 1 veículo, todos com encargos (hipotecas e penhoras). Penhora de saldos bancários frustrada. Entidade patronal não respondeu ao pedido de penhora de vencimento. Frustração de penhora de créditos fiscais dos anos de 2019 e de 2020; registo de penhora de créditos fiscais do ano de 2021.

Processo n.º 5034/20.6T8FNC.

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Predionorato - Mediação Imobiliária, Unipessoal, Lda.

Valor: € 312,65

Resumo do processo: Execução em curso: Executada não tem bens imóveis nem móveis sujeitos a registo e não presta contas desde 2013; frustração de penhora de saldos bancários; aguarda penhora de créditos fiscais e de bens móveis; frustração da citação (imóvel onde se encontrava registada a sede foi vendido e encontra-se atualmente em AL).

**Processo n.º 19226/17.1YIPRT**

Balcão Nacional de Injunções.

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Ricardo João dos Ramos.

Valor: € 1 370,69

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017.

Processo n.º 4633/20.0T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Lino Leça Rodrigues / José Crispim Gomes Gouveia

Valor: € 434,70

Resumo do processo: Execução em curso: Executado José Lino Leça Rodrigues tem 1 imóvel e 1 veículo com reserva de propriedade; entidade patronal notificada para penhora de vencimento; saldo bancário bloqueado. Executado José Crispim Gomes Gouveia declarado insolvente

Processo n.º 36900/20.8YIPRT

Comarca da Madeira - Juízo Local Cível do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Nuno Fernandes de Sousa (advogado)

Valor: 2 901,61

Resumo do processo: Injunção apresentada (faturas posteriores); devedor deduziu oposição; celebração de acordo de pagamento, homologado pelo Tribunal, previsto de setembro de 2020



até fevereiro de 2022 (suspensão entre fevereiro e maio de 2021, devido à pandemia, pelo que a conclusão do acordo passa para junho de 2022).

Processo n.º 1996/20.1T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Nuno Fernandes de Sousa (advogado)

Valor: € 23 673,00

Resumo do processo: Execução (de acordo de pagamento incumprido) extinta por celebração de novo acordo de pagamento, previsto de setembro de 2020 até março de 2025 (suspensão entre Fevereiro e Maio de 2021, devido à pandemia, pelo que a conclusão do acordo passa para Julho de 2025). Recebido € 8.119,61 até à data (€ 2.994,61 para AE e € 5.125,00 para Exequente, falta transferir € 4.500,00).

Processo n.º 97704/20.0YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: António Fidélito Pinto Gomes

Valor: € 920,79

Resumo do processo: Injunção com aposição de fórmula executória. Celebrado acordo de pagamento, previsto de janeiro de 2021 a abril de 2021. Recebido € 1.098,32 (transferido para Cliente). Processo findo.

Processo n.º 3480/21.7T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Antti Kasper Simola

Valor: € 620,62

Resumo do processo: Execução em curso: motociclo Harley-Davidson penhorado; aguarda citação do Executado para pagamento ou oposição à execução.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Francisco José da Cunha Correia Gomes

Valor: € 1 289,43

Resumo do processo: Preparação de injunção: falta documento que titule cedência do lugar de amarração da embarcação "Condor" para embarcação "Reina Cristina". Contrato em nome da primeira e faturas em nome da segunda.

Processo n.º 4632/20.2T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Investivários, S.A

Valor: € 7 741,21

Resumo do processo: Cumulação de execuções (acordo de pagamento incumprido quanto à embarcação "Spica" e injunção quanto à embarcação "Nortada"); Executada não tem bens; frustração de penhora de saldos bancários; Capitania do Porto do Funchal informa que embarcações têm outros proprietários mas Executada tem contrato de comodato para o exercício da atividade marítimo-turística.

Processo n.º 98700/20.3YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: João Davide Andrade N. Sousa

Valor: € 359,63

Resumo do processo: Injunção com aposição de fórmula executória. Recebido € 516,36 (transferido para Cliente). Processo findo.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Luís Paulo Ferreira da Costa Lagos (advogado)

Valor: € 7 554,95

Resumo do processo: Comunicações extrajudiciais: Devedor alega ter pago, mas ainda não apresentou comprovativos de pagamento.

Processo n.º 108778/21.5YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Aguiar Caldeira

Valor: € 972,99

Resumo do processo: Injunção com fórmula executória.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Manuel Luís de Abreu

Valor: € 959,93

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; Celebração de acordo de pagamento, previsto de fevereiro de 2021 a maio de 2021. Recebido € 959,93 (transferido para Cliente). Processo findo.

Processo n.º 108787/21.4YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Bruno Lemos de Abreu

Valor: € 123,88

Resumo do processo: Injunção com fórmula executória.

Processo n.º 112389/21.7YIPRT

Comarca da Madeira - Juízo Local Cível do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Bruno Miguel Vieira Pita Ferraz

Valor: € 955,14

Resumo do processo: Injunção distribuída por frustração da notificação

**Processo n.º 112393/21.5YIPRT**

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Carlos Alberto Sousa Nóbrega

Valor: € 3 750,50

Resumo do processo: Injunção com fórmula executória. Executar.

Processo n.º 1290/21.0T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Barros & Ferreira, Lda.

Valor: € 5 920,97

Resumo do processo: Execução em curso (acordo de pagamento incumprido); Executada tem um veículo automóvel Renault Clio com reserva de propriedade a favor do Banco Cofidis, S.A. e sem seguro; requerida penhora de bens móveis, créditos fiscais e saldos bancários; aguarda ulteriores termos do processo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Basaltareias, S.A.

Valor: € 6.688,73

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; comunicações extrajudiciais com advogado; pagamento de €2.293,44. Devedor considera que o remanescente da dívida está prescrito.

Processo n.º 114003/21.1YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Carlos Quintal Conceição

Valor: € 551,25

Resumo do processo: Injunção apresentada; filha do devedor pagou € 710,63. Desistência da injunção. Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Diogo Silva - Competições, Lda.

Valor: € 1 704,06

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; comunicações extrajudiciais com advogado; pagamento de € 1.263,30. Devedor considera que o remanescente da dívida está prescrito e a Cliente aceitou.

Processo n.º 114035/21.0YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Horácio José Nunes Spínola

Valor: € 694,80

Resumo do processo: Injunção apresentada; devedor apresentou plano de pagamento em prestações; recebimento de € 600,00 até à data.

Processo n.º 114413/21.4YIPRT

Comarca da Madeira - Juízo de Competência Genérica da Ponta do Sol

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Howard Adrian Holt Williams

Valor: € 3 308,08

Resumo do processo: Injunção distribuída por dedução de oposição pelo Devedor; aguarda ultteriores termos do processo.

**Processo n.º 114414/21.2YIPRT**

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Iva Fernandes Silva Teixeira

Valor: € 70,44

Resumo do processo: Injunção apresentada; contacto da Devedora para pagamento voluntário: aguarda recebimento.

Processo n.º 114418/21.5YIPRT

Comarca da Madeira - Juízo Local Cível do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ivo Agostinho Duarte Nóbrega

Valor: € 1 486,23

Resumo do processo: Injunção distribuída por dedução de oposição pelo Devedor; aguarda ultteriores termos do processo.

Processo n.º 114428/21.2YIPRT

Comarca da Madeira - Juízo Local Cível de Santa Cruz

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Jacinto José Viveiros Lima



Valor: € 969,92

Resumo do processo: Injunção distribuída por dedução de oposição pelo Devedor; aguarda ultteriores termos do processo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Javier & Henry - Formação Profissional, Lda.

Valor: € 2 283,50

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Jean-Louis Michel Bisson

Valor: € 3 738,08

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: João Tadeu Fernandes

Valor: € 61,94

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo n.º 113993/21.9YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Francisco Tomé Gomes Jardim

Valor: € 309,70

Resumo do processo: Injunção apresentada; filha do devedor pagou € 416,47. Desistência da injunção. Processo findo.



Processo: 113997/21.1YIPRT

Comarca da Madeira - Juízo de Competência Genérica da Ponta do Sol

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Frank Frederikus Peter Slijpen

Valor: € 2 192,34

Resumo do processo: Injunção distribuída por dedução de oposição pelo Devedor; aguarda ultteriores termos do processo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Giorgio Giovanni Teodoro Martin

Valor: € 282,28

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento. Recebido € 347,59.
Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Jonhy David Figueira Gonçalves

Valor: € 207,49

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Alberto Fernandes dos Santos



Valor: € 123,36

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José António Marques Rosa (advogado)

Valor: € 606,50

Resumo do processo: Comunicações extrajudiciais: Devedor alega ter pago mas ainda não apresentou comprovativos de pagamento.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Luís Miguel Gonçalves Gouveia

Valor: € 247,76

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Manuel Correia Gomes

Valor: € 366,75

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; comunicações extrajudiciais com advogado.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: MM Madeira Motors

Valor: € 3 442,98

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento: Devedor pagou € 3.781,78 (capital e juros). Processo findo.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Paulo Manuel Henriques Barros Castro Oliveira

Valor: € 2 821,61

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, "devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Petra Sybille Dedjbachsch - Unipessoal, Lda.

Valor: € 2 066,39

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Prazer do Mar - Atividades Marítimo-Turísticas, Lda.

Valor: € 50,00

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; comunicações extrajudiciais com devedor.

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Pereira - Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.

Valor: € 3 633,63



Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; resposta do devedor a informar que valor não é devido: embarcação cujo estadia foi faturada era o estaleiro de apoio da R. Pereira, Lda. que foi contratada para reparar e recuperar as estruturas flutuantes do Porto de Recreio da Calheta.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Renato Encarnação Rebelo Jardim

Valor: € 2 088,20

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ricardo Paulo dos Santos Silva

Valor: € 3 523,41

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; devedor respondeu a alegar ter retirado a embarcação em dezembro de 2014, sendo a faturação em dívida relativa ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016; cliente enviou mapa de levantamento das embarcações no PRC, onde consta a embarcação do devedor.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Roberto Gregório Gonçalves

Valor: € 316,52

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "falecido": óbito não averbado na Conservatória de Registo Civil.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Roman Tyumentsev

Valor: € 2 703,89

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ruben Dinarte Reis Escórcio

Valor: € 123,88

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Rui Ganança de Freitas

Valor: € 1 377,84

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Rui Nuno Alves Teles

Valor: € 337,85

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Samuel Dias Lopes

Valor: € 241,16

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Saúde Motriz, Lda.

Valor: € 242,76

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento. Recebido € 362,33 (transferido para Cliente). Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Sérgio Miguel Chaves Pereira

Valor: € 59,46

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento. Recebido € 59,46 (transferido para Cliente). Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Simão Basílio da Silva Santos

Valor: € 185,94

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Stephen George Whitrod

Valor: € 278,34

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Avelino Pinto

Valor: € 1 692,24

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Maurício dos Ramos Figueira

Valor: € 1 230,72

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Tiago Alexandre Mendonça Freitas

Valor: € 123,88

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: José Mendonça Miranda

Valor: € 411,93

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; devedor contesta a dívida e os recibos emitidos; Cliente confirma estar correto; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Juvenal Rodrigues da Silva

Valor: € 309,70

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Lobosonda - Actividades Turístico-Recreativas, Lda.

Valor: € 918,11

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento. Recebido € 1.055,64. Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Luís Filipe Rodrigues

Valor: € 72,16

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento. Recebido € 91,47 (transferido para Cliente). Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Manuel Pedro Pinto

Valor: € 2 526,60

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; devedor contesta a dívida.

**Processo**

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Miguel Ângelo Vasconcelos Sá Silva

Valor: € 1 035,94

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Patrice Didier Pascal Rey

Valor: € 460,22

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Paulo C. Rocha da Silva

Valor: € 339,56

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; possibilidade de recuperação extrajudicial.

Processo n.º 2948/21.0T8FNC

Comarca da Madeira - Juízo de Comércio do Funchal - Juiz 3

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ana Lúcia Gouveia - Unipessoal, Lda.

Valor: € 3 000,00

Resumo do processo: Devedora insolvente; Processo encerrado por insuficiência da massa insolvente para satisfação das custas e despesas do processo.

12.2.7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

As perspetivas futuras para a evolução da atividade da Ponta do Oeste passam fundamentalmente pela continuidade do trabalho programado, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados que, pela sua natureza, carecem do compromisso efetivo dos acionistas.

Na projeção da atividade deverá ainda ser tido em consideração a natureza da própria Ponta do Oeste e a sua finalidade que, nos termos estatutários, deve garantir a prossecução de fins de interesse público, paralelamente aos objetivos de exponenciação dos proveitos.

Se é verdade que muitos dos ativos da Ponta do Oeste podem ser rentabilizados a preços de mercado, também é verdade que, por decisão do acionista e imposição dos Estatutos, deverão ser salvaguardados os fins públicos que estão na génese da criação da Ponta do Oeste e que obstaculizam a obtenção de resultados líquidos desejáveis a uma qualquer sociedade comercial.

Em suma, a vertente empresarial da Ponta do Oeste é fundamental para que, numa perspetiva comercial, se possa diligenciar uma atuação que permita potenciar ao máximo a rentabilidade dos ativos, mas só poderá ser assegurada se assumido pelo acionista, o diferencial entre custo efetivo dos serviços públicos²⁶ considerados pelo acionista como essenciais para o desenvolvimento²⁷ dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta e o custo efetivo dos mesmos, embora sem descurar as obrigações de serviço público.

Esta decisão terá um peso substancial nos resultados da empresa, numa primeira instância porque alterará a natureza das verbas transferidas anualmente para a Ponta do Oeste que deixarão de ter impacto negativo nas contas uma vez que deixarão de revestir o carácter de

²⁶ Bem vincado nos valores praticados nos diversos empreendimentos desportivos e culturais da Ponta do Oeste, bem como, na disponibilização de ativos de acesso livre à população.

²⁷ Conforme determinado nos estatutos da Ponta do Oeste.

empréstimo²⁸, assumindo a sua essência que é, de facto, a compensação pelas decisões de interesse publico adotadas pelo acionista, mas também porque permitirá imprimir uma visão mais fidedigna do retorno dos investimentos da empresa.

Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.,
aos 28 do mês de março de 2022.

Aprovado por deliberação nº/2022, do Conselho de Administração de 28 de março.

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal

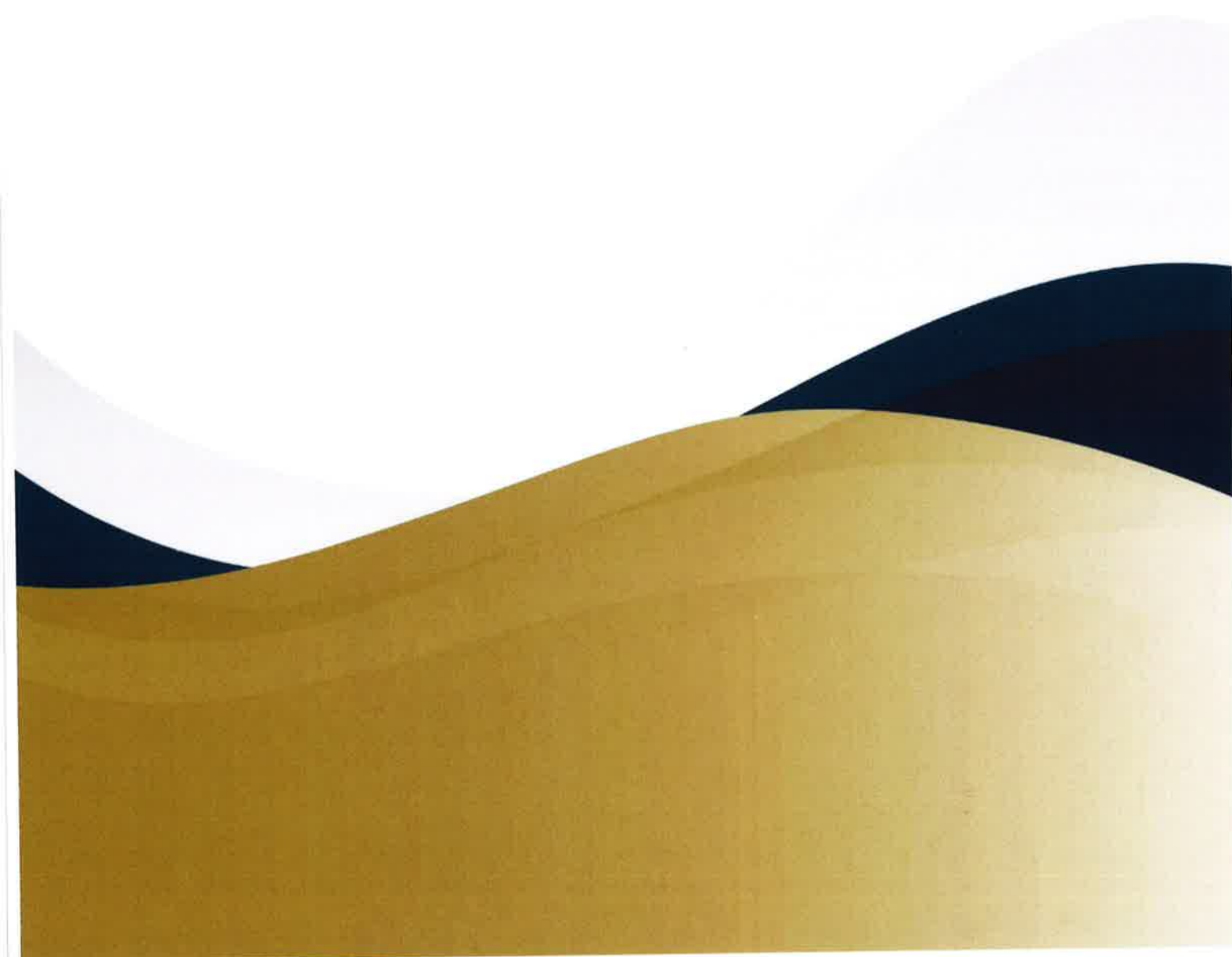


(Ricardo Morna Jardim)

²⁸ Com impacto na dívida da Ponta do Oeste e, consequentemente, na dívida da RAM.

ANEXOS

Relatório e Contas 2021



ANEXOS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., de acordo com o disposto no Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro, apresenta os seguintes elementos referentes ao exercício de 2021:

- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Balanço;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Demonstrações das alterações no Capital Próprio;
- Anexo.

1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA

PONTA DO OESTE - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2021 (12 Meses)	31/12/2020 (12 Meses)
Impostos e taxas		110,24	61,89
Vendas		131 218,05	309 752,25
Prestações de serviços		261 500,00	156 389,00
Transferências correntes e subsídios à exploração		(41,45)	(22,10)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(285 287,10)	(371 382,61)
Fornecimentos e serviços externos		(583 169,16)	(552 156,96)
Gastos com o pessoal		1 439 888,55	1 542 214,99
Outros rendimentos e ganhos		(592 663,59)	(136 542,40)
Outros gastos e perdas		371 555,54	948 314,06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4 130 274,00)	(4 146 974,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(3 758 718,46)	(3 198 660,16)
Juros e gastos similares suportados		(214,51)	(25,70)
Resultado antes de impostos		(3 758 932,97)	(3 198 685,86)
Imposto sobre o rendimento do período		(263,65)	278 176,84
Resultado líquido do período		(3 759 196,62)	(2 920 509,02)

Fonte: Ponta do Oeste

1.2. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PONTA DO OESTE - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.
BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis		160 355 422,81	166 009 917,46
Total de ativo não corrente		160 355 422,81	166 009 917,46
Ativo CORRENTE			
Inventários		389,75	431,20
Clientes, contribuintes e utentes		374 298,00	441 219,82
Estado e outros entes públicos		175 253,01	81 800,30
Outras contas a receber		315 064,84	498 077,00
Caixa e depósitos		3 883 805,21	2 841 587,94
Total de ativo corrente		4 748 810,81	3 863 116,26
TOTAL DO ATIVO		165 104 233,62	169 873 033,72
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		108 315 815,00	108 315 815,00
Outros instrumentos de capital próprio		53 879 184,91	35 037 461,26
Prémios de emissão		0,69	0,69
Resultados transitados		(101 956 582,51)	(99 213 575,81)
Outras variações no património líquido		25 809 469,48	25 167 937,14
Resultado líquido do período		(3 759 196,62)	(2 920 509,02)
Interesses que não controlam		-	-
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		82 288 690,95	66 387 129,26
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		3 390 000,00	3 390 000,00
Financiamentos obtidos		60 133 333,27	78 402 976,45
Passivos por impostos diferidos		4 472 403,19	6 616 977,40
Total do passivo não corrente		67 995 736,46	88 409 953,85
PASSIVO CORRENTE			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	92 004,69
Fornecedores		273,65	406,92
Estado e outros entes públicos		6 566 666,66	6 566 666,66
Financiamentos obtidos		8 252 865,90	8 416 872,34
Outras contas a pagar		-	-
Total do passivo corrente		14 819 806,21	15 075 950,61
TOTAL DO PASSIVO		82 815 542,67	103 485 904,46
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		165 104 233,62	169 873 033,72

Fonte: Ponta do Oeste

1.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PONTA DO OESTE - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		219 434,81	381 500,87
Pagamentos a fornecedores		-410 974,06	-614 090,41
Pagamentos ao pessoal		-375 617,27	-675 985,64
Caixa gerada pelas operações		-567 156,52	-908 575,18
Outros recebimentos/pagamentos		-160 685,42	-569 866,51
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-727 841,94	-1 478 441,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-563 306,75	-19 066,50
Ativos fixos tangíveis		1 500 000,00	-
Subsídios ao investimento		261 500,00	156 389,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1 198 193,25	137 322,50
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 138 747,15	8 032 927,64
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6 566 666,68	-6 566 666,68
Juros e gastos similares		-214,51	-25,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		571 865,96	1 466 235,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 042 217,27	125 116,07
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 841 587,94	2 716 471,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 883 805,21	2 841 587,94
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 841 587,94	2 716 471,87
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		2 841 587,94	2 716 471,87
De execução orçamental		2 616 262,07	2 492 099,87
De operações de tesouraria		225 325,87	224 372,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 883 805,21	2 841 587,94
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		3 883 805,21	2 841 587,94
De execução orçamental		3 616 293,92	2 616 262,07
De operações de tesouraria		267 511,29	225 325,87

Fonte: Ponta do Oeste

1.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
PONTA DO OESTE - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2020

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe													(Montantes expressos em Euros)	
		Capital / Património Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (01.01.2019)	(1)	108 315 815,00	0,00	0,00	0,69	0,00	0,00	0,00	-93 656 276,67	0,00	0,00	25 609 816,45	-5 247 391,60	35 021 963,87		35 021 963,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações conhecidas no Património Líquido				35 037 461,26					-5 557 299,14			-441 879,31	5 247 391,60	34 285 674,41		34 285 674,41
	(2)	0,00	0,00	35 037 461,26		0,00	0,00	0,00	-5 557 299,14	0,00	0,00	-441 879,31	5 247 391,60	34 285 674,41	0,00	34 285 674,41
Resultado líquido do período	(3)												-2 920 509,02	-2 920 509,02		-2 920 509,02
Resultado integral	(4)=(2)+(3)												2 326 882,58	31 365 165,39	0,00	31 365 165,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Outras operações														0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (31.12.2020)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	108 315 815,00	0,00	35 037 461,26	0,69	0,00	0,00	0,00	-99 213 575,81	0,00	0,00	25 167 937,14	-2 920 509,02	66 387 129,26	0,00	66 387 129,26

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2021

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe													(Montantes expressos em Euros)	
		Capital / Património Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (01.01.2020)	(1)	108 315 815,00	0,00	35 037 461,26	0,69	0,00	0,00	0,00	-99 213 575,81	0,00	0,00	25 167 937,14	-2 920 509,02	66 387 129,26	0,00	66 387 129,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações conhecidas no Património Líquido				18 841 723,65					-2 743 006,70			641 532,34	2 920 509,02	19 660 758,31		19 660 758,31
	(2)	0,00	0,00	18 841 723,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 743 006,70	0,00	0,00	641 532,34	2 920 509,02	19 660 758,31	0,00	19 660 758,31
Resultado líquido do período	(3)												-3 759 196,62	-3 759 196,62		-3 759 196,62
Resultado integral	(4)=(2)+(3)												-838 687,60	15 901 561,69	0,00	15 901 561,69
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Outras operações														0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (31.12.2021)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	108 315 815,00	0,00	53 879 184,91	0,69	0,00	0,00	0,00	-101 956 582,51	0,00	0,00	25 809 469,48	-3 759 196,62	82 288 690,95	0,00	82 288 690,95

Fonte: Ponta do Oeste

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



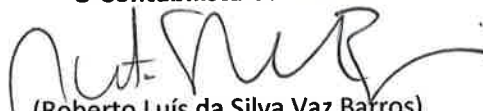
(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

1.5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.5.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO



A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. (PONTA DO OESTE), pessoa coletiva n.º 511146507, foi constituída em 02 de agosto de 2000, pelo Decreto Legislativo Regional 18/2000/M e tem a sua sede social à Avenida Zarco, Palácio do Governo, Funchal.

A atividade principal da Sociedade insere-se no âmbito do interesse público, tendo por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam, de forma integrada, para o desenvolvimento dos Concelhos de Ribeira Brava, da Ponta do Sol e da Calheta. Entre 2004 e 2011 a Sociedade concluiu alguns dos seus investimentos, tendo no final dos anos, transferido o valor destes projetos, de ativos tangíveis em curso para as respetivas rubricas de ativos fixos tangíveis. Neste momento a sociedade dedica-se à exploração direta e indireta dos empreendimentos.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Contudo, as mesmas Demonstrações Financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

1.5.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

1.5.3. BASES DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

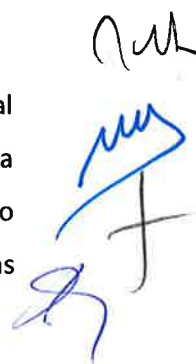
A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC-AP bem como da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCP e legislação complementar. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-AP.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo órgão de Gestão da Empresa, no dia 30 de março de 2021, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substancia sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC - AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem



um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 3 a 9.

1.5.4. COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS/ APLICAÇÃO PELA 1ª VEZ

As demonstrações financeiras apresentadas pela PONTA DO OESTE no exercício anterior foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, o qual integra as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI), enquanto que as demonstrações financeiras elaboradas no presente exercício estão em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

A alteração do referencial contabilístico de SNC para SNC – AP, provocou apenas alterações em termos de designação de rubricas, não tendo sido efetuados quaisquer ajustamentos aos Fundos Patrimoniais.

As reclassificações verificadas estão relacionadas com a transferência dos Passivos por Impostos Diferidos para Outras Contas a Pagar.

1.5.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, relevantes, sendo de salientar a alteração da designação e algumas rubricas, em conformidade com o novo referencial.

1.6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.6.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

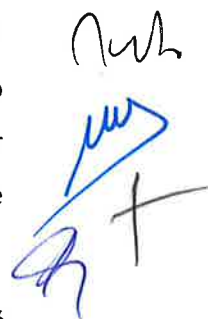
As principais bases de mensuração adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras, são como segue:

1.6.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens que integram o ativo fixo tangível são mensurados inicialmente pelo seu custo, conforme previsto na NCP 5, sendo a mensuração subsequente apresentada pelo valor do custo deduzido das depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Atendendo à especificidade da atividade da Sociedade e ao desconhecimento dos destinos a atribuir aos ativos construídos pela Ponta do Oeste (os quais têm fins sociais), torna-se muito difícil obter o valor recuperável dos referidos ativos, razão pela qual não foi possível efetuar testes de imparidade e registrar as eventuais perdas por imparidade que, eventualmente, se pudessem verificar.



A depreciação dos ativos fixos tangíveis (com exceção dos terrenos que não são depreciados), é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método da linha reta ou quotas constantes, com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções	20 – 40 anos
Equipamento básico	4 – 16 anos
Equipamento de transporte	4 – 7 anos
Equipamento administrativo	2 – 15 anos
Outros bens	3 -8 anos

Os períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis foram objeto de avaliação, nas datas de relato, tendo-se considerado adequados os que têm vindo a ser praticados.

Para efeitos de depreciação não é deduzido o valor residual dos bens aos respetivos custos de aquisição, por se considerar que não seria possível efetuar a quantificação daqueles montantes de forma fiável.

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos, ainda, em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos mensurados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos serão depreciados a partir do momento em que os mesmos estejam disponíveis para uso.

Ass.
[assinatura]
+

Para os investimentos em curso, relativos a ativos fixos tangíveis, cuja probabilidade de virem a ser concluídos foi avaliada, pelo Conselho de Administração, como sendo remota, foi reconhecida a respetiva perda por imparidade.

1.6.3. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

O custo inclui todas os gastos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local em condições de serem negociados.

O valor realizável líquido é constituído pelo valor de venda expectável dos inventários, deduzido de todos os custos para a realização dessa mesma venda.

Como critério de movimentação é adotado o custo médio ponderado.

1.6.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.6.5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo menos qualquer perda por imparidade.

1.6.6. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência que a quantia escriturada excede a quantia recuperável.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

1.6.7. CAIXA E DEPÓSITOS

A rubrica de caixa e depósitos mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez, sem afetar o valor do respetivo capital.

1.6.8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Ponta do Oeste encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 11,90% e 14,70%.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2018 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável. O limite à dedução previsto no n.º 2 do artigo 52.º do CIRC é elevado em 10 pontos percentuais, quando a diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.



Am.

Am.

A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Sociedade considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e consequentemente também não foram reconhecidos impostos diferidos passivos.

1.6.9. OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO)

O Euro é a moeda funcional e de relato. Para as operações ocorridas em moeda diferente, que determinam a existência, no final dos períodos de relato, de posições em aberto no ativo e no passivo, procede-se à respetiva atualização da posição para o câmbio de 31 de dezembro. As quantias relativas a perdas e ganhos gerados com diferenças de câmbio foram reconhecidos em separado nos resultados correntes.

Relativamente a 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras não incluem saldos em moeda diferente da do relato.

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.



1.6.10. RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às vendas e prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.

1.6.11. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

A partir de 1 de janeiro de 2010, os encargos financeiros de financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a Ponta do Oeste entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos, quando aplicável, começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por financiamentos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Durante o exercício de 2021 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, face ao total de financiamentos, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

1.6.12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são incluídos nos fundos patrimoniais. O seu

reconhecimento é efetuado em resultados, de acordo com a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

1.6.13. GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período.

Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social, bem como, benefícios não monetários tal como seguro de saúde.

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2010, os gastos com pessoal relacionados diretamente com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a PONTA DO OESTE entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Durante o exercício de 2021 não foram capitalizados quaisquer gastos com pessoal, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

1.6.14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (nota 15).



1.6.15. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as seis principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: (i) relevância; (ii) fiabilidade; (iii) compreensibilidade; (iv) oportunidade; (v) comparabilidade e (vi) verificabilidade.

1.6.16. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, património líquido, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.1, acima.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Ponta do Oeste, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. As análises apresentadas seguidamente têm, apenas, como objetivo assistir o leitor das demonstrações financeiras no entendimento das mesmas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas

Os responsáveis da gestão revêm no final de cada período de relato o período estimado de vida útil dos ativos fixos tangíveis, assim como os respetivos períodos de vida útil definidos. No entendimento dos responsáveis da gestão as vidas úteis utilizadas são adequadas e refletem as expectativas quanto ao período de utilização dos referidos bens. Contudo, em virtude de diversos fatores, o período de vida útil dos referidos ativos pode vir a ser distinto daquele assumido na data de relato.

Imparidade dos ativos não correntes

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data de relato, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade.

Imparidade dos ativos correntes

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.6.17. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Na elaboração das demonstrações financeiras não existem pressupostos relevantes relativos a acontecimentos futuros que tenham um impacto material nos seus elementos.

1.6.18. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incerteza encontram-se descritas na nota 3.3., acima.

1.7. FLUXOS DE CAIXA

1.7.1. QUANTIAS NÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Contudo, é de salientar o facto de determinados recursos financeiros apenas poderem ser utilizados para a realização de investimentos, situação que justifica o valor de depósitos a prazo.

1.7.2. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe da rubrica de caixa e depósitos à ordem, à data do relato, apresentava a seguinte composição:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Caixa	584,10	13 093,41
Depósitos à ordem	3 883 221,11	2 828 494,53
Total	3 883 805,21	2 841 587,94

Fonte: Opção Divina

1.8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

1.8.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

As variações registadas nos ativos fixos tangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	38 858 594,89	-	38 858 594,89	38 038 094,89	-	38 038 094,89
Edifícios e outras construções	107 782 015,64	59 842 491,41	47 939 524,23	105 929 940,76	63 263 924,32	42 666 016,44
Equipamento básico	298 669,28	235 491,05	63 178,23	339 487,68	259 060,85	80 426,83
Equipamento de transporte	61 667,00	61 667,00	0,00	61 667,00	61 667,00	0,00
Equipamento administrativo	207 573,45	207 458,22	115,23	208 561,45	207 640,31	921,14
Outros	19 849,30	19 046,01	803,29	19 849,30	19 172,81	676,49
Ativos fixos tangíveis em curso	79 147 701,59	-	79 147 701,59	79 569 287,02	-	79 569 287,02
Total	226 376 071,15	60 366 153,69	166 009 917,46	224 166 888,10	63 811 465,29	160 355 422,81

Fonte: Opção Divina

1.8.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIAS ESCRITURADAS – VARIÇÕES DO PERÍODO

As amortizações e perdas por imparidade registradas, nos ativos fixos tangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações			Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6))+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Amortizações do período (8)	Diminuições (10)	
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	38 858 594,89	-	-	(820 500,00)	38 038 094,89
Edifícios e outras construções	47 939 524,23	-	(4 106 395,31)	(1 167 112,48)	42 666 016,44
Equipamento básico	63 178,23	40 818,40	(23 569,80)	-	80 426,83
Equipamento de transporte	-	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	115,23	988,00	(182,09)	-	921,14
Outros	803,29	-	(126,80)	-	676,49
Ativos fixos tangíveis em curso	79 147 701,59	421 585,43	-	-	79 569 287,02
Total	166 009 917,46	463 391,83	(4 130 274,00)	-1 987 612,48	160 355 422,81

Fonte: Opção Divina

1.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

1.9.1. ATIVOS INTANGÍVEIS VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

As variações registradas nos ativos intangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis						
Outras ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00

Fonte: Opção Divina

1.9.2. ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIÇÕES DO PERÍODO

As amortizações e perdas por imparidade registradas, nos ativos intangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações		Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Amortizações do período (8)	
Ativos intangíveis Projectos de desenvolvimento (i)	0,00	550,00	(550,00)	0,00
Total	0,00	550,00	(550,00)	0,00

Fonte: Opção Divina

1.10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

1.10.1. FINANCIAMENTOS CONTRATUALIZADOS

Em 31 de dezembro de 2021 os contratos de financiamento ativos apresentam o seguinte detalhe:

Entidade	Data do Contrato	Prazo do Contrato	Capital			Taxas de Juro	Pagamentos de anos anteriores		Pagamentos do ano		Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
			Contratado	Utilizado	Saldo 31.12.2021		Amortização	Total	Amortização	Total		
Deutsche Bank	22-dez-05	29-dez-30	27 500 000,00	27 500 000,00	16 499 999,96	0,13%	1 833 333,34	1 833 333,34	1 833 333,34	1 833 333,34	18 333 333,30	16 499 999,96
Depfa Bank	23-out-16	-	28 000 000,00	28 000 000,00	18 666 666,70	0,10%	1 866 666,66	1 866 666,66	1 866 666,66	1 866 666,66	20 533 333,36	18 666 666,70
Banca OPI	-	-	36 000 000,00	36 000 000,00	31 533 333,27	10,50%	2 866 666,66	2 866 666,66	2 866 666,68	2 866 666,68	34 399 999,95	31 533 333,27
Novo Banco	-	-	353 250,00	-	-	3,30%	-	-	-	-	-	-
Santander	20-nov-15	15-dez-19	2 330 074,64	2 330 074,64	-	-	-	-	-	-	-	-
RAM	13-jan-17	13-jan-35	11 564 577,94	11 564 577,94	-	-	-	-	-	-	11 702 976,50	-
Total			105 747 902,58	105 394 652,58	66 699 999,93		6 566 666,66	6 566 666,66	6 566 666,68	6 566 666,68	84 969 643,11	66 699 999,93

Fonte: Opção Divina

1.10.2. AMORTIZAÇÃO FINANCIAMENTOS

Os financiamentos contratualizados a 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte exigibilidade:

Entidade	Capital Contratualizado	Saldo em 01.01.2021	Saldo em 31.12.2021	Amortizações previstas		
				Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Deutsche Bank	27.500.000,00 €	18.333.333,30	16.499.999,96	1.833.333,34	14.666.666,62	16.499.999,96
Depfa Bank	16.000.000,00 €	20.533.333,36	18.666.666,70	1.066.666,66	17.600.000,04	18.666.666,70
Banca OPI	8.550.000,00 €	-	31.533.333,27	-	31.533.333,27	31.533.333,27
Millennium BCP	1.088.882,47 €	-	-	-	-	-
RAM	11.564.577,94 €	11.702.976,50	-	-	-	-
Total	64.703.460,41 €	50.569.643,16	66.699.999,93	2.900.000,00	63.799.999,93	66.699.999,93

Fonte: Opção Divina

a) Empréstimo agrupado de 100.000.000 de euros concedido pelo Deutsche Bank, em 2005, do qual cabe à sociedade o montante de 27.500.000 euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2016 e 2030, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 13 basis point.

b) Empréstimo agrupado de 100.000.000 de euros concedido pela DEPFA Bank em 2006, do qual cabe à sociedade o montante de 28.000.000 de euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas

entre 2017 e 2031, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 10 basis point.

c) Empréstimo agrupado de 125.000.000 de euros concedido pela Banca OPI em 2007, do qual cabe à sociedade o montante de 36.000.000 de euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2018 e 2032, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 7 basis point.

d) Empréstimo Santander Totta que vence juros às taxas nominais de mercado para este tipo de operações.

1.11. INVENTÁRIOS

1.11.1. INVENTÁRIOS

O inventário decompõe-se do seguinte modo:

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	389,75		389,75
Total	389,75	0,00	389,75

Fonte: Opção Divina

1.11.2. INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Inventário Inicial	431,20	453,30
Compras	-	-
Inventário Final	389,75	431,20
Total	41,45	22,10

Fonte: Opção Divina

1.11.3. MERCADORIAS – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Entidade (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Movimentos do período		Quantia escriturada final (10)=(2)+(3)-(4)- /(+5)-(6)+(7)-(8)+(9)
		Compras líquidas (3)	Consumos / gastos (4)	
Mercadorias	431,20	-	41,45	389,75
Produtos acabados e		-	-	-
Total	431,20	-	41,45	389,75

Fonte: Opção Divina

1.12. PROVISÕES

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício foi o seguinte:

Provisões (1)	Saldo Inicial (2)	Reforço (3)	Reversão (4)	Saldo Final (5)=(2)+(3)+(4)
Processos judiciais em curso	3 390 000,00		-	3 390 000,00
Participações financeiras (b)			-	-
Total	3 390 000,00	-	-	3 390 000,00

Fonte: Opção Divina

Esta provisão foi constituída, na base da prudência, para acautelar eventuais perdas em ações judiciais em curso contra a sociedade.

É convicção do Conselho de Administração da sociedade que estas provisões são suficientes para fazer face a eventuais responsabilidades futuras.

1.13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

1.13.1. CLIENTES

Clientes c/c	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Clientes nacionais	374 298,00	441 219,82
Clientes Paíse Comunitários	-	-
Clientes Cobrança Duvidosa	1 717 641,79	1 717 641,79
Subtotal	2 091 939,79	2 158 861,61
Perdas por imparidade	(1 717 641,79)	(1 717 641,79)
Total	374 298,00	441 219,82

Fonte: Opção Divina

O Conselho de Administração decidiu reconhecer perdas por imparidade de alguns saldos de clientes com alguma antiguidade, cujas tentativas de cobrança têm se revelado ineficazes.

Em 31 de dezembro de 2021 as perdas por imparidade acumuladas ascendem ao montante de 1.717.641,79 euro.

1.13.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Outras contas a receber	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	-	-
Ponta do Oeste, S.A.	-	-
Sociedade de Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	-	-
Outros	315 064,84	498 077,00
Total	315 064,84	498 077,00

Fonte: Opção Divina

1.13.3. FORNECEDORES

Fornecedores c/c	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Fornecedores nacionais	-	92 004,69
Total	-	92 004,69

Fonte: Opção Divina

1.13.4. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Fornecedores de Investimentos	6 441,00	6 441,00
Credores por Acrescimos de gastos		
Remunerações a liquidar	77 858,00	72 815,00
Água & Eletricidade	14 000,00	14 000,00
Comunicação	650,00	650,00
Outros Credores		
Caução Clientes	440 257,81	415 192,79
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA	7 186 659,09	7 186 659,09
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA	-	194 114,46
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA	527 000,00	527 000,00
Clientes c/ saldo Credor		
Total	8 252 865,90	8 416 872,34

Fonte: Opção Divina

Os saldos credores existentes com a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., e a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., acima referenciadas teve como finalidade a dotação da Ponta do Oeste dos meios financeiros adequados à prossecução da sua atividade corrente, decorrentes dos constrangimentos financeiros provocados pelo Orçamento de períodos anteriores e da exiguidade das receitas próprias para fazer face aos seus gastos anuais.

Os passivos por impostos diferidos referem-se aos Subsídios ao investimento registados na rubrica de outras Variações nos Fundos Patrimoniais conforme nota 10.2.

1.13.5. DESRECONHECIMENTO

No período de relato a Ponta do Oeste não transferiu quaisquer ativos financeiros para outras entidades pelo que não realizou qualquer desreconhecimento.



1.14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

1.14.1. QUANTIA ESCRITURADA - VARIAÇÃO

A rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação:

Estado e outros entes públicos	Saldo 31.12.2021		Saldo 31.12.2020	
	Ativo Corrente	Passivo Corrente	Ativo Corrente	Passivo Corrente
IRC - Pagamento especial por conta	1 480,00	-	2 494,00	-
IRC - Retenções	13 095,50	10,00	39 701,61	-
IRC Estimado		263,65	-	406,92
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	160 677,51	-	39 604,69	-
Total	175 253,01	273,65	81 800,30	406,92

Fonte: Opção Divina

1.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A desagregação do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme se segue:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Imposto S/ rendimento corrente	(263,65)	(406,92)
Imposto S/ rendimento diferido	-	278 583,76
Total	-263,65	278 176,84

Fonte: Opção Divina

A responsabilidade referente ao Imposto sobre o rendimento reconhecida nas demonstrações financeiras relativamente a 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2021, no valor de 406,92 euros e 263,65 euros, respetivamente, respeita exclusivamente ao imposto corrente apurado relativo a tributações autónomas.

A Administração considera não existir capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, dos prejuízos fiscais apurados, como tal não foi registado qualquer imposto diferido ativo.

Os prejuízos acumulados passíveis de dedução apresentam o seguinte detalhe:

Handwritten signature/initials in blue ink.

Exercício	Prejuízo Apurado	Data limite de reporte dos prejuízos
2014	5 664 412,36	2028
2015	4 011 985,56	2029
2016	4 165 560,68	2030
2017	3 349 755,32	2031
2018	3 017 791,08	2032
2019	5 461 555,51	2033
2020	3 178 694,00	2032
2021	3 662 830,93	2033
Total	32 512 585,44	

Fonte: Opção Divina

2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

2.1. PATRIMÓNIO/CAPITAL

A Ponta do Oeste é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 108.315.815 euros, é composto por 21.663.163 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	100,00%	108 315 815,00	108 315 815,00
Total	100,00%	108 315 815,00	108 315 815,00

Fonte: Opção Divina

O Capital social é detido a 100% pela RAM e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de dezembro de 2021, o capital social é de 108.315.815€, representado por 21.663.163 ações com o valor nominal de 5€ cada e um prémio de emissão de 0,69 centimos.

Em vinte e cinco de Novembro de 2016 foi deliberado pela acionista única, RAM, aumentar o capital em espécie da sociedade através de 7.510.817,10 euros de prestações suplementares e de um conjunto de contratos de mútuo anteriormente concedidos em dinheiro pela acionista RAM no montante de 99.804.998,59 euros.

Este aumento de capital obteve o visto do Visto do Tribunal de Contas em 21 de abril de 2017.

O Tribunal de contas fixou emolumentos no montante de 107.315,82 euros. A Ponta do Oeste recorreu e o Tribunal de Contas, veio fixar os emolumentos em 17.164,00 euros. Este valor foi liquidado em finais de 2018.

2.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Património / Capital	108 315 815,00			108 315 815,00
Outros instrumentos de capital próprio	35 037 461,26		18 841 723,65	53 879 184,91
Prémios de emissão	0,69			0,69
Resultados Transitados	(99 213 575,81)	(2 920 509,02)	177 502,32	(101 956 582,51)
Excedentes de revalorização				-
Outras variações no património líquido	25 167 937,14		641 532,34	25 809 469,48
Resultado Líquido	(2 920 509,02)	2 920 509,02	(3 759 196,62)	(3 759 196,62)
Interesses que não controlam	-			-
Total património líquido	66 387 129,26	-	15 901 561,69	82 288 690,95

Fonte: Opção Divina

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Diferenças de conversão	(142 638,81)	(142 638,81)
Subsídios ao investimento	30 424 511,47	31 943 515,15
Dotações	(4 472 403,18)	(6 632 939,20)
Total	25 809 469,48	25 167 937,14

Fonte: Opção Divina

3. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.1. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal registado no corrente exercício, ascende a 583.169,16 euros, conforme:

Gasto com Pessoal	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Remunerações dos órgãos sociais	50 263,33	51 176,11
Remunerações do pessoal	424 030,22	391 443,21
Encargos sobre remunerações	103 445,96	105 962,92
Seguro de acidentes de trabalho	3 105,28	3 123,92
Outros gastos com o pessoal	2 324,37	450,80
Total	583 169,16	552 156,96

Fonte: Opção Divina

O número de colaboradores da Ponta do Oeste a 31 de dezembro de 2021 foi de 47.

3.2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO

Apresentam-se nos quadros seguintes, os montantes totais das remunerações auferidas pelo conjunto dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, bem como os custos desta, associados a estas funções, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

✓ ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente e o Secretário não auferem qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

✓ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O vencimento dos membros do Conselho de Administração é repartido equitativamente pelas 4 Sociedades de Desenvolvimento, sendo que no ano de 2021 a Ponta do Oeste suportou gastos com remunerações dos órgãos sociais no montante de 50.263,33€.

3.3. OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo estimados pela Ponta do Oeste compreendem as férias e subsídio de férias cujo valor estimado ascende a 77.858,00 euros, conforme mencionado anteriormente na nota 8.4.

3.4. OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS

Não existem outros benefícios a longo prazo de empregados.

Não existem responsabilidades com pagamentos de complementos de reforma.

3.5. OUTRAS INFORMAÇÕES

Vendas

Na rubrica de vendas encontram-se registadas vendas somente de mercadorias.

Vendas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Mercadorias	110,24	61,89
Total	110,24	61,89

Fonte: Opção Divina

3.5.1. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os rendimentos obtidos no período em análise são essencialmente de concessões, à semelhança do exercício anterior:

Prestações de serviços	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Concessões	113 876,85	309 375,04
Outros serviços	17 341,20	377,21
Total	131 218,05	309 752,25

Fonte: Opção Divina

3.5.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Prestações de serviços	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Contrato Programa Covid 19	261 500,00	156 389,00
Total	261 500,00	156 389,00

Fonte: Opção Divina

3.5.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no período em análise, apresentam o seguinte detalhe:

Fornecimento e Serviços Externos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Tabalhos Especializados	39 183,35	75 413,95
Publicidade e propaganda	21 086,87	3 441,04
Conservação e reparação	17 015,45	23 763,80
Outros	8 559,01	73 521,18
Materiais	5 926,45	11 003,48
Electricidade	79 866,46	71 724,76
Combustíveis	12 312,39	22 152,89
Água	23 596,30	18 020,18
Comunicação	3 207,09	3 628,37
Seguros	7 109,17	6 011,56
Contencioso e notariado	1 566,00	-
Limpeza, higiene e conforto	1 199,54	4 011,62
Outros serviços	64 659,02	58 689,78
Total	285 287,10	371 382,61

Fonte: Opção Divina

3.5.4. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações registadas no período são essencialmente referentes a ativos fixos tangíveis, conforme:

Gastos de depreciações e de amortizações	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis	4 130 274,00	4 146 882,54
Ativos intangíveis	-	91,68
Total	4 130 274,00	4 146 974,22

Fonte: Opção Divina

3.5.5. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Excesso de estimativa par impostos	4 265,25	-
Imputação de subsidios para investimentos	1 362 818,36	1 362 818,16
Outros rendimentos e ganhos	72 804,94	179 396,83
Total	1 439 888,55	1 542 214,99

Fonte: Opção Divina

3.5.6. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Impostos diretos	40 405,04	38 415,13
Impostos indiretos	302,95	12 887,43
Taxas	61 443,40	64 961,72
Correções relativas a períodos anteriores	2 872,27	2 564,00
Gastos em investimentos não financeiros	487 612,48	-
Outros gastos e perdas	27,45	17 714,12
Total	592 663,59	136 542,40

Fonte: Opção Divina

A rubrica de taxas refere-se essencialmente às taxas debitadas pelo Governo Regional, pelo aval que concedeu aos empréstimos de financiamento da Banca Estrangeira.

3.5.7. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Juros e gastos similares suportados	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Outros juros e gastos financeiros	214,51	25,70
Total	214,51	25,70

Fonte: Opção Divina

3.5.8. PARTES RELACIONADAS
3.5.8.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com a Ponta do Oeste são:

- ✓ Região Autónoma da Madeira
- ✓ Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
- ✓ Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
- ✓ Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

3.5.8.2. SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

Entidades	Outras Operações
Região Autónoma da Madeira	-
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA	7 186 659,09
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA	527 000,00
Total	7 713 659,09

Fonte: Opção Divina

3.5.8.3. COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS

À data de 31 de dezembro de 2021 não existem quaisquer contingências ou compromissos não registados no Balanço.

3.6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

3.7. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam a 3.904 euros.

Dívidas Autoridade Tributária

A Ponta do Oeste não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Autoridade Tributária.

Dívidas Segurança Social

A Ponta do Oeste não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Segurança Social.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do exercício no montante de 3.759.196,62€ sejam objeto de transferência para resultados transitados.

Funchal, 28 de março de 2022

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)



5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

5.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa coletiva n.º 511 146 507.

É tutelada pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, possui a natureza de pessoa coletiva de direito público e integra o perímetro como empresa pública reclassificada.

O seu Código de Classificação Orgânica é 521020100.

As demonstrações orçamentais anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas nos termos da legislação em vigor, designadamente em respeito pela NCP 26 e pelas instruções do TdC.

Entendemos que as demonstrações orçamentais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ponta do Oeste, bem como a sua posição e desempenho orçamental e de fluxos de caixa no ano de 2021.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações orçamentais, segundo a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da Ponta do Oeste, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

O princípio fundamental que esteve subjacente à elaboração das demonstrações orçamentais foi a comparabilidade da informação, quer com as respetivas demonstrações do período anterior.

O Relato Orçamental consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e dos recebimentos, bem como, o desempenho orçamental.

Assim, em conformidade com o n.º 2 do parágrafo 46 da NCP mencionada, são seguidamente apresentados os quadros respeitantes aos mapas obrigatórios que constituem um conjunto completo de demonstrações orçamentais de relato (DOR):

DOR 1. Demonstração do desempenho orçamental (anexo 1)



DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

ANTE S. APURAMENTOS 2021

RUB	RECEBIMENTOS	PONTES DE FINANCIAMENTO (R)						RUB	PAGAMENTOS	PONTES DE FINANCIAMENTO (R)						RUB
		PP	RG	UR	EMPRE	F. ALIEZOS	TOTAL			PP	RG	UR	EMPRE	F. ALIEZOS	TOTAL	
1	Serviço de gestão de resíduos							1	Serviço de gestão de resíduos							1
	Correção (anexo 1)	2 319 862,00	308 235,07				2 628 097,07		Correção (anexo 1)							
	Despesa de estudo para o saneamento								Despesa de estudo para o saneamento							
	Despesa de estudo para o saneamento (anexo 1)								Despesa de estudo para o saneamento (anexo 1)							
	Operações de recuperação (R)					205 720,00	205 720,00		Operações de recuperação (R)							
	Recursos correntes								Recursos correntes							
R1	Recursos correntes							R1	Recursos correntes							
R11	Impostos diretos							R11	Impostos diretos							
R12	Impostos indiretos							R12	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para o sistema de proteção social e subsistemas de saúde							R2	Contribuições para o sistema de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, portos e outras parafusadas							R3	Taxas, portos e outras parafusadas							
R4	Despesa de manutenção de propriedades							R4	Despesa de manutenção de propriedades							
R5	Transferências e subsídios correntes							R5	Transferências e subsídios correntes							
R51	Transferências correntes							R51	Transferências correntes							
R511	Administração Pública							R511	Administração Pública							
R5111	Administração Central - Estado Português							R5111	Administração Central - Estado Português							
R5112	Administração Central - Outras entidades							R5112	Administração Central - Outras entidades							
R5113	Segurança Social							R5113	Segurança Social							
R5114	Administração Regional							R5114	Administração Regional							
R5115	Administração Local							R5115	Administração Local							
R512	Outros							R512	Outros							
R52	Subsídios correntes							R52	Subsídios correntes							
R6	Receita de bens e serviços	215 821,89					215 821,89	R6	Receita de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes	12 227,60					12 227,60	R7	Outras receitas correntes							
	Recursos de capital								Recursos de capital							
R8	Receita de bens de capital	1 808 000,00					1 808 000,00	R8	Receita de bens de capital							
R9	Transferências e subsídios de capital							R9	Transferências e subsídios de capital							
R91	Transferências de capital							R91	Transferências de capital							
R911	Administração Pública							R911	Administração Pública							
R9111	Administração Central - Estado Português							R9111	Administração Central - Estado Português							
R9112	Administração Central - Outras entidades							R9112	Administração Central - Outras entidades							
R9113	Segurança Social							R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							R9115	Administração Local							
R912	Outros							R912	Outros							
R92	Subsídios de capital							R92	Subsídios de capital							
R93	Outras receitas de capital							R93	Outras receitas de capital							
R94	Receitas não atribuídas aos municípios							R94	Receitas não atribuídas aos municípios							
	Recursos totais (R)	1 705 000,00	308 235,07				2 013 235,07		Recursos totais (R)	1 705 000,00	308 235,07				2 013 235,07	
	Recursos totais (R)		372 000,00				3 385 235,07		Recursos totais (R)		372 000,00				3 385 235,07	
R12	Recursos totais (R)		372 000,00				3 385 235,07	R12	Recursos totais (R)		372 000,00				3 385 235,07	
R13	Recursos totais (R)		372 000,00				3 385 235,07	R13	Recursos totais (R)		372 000,00				3 385 235,07	

RUB.	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (F)						RUB.	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (F)						RUB.
		RP	RG	UR	ESDP	F. ALHEIOS	TOTAL			RP	RG	UR	ESDP	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Item 10-11-01-01	4.087.000,00	1.257.000,00		5.306.000,00		12.624.313,00	11.268.828,62	Item 11-12-01	720.121,00	1.106.238,81		5.286.066,00		8.452.425,81	8.452.425,81
	Operações de manutenção (01)					42.000,00	42.000,00	553,01	Operações de manutenção (01)					226,00	226,00	
									Saldo para o exercício seguinte	1.369.208,54	2.917.14,34			267.511,20	3.493.863,08	2.416.262,77
									Quantidade comprometida (R-14-1)							
									Quantidade de manutenção (2-11-1-1-1)							
									Saldo global (01-01)	1.369.208,54	429.076,91				430.000,00	1.369.076,91
									Despesa corrente	137.000,00	1.000.000,00				1.137.000,00	1.137.000,00
									Despesa corrente	137.000,00	1.000.000,00				1.137.000,00	1.137.000,00
									Despesa de capital	1.000.000,00	1.000.000,00				2.000.000,00	2.000.000,00
									Despesa corrente	1.000.000,00	1.000.000,00				2.000.000,00	2.000.000,00
									Despesa total (1-1-1-1-1)	1.369.208,54	1.000.000,00		5.286.066,00		7.655.274,54	7.655.274,54
									Despesa total (1-1-1-1-1)	1.369.208,54	1.000.000,00		5.286.066,00		7.655.274,54	7.655.274,54

DOR 2. Demonstração de execução orçamental da receita (anexo 2)



Funchal - Av. Marco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal

TH: 291 215 740
Fax: 291 215 750

NIF: 512 146 507
C.N.C.F. 07860/001023
Capital Social 1.000.000,00€

email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

ANTES APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: E

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEQUENTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
052020.513.0701000170.122	150,00	-4,42	21,92	151,40	10,90	134,50	0,00	0,00	0,00	134,50	134,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0702010170.122	900 777,00	-1 071 777,20	2 033 742,04	241 907,70	95 156,42	211 003,00	0,00	0,00	131 025,55	79 978,05	211 003,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0702000170.122	107 070,00	107 070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0702999970.122	25 000,00	8 705,99	10 237,14	0,00	3,13	1 003,71	0,00	0,00	1 000,04	-3,13	1 003,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0001010170.122	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0001999970.122	30 000,00	-151 007,30	100 050,71	72 227,05	0,00	72 227,05	0,00	0,00	0,00	72 227,05	72 227,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.0004022007.122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.0004021200.122	201 500,00	201 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	933 407,00	-1 444 534,90	2 150 001,01	314 340,03	95 170,45	206 040,40	0,00	0,00	133 712,30	152 337,07	206 040,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
052020.301.1111051000.122	030 445,00	07 304,53	0,00	572 000,47	0,00	572 000,47	0,00	0,00	0,00	572 000,47	572 000,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.301.1200051000.122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.302.1001030170.122	305 271,00	0,00	0,00	305 270,07	0,00	305 270,07	0,00	0,00	0,00	305 270,07	305 270,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0001010000.122	1 500 000,00	-120 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.522.1001030170.122	2 310 992,00	0,00	0,00	2 310 992,00	0,00	2 310 992,00	0,00	0,00	0,00	2 310 992,00	2 310 992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.712.1111051000.122	0 500 000,00	0,00	0,00	0 500 000,00	0,00	0 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0 500 000,00	0 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.712.1200051000.122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	11 202 375,00	-52 634,22	0,00	11 255 000,22	0,00	11 255 000,22	0,00	0,00	0,00	11 255 000,22	11 255 000,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12 135 072,00	-1 407 100,21	2 150 001,01	11 560 350,05	95 170,45	11 541 050,00	0,00	0,00	133 712,30	11 407 340,29	11 541 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)+(5)+(6)+(7)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO: INFORMATICA SIAG

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

ANTES APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: 1

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEQUENTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
052020.513.0702000170.52230	8 521,00	8 521,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0702000170.52300	01 049,00	01 049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057033.513.0702000170.52501	47 474,00	47 474,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.513.0702000170.52523	950,00	950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.0004022007.52523	01 756,00	01 756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	179 756,00	179 756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
052020.301.1004022003.52405	335 700,00	324 476,00	0,00	11 224,00	0,00	11 224,00	0,00	0,00	0,00	11 224,00	11 224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.301.1004022002.52300	200 750,00	127 207,70	0,00	82 462,24	0,00	82 462,24	0,00	0,00	0,00	82 462,24	82 462,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.301.1004022001.52300	442 976,00	56 407,43	0,00	306 500,57	0,00	306 500,57	0,00	0,00	0,00	306 500,57	306 500,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.302.1004022000.52230	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.302.1004022005.52500	250 000,00	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.302.1004022004.52490	53 404,00	53 404,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0901010000.52230	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052020.513.0901010000.52405	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.1004022007.52523	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057033.712.1004022006.52501	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 500 000,00	1 000 435,19	0,00	400 254,81	0,00	400 254,81	0,00	0,00	0,00	400 254,81	400 254,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 740 446,00	1 200 191,19	0,00	400 254,81	0,00	400 254,81	0,00	0,00	0,00	400 254,81	400 254,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	13 876 318,00	-230 978,82	2 150 061,81	12 040 610,00	95 176,45	12 021 313,40	0,00	0,00	133 712,30	11 007 001,10	12 021 313,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)+(5)+(6)+(7)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMATICA SIAG

- **DOR 3. Demonstração de execução orçamental da despesa (anexo 3)**

[illegible]

(1992) 241-255, 609.

doi:10.1017/S0022292412001604

DOI: 10.1002/for

செய்திக் கிணங்கி உ. பி. பி. 1948 முதல்
செய்திக் கிணங்கி உ. பி. பி. 1948 முதல்

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SVC-40

ANTES AUMENTOS 3%

QUESTIONS AND ANSWERS 5

[illegible]

© 2007 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 262: 349–358

Page 1 of 4

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-AP

ANTES AJUSTAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: 6

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CÂMBIOS	DESCATIVOS	DOTAÇÕES DISPONÍVEIS	CARRIMENTOS	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÕES ABATIDAS		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS				COMPROMISSOS A TRANSFERIR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA PERÍODOS FUTUROS									
										EMENDAS	NECESSARIAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL	PERÍODOS SEQUENTES												
															(P+1)			(P+2)	(P+3)	(P+4)	(P+5)	(P+6)	(P+7)	(P+8)	(P+9)	(P+10)	
476-DESPESAS 340-OPERACIONAIS-131	0,00	0 000,00	0,00	0,00	2 786,94	1 205,34	0 205,34	1 205,34	1 205,34	0,00	0,00	0,00	0 205,34	1 205,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
476-DESPESAS 310-OPERACIONAIS-132	0,00	1 200,00	0,00	0,00	176,94	1 382,00	1 382,00	1 382,00	1 382,00	0,00	0,00	0,00	1 382,00	1 382,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
476-DESPESAS 310-OPERACIONAIS-133	0,00	810 875,90	385 271,04	0,00	308 794,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
476-DESPESAS 310-OPERACIONAIS-134	0,00	184 175,80	0,00	0,00	0,00	184 175,80	184 175,80	184 175,80	184 175,80	0,00	0,00	0,00	184 175,80	184 175,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
476-DESPESAS 340-OPERACIONAIS-135	0,00	2 210 940,00	0,00	0,00	2 210 940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
476-DESPESAS 310-OPERACIONAIS-136	0,00	0 564 607,00	0,00	0,00	0,00	0 564 607,00	0 564 607,00	0 564 607,00	0 564 607,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0 447,00	30 150 380,90	385 271,04	0,00	2 625 626,80	0 768 376,80	0 768 376,80	0 768 376,80	0 768 376,80	0,00	0,00	0,00	0 768 376,80	0 768 376,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	137 273,00	52 125 872,80	390 171,04	0,00	3 042 586,67	7 968 384,32	7 968 384,32	7 968 384,32	7 968 384,32	0,00	0,00	15 278,80	7 983 663,12	7 983 663,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-07

ANTES AJUSTAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRENTES	CORTES	DESCORTES	DETADES DISPONÍVEIS	CAMBIO-RENTES	COMPRO- VIMENTOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÃO AMORTIZADA		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			COMPRO- VIMENTOS A TRANSFERIR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROVIMENTOS ACUMULADOS PARA PERÍODOS FUTUROS					OBRIGAÇÕES PARA PERÍODOS FUTUROS				
										EMITIDAS	RECEBIDAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL			(N-1)	(N-2)	(N-3)	(N-4)	PERÍODOS SEQUENTES	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEQUENTES
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(11)	(15)=(14)-(13)	(16)=(14)-(15)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	
DESPESA CORRENTE																										
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL																										
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	442 470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442 470,00	0,00	0,00	0,00	442 470,00	0,00	442 470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	442 470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442 470,00	0,00	0,00	0,00	442 470,00	0,00	442 470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	259 730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259 730,00	0,00	0,00	0,00	259 730,00	0,00	259 730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	333 730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333 730,00	0,00	0,00	0,00	333 730,00	0,00	333 730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	91 190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91 190,00	0,00	0,00	0,00	91 190,00	0,00	91 190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	33 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 450,00	0,00	0,00	0,00	33 450,00	0,00	33 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00	230 000,00	0,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	1 220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 220,00	0,00	0,00	0,00	1 220,00	0,00	1 220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	7 190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 190,00	0,00	0,00	0,00	7 190,00	0,00	7 190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	61 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61 000,00	0,00	0,00	0,00	61 000,00	0,00	61 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00	0,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
476 051001 710 0001 7000 02003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	1 742 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 742 440,00	0,00	0,00	0,00	1 742 440,00	0,00	1 742 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

- DOR 5. Anexo às demonstrações orçamentais: DOR 5.1. Alterações orçamentais da receita (anexo 4)



Funchal - Av. Zéco Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal

TM: 291 215 740
Fax: 291 215 758

NIF: 511 146 507
CPCF: 07860/001023
Capital Social 1.000.000,00€

email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528020100	P5060	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CREDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)	(8)
387 10	Transferências de capital:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
387 1004	Administração regional:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
387 100402	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
387 100402 20 03	Região Autónoma da Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
391 10	Transferências de capital:	988 426,00	0,00	0,00	0,00	988 426,00	
391 1004	Administração regional:	988 426,00	0,00	0,00	0,00	988 426,00	
391 100402	Região Autónoma da Madeira:	988 426,00	0,00	0,00	0,00	988 426,00	
391 100402 20 01	Região Autónoma da Madeira:	442 976,00	0,00	0,00	0,00	442 976,00	
391 100402 20 02	Região Autónoma da Madeira:	209 750,00	0,00	0,00	0,00	209 750,00	
391 100402 20 03	Região Autónoma da Madeira:	335 700,00	0,00	0,00	0,00	335 700,00	
392 10	Transferências de capital:	403 464,00	0,00	0,00	0,00	403 464,00	
392 1004	Administração regional:	403 464,00	0,00	0,00	0,00	403 464,00	
392 100402	Região Autónoma da Madeira:	403 464,00	0,00	0,00	0,00	403 464,00	
392 100402 20 04	Região Autónoma da Madeira:	53 464,00	0,00	0,00	0,00	53 464,00	
392 100402 20 05	Região Autónoma da Madeira:	250 000,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00	
392 100402 20 06	Região Autónoma da Madeira:	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	40 570,00	0,00	109 479,00	32 049,00	118 000,00	
513 0702	Serviços:	40 570,00	0,00	109 479,00	32 049,00	118 000,00	
513 070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto:	40 570,00	0,00	109 479,00	32 049,00	118 000,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528020100	P5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
513 070208 01 78	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	48 579,00	0,00	189 479,00	32 940,00	116 000,00	
513 09	Venda de bens de investimento:	0,00	0,00	120 000,00	0,00	120 000,00	
513 0901	Terenos:	0,00	0,00	120 000,00	0,00	120 000,00	
513 090101 00 00	Sociedades e quase soc. não financeiras.	0,00	0,00	120 000,00	0,00	120 000,00	
513 10	Transferências de capital:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 1004	Administração regional:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 100402	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 100402 20 03	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 100402 20 08	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 06	Transferências correntes:	0,00	0,00	323 256,00	261 500,00	61 756,00	
712 0604	Administração regional:	0,00	0,00	323 256,00	261 500,00	61 756,00	
712 060402	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	323 256,00	261 500,00	61 756,00	
712 060402 20 06	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 060402 20 07	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	323 256,00	261 500,00	61 756,00	
712 10	Transferências de capital:	372 056,00	0,00	0,00	323 256,00	48 800,00	
712 1004	Administração regional:	372 056,00	0,00	0,00	323 256,00	48 800,00	
712 100402	Região Autónoma da Madeira.	372 056,00	0,00	0,00	323 256,00	48 800,00	
712 100402 20 06	Região Autónoma da Madeira.	48 800,00	0,00	0,00	0,00	48 800,00	
712 100402 20 07	Região Autónoma da Madeira.	323 256,00	0,00	0,00	323 256,00	0,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528020100	P5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CREDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
TOTAL		1 884 510,00		332 730,00	010 805,00	1 740 440,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
381 11	Activos financeiros:	0,00	0,00	639 445,00	0,00	639 445,00	
381 1111	Outros activos financeiros:	0,00	0,00	639 445,00	0,00	639 445,00	
381 111105	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	639 445,00	0,00	639 445,00	
381 111105 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	639 445,00	0,00	639 445,00	
381 12	Passivos financeiros:	639 445,00	0,00	0,00	639 445,00	0,00	
381 1206	Empréstimos a médio e longo prazo:	639 445,00	0,00	0,00	639 445,00	0,00	
381 120605	Adm. Públicas - Adm. regional:	639 445,00	0,00	0,00	639 445,00	0,00	
381 120605 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	639 445,00	0,00	0,00	639 445,00	0,00	
382 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	305 271,00	0,00	0,00	305 271,00	
382 1601	Saldo orçamental:	0,00	305 271,00	0,00	0,00	305 271,00	
382 160103	Na posse do serviço - Consignado:	0,00	305 271,00	0,00	0,00	305 271,00	
382 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado:	0,00	305 271,00	0,00	0,00	305 271,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	719 227,00	0,00	0,00	77 430,00	641 797,00	
513 0701	Venda de bens:	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	
513 070108	Mercadorias:	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	
513 070108 01 78	Mercadorias:	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	
513 0702	Serviços:	719 077,00	0,00	0,00	77 430,00	641 647,00	
513 070201	Aluguer de espaços e equipamentos:	506 777,00	0,00	0,00	0,00	506 777,00	
513 070201 01 78	Aluguer de espaços e equipamentos:	506 777,00	0,00	0,00	0,00	506 777,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)	(8)
513 070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	185 300,00	0,00	0,00	77 430,00	107 870,00	
513 070208 01 78	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	185 300,00	0,00	0,00	77 430,00	107 870,00	
513 070299	Outros.	25 000,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	
513 070299 99 78	Outros.	25 000,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	
513 08	Outras receitas correntes:	30 200,00	0,00	0,00	0,00	30 200,00	
513 0801	Outras receitas correntes:	30 200,00	0,00	0,00	0,00	30 200,00	
513 080101	Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
513 080101 01 78	Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
513 080199	Outras.	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	
513 080199 99 78	Outras.	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	
513 09	Venda de bens de investimento:	0,00	1 500 000,00	0,00	120 000,00	1 380 000,00	
513 0901	Terrenos:	0,00	1 500 000,00	0,00	120 000,00	1 380 000,00	
513 090101 00 00	Sociedades e quase soc. não financeiras.	0,00	1 500 000,00	0,00	120 000,00	1 380 000,00	
522 16	Saldo da gestão anterior:	0,00	2 310 992,00	0,00	0,00	2 310 992,00	
522 1601	Saldo orçamental:	0,00	2 310 992,00	0,00	0,00	2 310 992,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	2 310 992,00	0,00	0,00	2 310 992,00	
522 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	2 310 992,00	0,00	0,00	2 310 992,00	
712 06	Transferências correntes:	0,00	0,00	523 000,00	261 500,00	261 500,00	
712 0604	Administração regional:	0,00	0,00	523 000,00	261 500,00	261 500,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
712 060402	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	523 080,00	261 500,00	261 500,00	
712 060402 12 00	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	261 500,00	0,00	261 500,00	
712 060402 20 07	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	261 500,00	261 500,00	0,00	
712 10	Transferências de capital:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 1004	Administração regional:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 100402	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 100402 20 07	Região Autónoma da Madeira.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 11	Activos financeiros:	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	6 566 667,00	
712 1111	Outros activos financeiros:	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	6 566 667,00	
712 111105	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	6 566 667,00	
712 111105 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	6 566 667,00	
712 12	Passivos financeiros:	6 566 667,00	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	
712 1206	Empréstimos a médio e longo prazo:	6 566 667,00	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	
712 120605	Adm. Públicas - Adm. regional:	6 566 667,00	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	
712 120605 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	6 566 667,00	0,00	0,00	6 566 667,00	0,00	
TOTAL		7 955 530,00	4 116 263,00	7 729 112,00	7 665 042,00	12 135 872,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

○ DOR 5.2. Alterações orçamentais da despesa (anexo 5)



Funchal - Av. João Ed. Gov.
Regional, 3º andar
9004-527 Funchal

Tlf. 291 215 740
Fax. 291 215 758

NIF 511 146 507
CRCF. 07860/001023
Capital Social 1.000.000,00€

email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528820100	P5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	ANULAÇÕES	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)-(8)	(10)
387 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
387 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
387 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
391 07	Aquisição de bens de capital	988 426,00	0,00	0,00	0,00		0,00	988 426,00	
391 0701	Investimentos	988 426,00	0,00	0,00	0,00		0,00	988 426,00	
391 070104 00 00	Construções diversas	988 426,00	0,00	0,00	0,00		0,00	988 426,00	
392 07	Aquisição de bens de capital	463 464,00	0,00	0,00	0,00		0,00	463 464,00	
392 0701	Investimentos	463 464,00	0,00	0,00	0,00		0,00	463 464,00	
392 070104 00 00	Construções diversas	394 655,00	0,00	0,00	0,00		0,00	394 655,00	
392 070107	Equipamento de informática	1 220,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 220,00	
392 070107 C0 00	Equipamento de informática	1 220,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 220,00	
392 070108	Software informático	7 589,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 589,00	
392 070108 A0 00	Software informático	7 589,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 589,00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	956,00	0,00	0,00		0,00	956,00	
513 0201	Aquisição de bens	0,00	956,00	0,00	0,00		0,00	956,00	
513 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	0,00	956,00	0,00	0,00		0,00	956,00	
513 07	Aquisição de bens de capital	48 570,00	228 523,00	32 049,00	0,00		0,00	237 044,00	
513 0701	Investimentos	48 570,00	228 523,00	32 049,00	0,00		0,00	237 044,00	
513 070104 00 00	Construções diversas	40 570,00	181 049,00	32 049,00	0,00		0,00	189 570,00	
513 070110 00 00	Equipamento básico	0,00	47 474,00	0,00	0,00		0,00	47 474,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528020100	P5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
712 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	323 256,00	281 500,00	0,00		0,00	61 756,00	
712 0201	Aquisição de bens	0,00	290 000,00	138 244,00	0,00		0,00	61 756,00	
712 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	0,00	100 000,00	38 244,00	0,00		0,00	61 756,00	
712 020121 00 00	Outros bens	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00		0,00	0,00	
712 0202	Aquisição de serviços	0,00	123 256,00	123 256,00	0,00		0,00	0,00	
712 020203 00 00	Conservação de bens	0,00	123 256,00	123 256,00	0,00		0,00	0,00	
712 07	Aquisição de bens de capital	372 056,00	48 000,00	372 056,00	0,00		0,00	48 000,00	
712 0701	Investimentos	372 056,00	48 000,00	372 056,00	0,00		0,00	48 000,00	
712 070104 00 00	Construções diversas	372 056,00	0,00	372 056,00	0,00		0,00	0,00	
712 070110 00 00	Equipamento básico	0,00	48 000,00	0,00	0,00		0,00	48 000,00	
TOTAL		1 004 316,00	601 535,00	665 685,00				1 740 446,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
381 01	Despesas com o pessoal	609 445,00	1 105,00	1 105,00	0,00		0,00	609 445,00	
381 0101	Remunerações certas e permanentes	406 393,00	0,00	0,00	0,00		0,00	406 393,00	
381 010102 00 00	Órgãos sociais	37 263,00	0,00	0,00	0,00		0,00	37 263,00	
381 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	325 490,00	0,00	0,00	0,00		0,00	325 490,00	
381 010111 00 00	Representação	15 404,00	0,00	0,00	0,00		0,00	15 404,00	
381 010112 00 00	Suplementos e prémios	11 493,00	0,00	0,00	0,00		0,00	11 493,00	
381 010113 00 00	Subsidio de refeição	35 885,00	0,00	0,00	0,00		0,00	35 885,00	
381 010114	Subsidio de férias e de Natal	60 858,00	0,00	0,00	0,00		0,00	60 858,00	
381 010114 SF 00	Subsidio de férias e de Natal	29 771,00	0,00	0,00	0,00		0,00	29 771,00	
381 010114 SN 00	Subsidio de férias e de Natal	31 087,00	0,00	0,00	0,00		0,00	31 087,00	
381 0102	Abonos variáveis ou eventuais	8 944,00	0,00	0,00	0,00		0,00	8 944,00	
381 010204 00 00	Ajudas de custo	1 568,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 568,00	
381 010205 00 00	Abono para falhas	1 230,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 230,00	
381 010206 00 00	Formação	1 508,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 508,00	
381 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	4 654,00	0,00	0,00	0,00		0,00	4 654,00	
381 010214 B0 00	Outros abonos em numerário ou espécie	4 654,00	0,00	0,00	0,00		0,00	4 654,00	
381 0103	Segurança social	114 108,00	1 105,00	1 105,00	0,00		0,00	114 108,00	
381 010305	Contribuições para a segurança social	105 409,00	540,00	1 105,00	0,00		0,00	104 824,00	
381 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	7 776,00	540,00	0,00	0,00		0,00	8 316,00	
381 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	97 251,00	0,00	1 105,00	0,00		0,00	96 146,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇAMENTAL	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
381 010305 AO CO	Contribuições para a segurança social	462,00	0,00	0,00	0,00		0,00	462,00	
381 010309 DO DO	Seguros	7 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 500,00	
381 010310	Outras despesas de segurança social	1 119,00	565,00	0,00	0,00		0,00	1 684,00	
381 010310 AC DO	Outras despesas de segurança social	1 119,00	565,00	0,00	0,00		0,00	1 684,00	
381 04	Transferências correntes	30 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	30 000,00	
381 0408	Famílias	30 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	30 000,00	
381 040802	Outras	30 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	30 000,00	
381 040802 AO DO	Outras	30 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	30 000,00	
382 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	274 740,00		0,00	274 740,00	
382 0201	Aquisição de bens	0,00	0,00	0,00	47,00		0,00	47,00	
382 020116	Mercadorias para a venda	0,00	0,00	0,00	47,00		0,00	47,00	
382 020116 DO TT	Mercadorias para a venda	0,00	0,00	0,00	47,00		0,00	47,00	
382 0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	274 762,00		0,00	274 762,00	
382 020202	Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	1 220,00		0,00	1 220,00	
382 020202 DO TT	Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	1 220,00		0,00	1 220,00	
382 020203	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	65 794,00		0,00	65 794,00	
382 020203 DO DO	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	65 000,00		0,00	65 000,00	
382 020203 DO TT	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	794,00		0,00	794,00	
382 020214	Estudos pareceres projectos e consultoria	0,00	0,00	0,00	76 005,00		0,00	76 005,00	
382 020214 BO DO	Estudos pareceres projectos e consultoria	0,00	0,00	0,00	30 000,00		0,00	30 000,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
382 020214 DO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	46 005,00		0,00	46 005,00	
382 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	130 755,00		0,00	130 755,00	
382 020220 CO 00	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	05 000,00		0,00	05 000,00	
382 020220 CO T0	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	53 730,00		0,00	53 730,00	
382 020220 CO TT	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	12 019,00		0,00	12 019,00	
382 020225	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	210,00		0,00	210,00	
382 020225 OO T0	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	210,00		0,00	210,00	
382 020225 OO TT	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	2,00		0,00	2,00	
382 03	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	24 001,00		0,00	24 001,00	
382 0305	Outros juros	0,00	0,00	0,00	24 001,00		0,00	24 001,00	
382 030502	Outros	0,00	0,00	0,00	24 001,00		0,00	24 001,00	
382 030502 JO T0	Outros	0,00	0,00	0,00	7 905,00		0,00	7 905,00	
382 030502 JO TT	Outros	0,00	0,00	0,00	16 116,00		0,00	16 116,00	
382 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	6 441,00		0,00	6 441,00	
382 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	6 441,00		0,00	6 441,00	
382 070103	Edifícios	0,00	0,00	0,00	6 441,00		0,00	6 441,00	
382 070103 OO T0	Edifícios	0,00	0,00	0,00	6 441,00		0,00	6 441,00	
513 01	Despesas com o pessoal	85 147,00	33 200,00	0,00	0,00		0,00	118 353,00	
513 0101	Remunerações certas e permanentes	80 114,00	20 933,00	0,00	0,00		0,00	95 047,00	
513 010102 00 00	Órgãos sociais	6 530,00	2 773,00	0,00	0,00		0,00	9 303,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
513 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	50 730,00	19 982,00	0,00	0,00		0,00	70 712,00	
513 010111 00 00	Representação	2 567,00	1 279,00	0,00	0,00		0,00	3 846,00	
513 010112 00 00	Suplementos e prémios	2 304,00	1 153,00	0,00	0,00		0,00	3 457,00	
513 010113 00 00	Subsídio de refeição	5 900,00	1 746,00	0,00	0,00		0,00	7 646,00	
513 0102	Abonos variáveis ou eventuais	453,00	130,00	0,00	0,00		0,00	583,00	
513 010204 00 00	Ajudas de custo	200,00	130,00	0,00	0,00		0,00	330,00	
513 010205 00 00	Abono para faltas	193,00	0,00	0,00	0,00		0,00	193,00	
513 0103	Segurança social	16 500,00	6 143,00	0,00	0,00		0,00	22 643,00	
513 010305	Contribuições para a segurança social	14 510,00	6 143,00	0,00	0,00		0,00	20 653,00	
513 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	1 000,00	805,00	0,00	0,00		0,00	2 805,00	
513 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	12 810,00	5 338,00	0,00	0,00		0,00	18 148,00	
513 010305 A0 C0	Contribuições para a segurança social	90,00	30,00	0,00	0,00		0,00	120,00	
513 010309 00 00	Seguros	1 075,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 075,00	
513 010310	Outras despesas de segurança social	107,00	0,00	0,00	0,00		0,00	107,00	
513 010310 AC 00	Outras despesas de segurança social	107,00	0,00	0,00	0,00		0,00	107,00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	543 200,00	20 210,00	81 930,00	100 000,00		0,00	581 580,00	
513 0201	Aquisição de bens	40 000,00	14 310,00	0,00	0,00		0,00	60 310,00	
513 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	25 000,00	2 000,00	0,00	0,00		0,00	27 000,00	
513 020104 00 00	Limpeza e higiene	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 020107 00 00	Vestuário e artigos pessoais	0,00	2 310,00	0,00	0,00		0,00	2 310,00	

Funchal, em 10 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5008	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
513 020108	Material de escritorio	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020108 00 00	Material de escritorio	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020116 00 00	Mercadorias para a venda	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 020117 00 00	Ferramentas e utensilios	9 000,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	14 000,00	
513 020121 00 00	Outros bens	4 000,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	9 000,00	
513 0202	Aquisição de servicos	497 200,00	5 000,00	01 000,00	100 000,00		0,00	521 200,00	
513 020201	Encargos das instalações	181 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	181 000,00	
513 020201 A0 00	Encargos das instalações	52 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	52 000,00	
513 020201 B0 00	Encargos das instalações	129 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	129 000,00	
513 020202 00 00	Limpeza e higiene	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020203 00 00	Conservação de bens	35 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	35 000,00	
513 020209	Comunicações	10 500,00	1 000,00	0,00	0,00		0,00	11 500,00	
513 020209 A0 00	Comunicações	3 500,00	1 000,00	0,00	0,00		0,00	4 500,00	
513 020209 D0 00	Comunicações	3 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 500,00	
513 020209 E0 00	Comunicações	3 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 500,00	
513 020212	Seguros	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020212 B0 00	Seguros	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020213	Deslocações e estadas	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 020213 V0 00	Deslocações e estadas	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	52 141,00	0,00	73 830,00	100 000,00		0,00	78 311,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
513 020214 B0 00	Estudos pareceres projectos e consultoria	40 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	40 000,00	
513 020214 BS 00	Estudos pareceres projectos e consultoria	2 141,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 141,00	
513 020214 D0 00	Estudos pareceres projectos e consultoria	10 000,00	0,00	73 830,00	100 000,00		0,00	36 170,00	
513 020217	Publicidade	46 000,00	0,00	3 200,00	0,00		0,00	42 800,00	
513 020217 A0 00	Publicidade	3 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 000,00	
513 020217 C0 00	Publicidade	43 000,00	0,00	3 200,00	0,00		0,00	39 800,00	
513 020219	Assistência técnica	6 013,00	4 900,00	2 900,00	0,00		0,00	8 013,00	
513 020219 C0 00	Assistência técnica	4 000,00	0,00	2 900,00	0,00		0,00	1 100,00	
513 020219 CS 00	Assistência técnica	2 013,00	4 900,00	0,00	0,00		0,00	6 913,00	
513 020220	Outros trabalhos especializados	119 250,00	0,00	2 000,00	0,00		0,00	117 250,00	
513 020220 C0 00	Outros trabalhos especializados	35 000,00	0,00	2 000,00	0,00		0,00	33 000,00	
513 020220 CS 00	Outros trabalhos especializados	84 250,00	0,00	0,00	0,00		0,00	84 250,00	
513 020225 00 00	Outros serviços	25 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
513 03	Juros e outros encargos	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 0305	Outros juros	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 030502	Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 030502 J0 00	Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 06	Outras despesas correntes	120 000,00	30 000,00	33 200,00	0,00		0,00	116 794,00	
513 0602	Diversas	120 000,00	30 000,00	33 200,00	0,00		0,00	116 794,00	
513 060201 00 00	Impostos e taxas	120 000,00	30 000,00	33 200,00	0,00		0,00	116 794,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
513 07	Aquisição de bens de capital	0,00	20 200,00	0,00	200 000,00		0,00	220 200,00	
513 0701	Investimentos	0,00	20 200,00	0,00	200 000,00		0,00	220 200,00	
513 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	200 000,00		0,00	200 000,00	
513 070106 00 00	Material de transporte	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
513 070107	Equipamento de informática	0,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 070107 C0 00	Equipamento de informática	0,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 070108	Software informático	0,00	1 200,00	0,00	0,00		0,00	1 200,00	
513 070108 A0 00	Software informático	0,00	1 200,00	0,00	0,00		0,00	1 200,00	
513 08	Transferências de capital	0,00	0,00	300 025,00	1 200 000,00		0,00	013 975,00	
513 0801	Sociedades e quase soc não financeiras	0,00	0,00	300 025,00	1 200 000,00		0,00	013 975,00	
513 080102 00 00	Privadas	0,00	0,00	300 025,00	1 200 000,00		0,00	013 975,00	
513 09	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
513 0906	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
513 090607 00 00	Administrações públicas - Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
513 10	Passivos financeiros	0,00	194 115,00	0,00	0,00		0,00	194 115,00	
513 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	194 115,00	0,00	0,00		0,00	194 115,00	
513 100607 00 00	Administrações públicas - Administração regional	0,00	194 115,00	0,00	0,00		0,00	194 115,00	
522 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 0201	Aquisição de bens	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020116	Mercadorias para a venda	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	(10)
522 020116 00 TT	Mercadorias para a venda	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020202	Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020202 00 TT	Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020203	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020203 00 TT	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020220 CO T0	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020220 CO TT	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020225	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020225 CO T0	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 020225 CO TT	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 03	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 0305	Outros juros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 030502	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 030502 JO T0	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 030502 JO TT	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	2 310 992,00		0,00	2 310 992,00	
522 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	2 310 992,00		0,00	2 310 992,00	
522 070103	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
522 070103 00 T0	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	2 310 982,00		0,00	2 310 982,00	
712 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	211 500,00	0,00	0,00		0,00	211 500,00	
712 0201	Aquisição de bens	0,00	15 000,00	0,00	0,00		0,00	15 000,00	
712 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	0,00	10 000,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
712 020104 00 00	Limpeza e higiene	0,00	2 500,00	0,00	0,00		0,00	2 500,00	
712 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	0,00	2 500,00	0,00	0,00		0,00	2 500,00	
712 0202	Aquisição de serviços	0,00	196 500,00	0,00	0,00		0,00	196 500,00	
712 020201	Encargos das instalações	0,00	85 000,00	0,00	0,00		0,00	85 000,00	
712 020201 A0 00	Encargos das instalações	0,00	25 000,00	0,00	0,00		0,00	25 000,00	
712 020201 B0 00	Encargos das instalações	0,00	60 000,00	0,00	0,00		0,00	60 000,00	
712 020203 00 00	Conservação de bens	0,00	30 000,00	0,00	0,00		0,00	30 000,00	
712 020209	Comunicações	0,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
712 020209 A0 00	Comunicações	0,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
712 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	40 000,00	0,00	0,00		0,00	40 000,00	
712 020214 B0 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
712 020214 D0 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
712 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
712 020220 C0 00	Outros trabalhos especializados	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
712 020225 00 00	Outros serviços	0,00	20 000,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

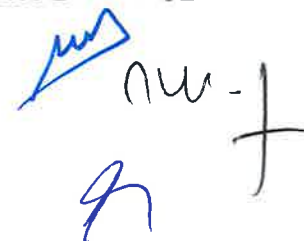
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521020100	5050	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
712 06	Outras despesas correntes	0,00	50 000,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
712 0602	Diversas	0,00	50 000,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
712 060201 00 00	Impostos e taxas	0,00	50 000,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
712 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 070106 00 00	Material de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 070107	Equipamento de informática	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 070107 C0 00	Equipamento de informática	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 10	Passivos financeiros	6 500 067,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 500 067,00	
712 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	6 500 067,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 500 067,00	
712 100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	6 500 067,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 500 067,00	
712 100603 S0 00	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	6 500 067,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 500 067,00	
TOTAL		7 925 530,00	506 230,00	502 200,00	4 116 263,00			12 125 872,00	

Funchal, em 18 de Março de 2022

(Assinaturas)



○ DOR 5.4. Operações de tesouraria (anexo 6)



Operações de Tesouraria

Euros					
Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
D 120100	Receita do Estado - Fundos Alheios	-17 859,10	42 419,96	0,00	24 560,86
D 120200	Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	243 184,97		234,54	242 950,43
Total		225 325,87	42 419,96	234,54	267 511,29


 +
 

DOR 5.5. Contratação administrativa - Situação dos contratos (anexo 7)

[illegible]

[illegible]

Handwritten signature and initials

○ DOR 5.5. Contratação administrativa – Encargos Contratuais



A adjudicações por tipo procedimento

Tipo de contrato	Concurso público										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento por negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Valor
Empreitada de obras públicas	CP 03/2021, CP 03/2021	105 dias, 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2	867 147,00 €
Aquisição de serviços	CP 01/2021	36 meses	-	-	-	-	-	-	CP Af, CP 06/2020, AJD 01/2021, AJD 02/2021, CP 01/2021, AJD 04/2020, CP 01/2021, CP 01/2021, AJD 01/2021, AJD 02/2021, CP 02/2021, CP 03/2021, AJD 03/2021	24 meses, 36 meses, 36 meses, 36 meses, 36 meses, 36 meses, 15 dias, 36 meses, 36 meses, 36 meses, 20 dias, 45 dias, 36 meses	14	224 420,67 €
Locação ou aquisição de bens móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	CP 04/2021	30 dias	1	38 915,00 €
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Valores s/IVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Handwritten signature and initials

○ DOR 5.6, Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento (anexo 8)

Nº Contrato	Contratos										Voto do Tribunal de Contas		Classificação orçamentária				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano (R)	Pagamentos previstos até final do ano (R)	Pagamentos acumulados até (R.1)	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPF	Nº Fom	Nº Contr	Valor do Contr	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (real)	Data de conclusão (prevista)	Número do registro	Data	Fonte de Finam.	Rubrica	Descrição	(R=1)	(R=2)					(R=3)	(R=4)	Atos legais		
AUD-01/2018 Abreu & Associados - Sociedade de Advogados, RL	79120000-5 Serviços Jurídicos	50300982	8	1.567,00	01-06-2018	84.304,00 €	22.051,00 €	31-05-2021	31-05-2022	N/A	N/A	513	02.02.30	Outros Trabalhos Especializados	26-03-2018	1.567,00	0,00	21.156,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AUD 11/2017 Acionista Soluções, Lda	72436000-9 Fornecedores de Aplicações	511130510	7	343,80	30-04-2018	30.080,00 €	7.520,00 €	30-04-2021	30-04-2023	N/A	N/A	512	02.02.30	Outros Trabalhos Especializados	29-08-2018	343,80	0,00	1.880,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AUD-01/2018 TSCF - Sociedade de Advogados SP, RL	79100000-5 Serviços Jurídicos	511036081	301	19.614,00	01-08-2018	25.000,00 €	7.500,00 €	31-05-2021	31-05-2022	N/A	N/A	513	02.02.30	Outros Trabalhos Especializados	12-12-2018	10.614,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 01/2018 Prestação de Serviços de Assistência Jurídica	79100000-5 Serviços Jurídicos	504046205	463	30.134,00	08-12-2018	78.000,00 €	78.000,00 €	18-12-2021	18-12-2021	N/A	N/A	513	02.02.25	Outros Serviços	30-11-2020	30.134,00	0,00	12.803,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 06/2018 Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lista 1	70952000-1 Material de escritório	511081200	18	108,34	27-03-2020	3.134,48 €	812,31 €	26-03-2022	26-03-2022	N/A	N/A	513	02.01.08	Material de Escritório	26-03-2020	108,67	0,00	371,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 06/2018 Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lista 2	70952000-1 - Papel para fotocópia	511081200	18	108,34	18-07-2020	4.563,60 €	226,58 €	09-05-2022	09-05-2022	N/A	N/A	513	02.01.08	Material de Escritório	16-03-2020	108,67	0,00	236,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 05/2018 Aquisição de Serviços de Fiscalização e Fiscalização Suplente das Sociedades de Desenvolvimento	79121300-4 Serviços de revisão legal de contas	504066603	80	4.880,00	30-12-2019	38.400,00 €	9.600,00 €	11-03-2022	11-03-2022	N/A	N/A	383	02.01.02	Outros Serviços	30-06-2020	1.904,00	0,00	1.951,00	4.538,40	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 01/2020 Prestação de Serviços de Impressão, Copia, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento	70830000-1 Serviços de Impressão, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento	511099290	11	1.756,80	16-03-2020	17.080,00 €	4.120,00 €	15-03-2022	15-03-2021	N/A	N/A	513	02.02.39	Assistência Técnica	15-04-2020	1.756,80	0,00	1.217,60	1.756,80	435,30	0,00	0,00	0,00		
AUD 07/2020 Prestação de Serviços de Contabilidade e cumprimento de todas as formalidades assessoria, laudos de Contabilidade e Encargos para as Sociedades de Desenvolvimento	79100000-6 Serviços de contabilidade, laudos de auditoria e Encargos para as Sociedades de Desenvolvimento	509793336	10	2.745,90	03-08-2020	27.000,00 €	6.750,00 €	03-08-2022	03-08-2022	N/A	N/A	513	02.02.30	Outros Trabalhos Especializados	31-08-2020	2.745,00	0,00	1.243,75	2.745,00	1.602,25	0,00	0,00	0,00		
EPF 03/2020 Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lista 1	70830000-4 Produtos de limpeza	510799556	9	180,94	07-12-2020	3.317,56 €	1.465,23 €	06-12-2022	06-12-2022	N/A	N/A	512	02.03.04	Limpeza e Higiene	28-12-2020	180,94	0,00	278,30	244,24	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 03/2020 Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lista 2	70830000-4 Produtos de limpeza	510799556	9	200,20	07-12-2020	26.670,07 €	480,30 €	06-12-2022	06-12-2022	N/A	N/A	513	02.03.04	Limpeza e Higiene	23-12-2020	200,20	0,00	433,58	548,90	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Serviços Especializados de Assistência Técnica e Financeira às Sociedades de Desenvolvimento	64173000-8 Serviços de consultoria financeira	A-78803306	3	4.512,31	29-01-2021	63.780,00 €	11.874,32 €	31-12-2022	31-12-2022	N/A	N/A	513	02.02.30	Outros Trabalhos Especializados		0,00	0,00	0,00	3.879,33	0,00	0,00	0,00	0,00		
EPF 06/2020 Aquisição de Serviços de Gestão Desportiva e Apoio das Sociedades de Desenvolvimento	79951300-6 Serviços de apoio	507016644	8	4.512,31	28-01-2021	48.437,00 €	12.104,25 €	31-01-2024	31-01-2024	N/A	N/A	513	02.02.30	Outros Trabalhos Especializados	16-04-2021	4.512,30	0,00	0,00	4.922,81	4.922,43	430,35	0,00	0,00		

Handwritten signature and initials

Encargos contratuais																							
N.º Contrato	Dados								União do Tribunal de Contas		Classificação orçamental			Data de primeiro pagamento	Pagamentos ao ano (R)	Pagamentos previstos até final do ano (R)	Pagamentos acumulados até (R-1)	Pagamentos previstos para anos futuros					
	CPU	N.º Contr.	N.º Comp.	Valor do Contr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (Início)	Data de conclusão (Fim)	Número das registos	Data	Forma de Troca	Público					Descrição	(R+1)	(R+2)	(R+3)	(R+4)	Annos úteis
MD 01/2021 Aquisição de Serviços de Descontabilização de Partículas de Contos Documentais pelas Sociedades de Desenvolvimento	48090000-8	511135610	57	2 086,94	23-02-2021	34 754,90 €	6 287,50 €	28-02-2024	28-02-2024	N/A	N/A	513	02-02-30	Outros Trabalhos Especializados	21-07-2021	3 086,90	0,00	0,00	3 186,32	3 136,32	619,37	0,00	0,00
MD 02/2021 Aquisição de Serviços de Descontabilização de Partículas e Eletrónica de Contabilização Pública pelas Sociedades de Desenvolvimento	73428000-9	511135610	156	481,20	02-05-2021	20 080,00 €	2 130,00 €	02-05-2024	02-05-2024	N/A	N/A	513	02-02-30	Outros Trabalhos Especializados	25-06-2021	481,20	0,00	0,00	1 024,80	1 024,80	341,80	0,00	0,00
CP 03/2021 Aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	95547000-1	511122373	883	600,80	02-08-2021	24 270,70 €	1 888,00 €	02-08-2024	02-08-2024	N/A	N/A	883	01-03-30	Outros Serviços de Segurança Social	19-12-2021	600,80	0,00	0,00	1 330,80	1 330,80	717,00	0,00	0,00
CP 04/2021 Prestação de Serviços de Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas das Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento	45100000-2	189437383	239	798,00	11-05-2021	24 000,00 €	3 921,00 €	13-05-2024	13-05-2024	N/A	N/A	513	02-02-30	Outros Trabalhos Especializados		0,00	0,00	0,00	1 586,17	1 586,17	798,07	0,00	0,00
CP 05/2020 Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica Especializada para apoio no Projeto de Construção e Gestão do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	79300000-1	504344295	355	20 134,00	16-06-2020	91 000,00 €	91 000,00 €	31-12-2022	31-12-2022	N/A	N/A	513	02-02-34	Estudos, pareceres e projetos	28-11-2021	20 134,00	0,00	0,00	10 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CP 07/2020 Prestação de Serviços de Limpeza da Gralnia da Estação Elevatória da Zona Residencial do Bairro da Ribeira Brava	90470000-2	513072791	41	2 488,80	29-08-2020	6 129,00 €	6 335,00 €	30-04-2021	30-04-2021	N/A	N/A	513	02-03-04	Limpeza e Higiene	19-10-2020	2 488,80	0,00	0,00	2 586,42	1 734,24	0,00	0,00	0,00
MD 04/2020 Prestação de Serviços de Elaboração de um Estudo de Viabilidade, serviços consultivos, relativos	71242000-9	508267972	30	20 060,00	04-03-2021	9 000,00 €	9 000,00 €	19-02-2021	19-02-2021	N/A	N/A	513	02-02-21	Outros Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

○ DOR 5.7. Transferências e subsídios - Receita (anexo 9)

Furos								
Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes	Resoluções nº 6, nº 75, nº 143, nº 239, nº 380, nº 554 e nº 665/2021	compensação pela perda de receita, aumento da despesa - COVID 19	Governo Regional da Madeira	261 500,00	0,00	261 500,00	0,00	Valor só foi recebido em 2022
	Alínea a) do nº 1 do artigo 39º e da alínea d) do artigo 41º do DLR nº 18/2020/M e da alínea c) do artigo 3º do DLR nº 9/2001/M e	Contrato Programa com a SDNM - Projeto 52523	Governo Regional da Madeira	61 756,00	0,00	61 756,00		Valor só foi recebido em 2022
Total das Transferências Correntes				323 256,00	0,00	323 256,00	0,00	
Transferências de capital	Artigo 31 do RUSERAM e alínea f) do nº 2 da Lei Orgânica nº 2/2010 de 16 junho	Contrato Programa - Projeto 52388	Governo Regional da Madeira	442 976,00	386 568,57	56 407,43	0,00	
	Artigo 31 do Regime Jurídico do Setor Empresarial da RAM, alínea f) do nº 2 da Lei Orgânica 2/2010, do artigo 5 do DLR nº	Contrato Programa - Projeto 52405	Governo Regional da Madeira	335 700,00	11 224,00	324 476,00	0,00	
	Artigo 31 do Regime Jurídico do Setor Empresarial da RAM, alínea f) do nº 2 da Lei Orgânica 2/2010, do artigo 5 do DLR nº	Contrato Programa - Projeto 52390	Governo Regional da Madeira	209 750,00	82 462,24	127 287,76	0,00	
	Artigo 40 da Lei das Finanças das Regiões Autônomas, do artigo 35º do DLR nº 18/2020/M, no artigo 5º do DLR nº 18/2000/M	Contrato Programa - Projeto 52498	Governo Regional da Madeira	53 464,00	0,00	53 464,00	0,00	
	Artigo 49 da Lei das Finanças das Regiões Autônomas, Artigo 35º DLR 18/2020/M e Artigo 5º DLR 18/2000/M	Contrato Programa com a SDPO	Governo Regional da Madeira	398 800,00	0,00	398 800,00	0,00	Contratos programa não foram celebrados
Total das Transferências de Capital				1 440 690,00	480 254,81	960 435,19	0,00	
Subsídios						0,00		
Total Subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

○ DOR 5.8. Transferências e subsídios - Despesa (anexo 10)



Transferências e
Subsídios Concedidos

Euros

Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas Autorizadas (5)	Despesas Pagas (6)	Despesas Autorizadas e Não Pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências / Subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes	Programas de emprego	Transferências para as famílias	30 000,00	17 703,43	17 703,43	0,00		
Total das Transferências Correntes			30 000,00	17 703,43	17 703,43	0,00	0,00	
Transferências de capital	Indemnização a pagar a fornecedores	Diversos fornecedores	813 975,00			0,00		
Total das Transferências de Capital			813 975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios						0,00		
Total Subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

5.2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

5.2.1. DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1)

A Demonstração do Desempenho Orçamental permite a análise do desempenho orçamental da Ponta do Oeste e apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário, sendo a informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental).

Na receita orçamentada as receitas correntes representaram 12,62% total da receita efetiva e as receitas de capital representaram 87,38% do total da receita efetiva.

Na despesa orçamentada, as despesas correntes representaram 58,75% do total da despesa efetiva e as despesas de capital representaram 41,25% do total da despesa efetiva.

5.2.2. DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

A execução da Receita Corrente cifrou-se em 2,4% e da Receita de Capital em 97,6%, do total do orçamento corrigido, com uma execução total de 86,66%.

5.2.3. DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

Na análise da composição da despesa, a dotação é corrigida para dotação disponível, pela redução por via das cativações efetuadas diretamente pela DROT, plasmadas no ORAM 2021, e que podem ser analisadas nos mapas de execução, na coluna com o nome de "cativos ou congelamentos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram efetuadas cativações no montante de 312.771,00€.

A execução da Despesa Corrente cifrou-se em 12,9% e da Despesa de Capital em 87,1 %, do total do orçamento corrigido, com uma execução total de 60,6%.



5.2.4. DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, nem sempre é suficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.



No decorrer do ano 2021, a PONTA DO OESTE realizou 18 alterações orçamentais. A maior parte das alterações orçamentais constituíram meras transferências entre rubricas orçamentais, com exceção das:

- 2ª alteração orçamental, onde se registou a utilização do saldo da gerência do exercício do ano 2020;
- 5ª alteração, onde se registou a venda do edifício onde está instalado o Município da Ribeira Brava, venda esta que só se efetivou em 2021;

A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 4.116.263€, e resulta essencialmente da inscrição das verbas descritas no parágrafo anterior.

5.2.5. DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 4)

As alterações orçamentais da receita em 2021 evidenciam as alterações orçamentais ocorridas no período de relato com as rubricas da receita num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da receita, ocorridas em 2021.

5.2.6. DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 5)

As alterações orçamentais da despesa em 2021 evidenciam as alterações ocorridas no período de relato com as rubricas da despesa num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da despesa, ocorridas em 2021.

5.2.7. DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 6)

O mapa das operações de tesouraria discrimina as operações que geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade, permitindo assim assegurar a devida prestação de contas nesta área.

Num.

**5.2.8. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

Em aditamento às presentes demonstrações orçamentais, consta do ponto 4 do Relatório de Gestão e Contas 2021 e o relatório de investimentos onde constam os investimentos efetuados, no ano de 2021.

5.2.9. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:**5.2.10. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (ANEXO 7)**

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente sobre todos os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período do relato.

Em anexo junta-se um mapa com o ponto de situação dos contratos adjudicados em 2021, por entidade e por objeto do contrato.

5.2.11. DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 8)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período do relato.

Foram adjudicados no decorrer do ano 2021, 17 contratos com o valor global de 1.130.482,67 €, sendo:

- 16 - Por ajuste direto regime geral;
- 0 - Através de consulta prévia;
- 1 - Pela modalidade de concurso público;
- 0 - Por concurso limitado por prévia qualificação.

5.2.12. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS**5.2.12.1. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA**

A informação relativa a transferências e subsídios da despesa permite acompanhar que tipos de apoio são concedidos pela entidade.

A PONTA DO OESTE não realizou qualquer transferência a título de subsídios, mas sim de transferências correntes, utilizados através dos programas de emprego.

5.2.12.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (ANEXO IX)

A informação relativa a transferências e subsídios permite acompanhar que tipos de apoio são obtidos pela entidade.

A PONTA DO OESTE não recebeu durante o ano de 2021 qualquer valor para compensar da receita não cobrada devido ao COVID 19. Estes valores foram recebidos somente em 2022. Relativamente as transferências de capital, a Ponta do Oeste recebeu no decorrer de 2021 480.252,€ referente aos contratos programa números 52388 (Reabilitação das infraestruturas da frente mar contíguas à foz da ribeira da Madalena do Mar), 52405 (Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Centro Desportivo da Madeira) e 52390 (Prevenção e mitigação de riscos de derrocada na escarpa sobranceira ao túnel de ligação á ER 101 a VE3 a Vila da Ponta do Sol e gutinagem para a consolidação do Palacete dos Zinos).

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 165.104 milhares de euros e um total de capital próprio de 82.289 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.759 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 160.355 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” apresentado na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 31 de dezembro de 2021.

De salientar, que a Entidade iniciou um procedimento concursal com vista à aquisição de serviços de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2023.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado no ponto 11 do Relatório e Contas de 2021, nomeadamente no que diz respeito aos impactos do vírus COVID-19 e a incerteza na atividade operacional futura da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2022



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da **Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.** durante o exercício de 2021 e procedemos às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião com reservas e com ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2021;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 24 de março de 2022

O Fiscal Único



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrição na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



RELATÓRIO E CONTAS 2021